



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ALEXANDRE MELO DE SOUSA

DESBRAVANDO A AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA:
ESTUDO TOPONÍMICO DE ACIDENTES GEOGRÁFICOS HUMANOS E FÍSICOS
DO ACRE

FORTALEZA

2007

ALEXANDRE MELO DE SOUSA

**DESBRAVANDO A AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA:
ESTUDO TOPONÍMICO DE ACIDENTES GEOGRÁFICOS HUMANOS E FÍSICOS
DO ACRE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Orientador: Profa. Dra. Maria do Socorro Silva de Aragão.

FORTALEZA

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S696d Sousa, Alexandre Melo de.
Desbravando a Amazônia ocidental brasileira : estudo toponímico de acidentes geográficos humanos e físicos do Acre / Alexandre Melo de Sousa. – 2007.
123 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese(doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2007.
Área de Concentração: Descrição e análise linguística.
Orientação: Profa. Dra. Maria do Socorro Silva de Aragão.
- 1.Toponímia. 2.Nomes geográficos – Acre. 3.Geografia física – Terminologia – Acre. 4.Geografia humana – Terminologia – Acre. 5.Língua portuguesa – Etimologia – Nomes. I.Título.

ALEXANDRE MELO DE SOUSA

**DESBRAVANDO A AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA:
ESTUDO TOPONÍMICO DE ACIDENTES GEOGRÁFICOS HUMANOS E FÍSICOS
DO ACRE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Aprovada em: 02/04/2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Silva de Aragão (Presidente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Aparecida Negri Isquerdo (1^a Examinadora)
Universidade Estadual do Paraná (UEPR)

Prof. Dr. Antônio Luciano Pontes (2^o Examinador)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^a. Dr^a. Emília Maria Peixoto Farias (3^a Examinadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Maria Elias Soares (4^a Examinadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira (Suplente)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Deus.

Aos meus pais, Genésio de Sousa e Marlene de Melo.

Aos meus irmãos, Alessandro e Adriano.

Aos meus sobrinhos, Alessandro Jr. e Gustavo.

AGRADECIMENTO

À orientadora, **Professora Dra. Maria do Socorro Silva de Aragão**, pela competência, profissionalismo, honestidade, companheirismo e estímulo mostrados no acompanhamento desta pesquisa.

Aos **professores** e à **Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística** da Universidade Federal do Ceará, pelo compartilhar de conhecimentos e os incentivos nos momentos mais difíceis.

Ao professor **Dr. Paulo Mosânio Teixeira Duarte**, meu eterno mestre, pela amizade e pelas palavras edificadoras.

Aos professores **Dr. Antônio Luciano Pontes** e **Dra. Emília Maria Peixoto**, pelas contribuições apresentadas no exame de qualificação do projeto de pesquisa.

À Professora **Dra. Bernardete Biasi Rodrigues**, que sempre se mostrou amiga e preocupada com a conclusão desta pesquisa, e com meu sucesso, de uma maneira geral.

À **Universidade Federal do Acre** (UFAC), pela liberação de minhas atividades docentes, sem a qual teria sido impossível a conclusão deste trabalho

Ao **Centro de Estudos Dialetológicos do Acre** (CEDAC), da UFAc e ao **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Acre** (IBGE-AC), por permitirem a utilização do material utilizado para a coleta de dados.

À Professora **Luiza Galvão Lessa**, pela sugestão do tema e pelas indicações bibliográficas.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, estiveram a meu lado durante os anos dedicados a este estudo, favorecendo a sua concretização.

E, sobretudo, a **Deus**, por colocar essas pessoas em minha vida.

“O nome de lugar exerce o papel de uma verdadeira crônica”

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

RESUMO

A Toponímia, um dos ramos da Onomástica, é a ciência linguística que tem por objetivo estudar os nomes próprios de acidentes geográficos físicos e humanos, a partir da análise da relação língua-cultura-sociedade. Baseada nestes pressupostos, esta pesquisa objetivou inventariar, descrever e analisar os topônimos relativos aos acidentes humanos (estado, microrregiões, municípios) e físicos (rios) da Amazônia Ocidental Brasileira, ou seja, do estado do Acre, a fim de verificar em que medida esses topônimos retratam a realidade físico-geográfica e sociocultural no processo de nomeação dos referidos espaços. Orientou essa pesquisa a seguinte hipótese: a toponímia acreana preserva particularidades linguísticas, sócio-histórico-culturais, e físico-geográficas da região que influenciaram o denominador no ato de nomeação. Os dados foram coletados, principalmente, no Mapa Político-Administrativo do Estado do Acre (2006), escala 1: 1000 000, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-AC). Dada a natureza da pesquisa, adotaram-se as orientações teórico-metodológicas de Dick (1992) e os princípios teóricos da lexicologia e da semântica, dando-se destaque às questões relativas ao processo de construção do significado dos itens léxicos associados às categorias toponímicas. Adotou-se, para a distribuição dos signos toponímicos coletados, a terminologia de Salazar-Quijada (1985) *macrotopônimos*, para as nomeações do estado e das microrregiões; *microtopônimos*, para os municípios; e *topônimos*, para as nomeações dos rios. Os resultados apontaram, em relação aos *macrotopônimos*, para uma completa influência de condutas motivadoras de ordem física, haja vista que todos os topônimos registrados enquadram-se na taxa dos **hidrotopônimos** (100,0%). Isso mostra que as correntes hídricas regionais refletiram completamente na nomenclatura geográfica do estado e das microrregiões. Contudo, no que tange aos *microtopônimos*, os Municípios, prevaleceu a motivação de natureza antro-po-cultural, já que foram registradas como taxas mais produtivas, os **historiotopônimos** (38,1%) e os **etnotopônimos** (13,7%). Por sua vez, os topônimos dos acidentes humanos, de maneira geral, mostraram a superioridade dos fatores motivacionais de natureza antro-po-cultural (67,9%) em relação aos de natureza física (32,1%). Já em relação à toponímia dos acidentes físicos, os fatores motivacionais de natureza antro-po-cultural (50,0%) foram preponderantes em relação aos de natureza física (36,7%). As taxas mais produtivas foram os **zootopônimos** (16,7%), **dimensiotopônimos** (10,0%) e **antrotopônimos** (10,0%). Em síntese, a análise toponímica dos acidentes geográficos acreanos evidenciou que, na construção do significado dos signos

toponímicos, concorrem elementos linguísticos e extralinguísticos. Os topônimos acreanos são, de modo geral, motivados por condicionantes sócio-histórico-culturais e físico-geográficos. Os resultados, *in totum*, confirmam a hipótese que norteou nossa pesquisa.

Palavras-chave: Toponímia. Lexicologia. Macrotoponímia. Microtoponímia. Taxes Semânticas.

ABSTRACT

Toponymy, a branch of onomastics, is the linguistic science which aims at studying the names of physical and human geographic features, from the analysis of the language-culture-society. This research intended to inventory, describe and analyze the toponyms human accidents (state micro-regions, municipalities) and physical (rivers) of the Western Brazilian Amazon, i.e. the state of Acre, in order to verify to what extent these toponyms portray reality physical-geographical and socio-cultural in the appointment of such spaces. This research is guided by the following hypothesis: Acre's toponymy preserves linguistic, socio-historical, cultural and physical-geographical particularities characteristics of the region, that influenced the denominator the act of naming. Data were collected mainly through Political and Administrative Map of Acre (2006), scale 1: 1000 000, provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE-AC). We adopted Dick's theoretical and methodological approach, and the theoretical principles of lexicology and semantics, considering prominent issues concerning the construction of the meaning of lexical items associated with toponymic categories. We adopted, for the distribution of toponymic signs collected, Salazar-Quijada's terminology: *macrotoponyms*, for the appointments of State and Micro-regions; *microtoponyms* for the municipalities, and place names, for appointments rivers. The results showed, compared to *macrotoponyms* a complete duct motivating influence of physical nature, because all the place names recorded fall compared to tax **hydrotoponyms** (100.0%). This shows that the current regional water reflected completely the geographical nomenclature of the state and micro-regions. Comparatively to *microtoponyms*, municipalities, however, the prevailing motivation nature-cultural anthropology, since taxes were recorded as the most productive namely, **historiotoponyms** (38.1%) and **etnotoponyms** (13.7%). The toponyms human accidents, in a general way, showed the superiority of the motivational factors related to nature and cultural anthropology (67.9%) if compared to factors of physical nature (32.1%). Concerning to physical accidents of place names motivational factors of nature and cultural anthropology (50.0%) were predominant taking as parameter those of physical nature (36.7%). The most productive taxes were **zootoponyms** (16.7%) **dimensiotoponyms** (10.0%) and **antrotoponyms** (10.0%). To summarize, the analysis of Acre landforms toponymic showed that in the construction of the meaning of signs toponymic, linguistic and extralinguistic elements cooccur. Acre's toponyms are generally

motivated by socio-historical, cultural and physical geography constraints. The results, *in totum*, confirm the hypothesis which founds our research.

Key words: Toponymy. Lexicology. Macrotoponyms. Microtoponyms. Semantic Taxes.

.

RÉSUMÉ

La toponymie, une branche de l'onomastique, la science linguistique qui vise à étudier et analyse les noms des entités géographiques, physiques et humaines, en considérant les rapports langue-culture-société. Fondée sur cette perspective, notre recherche a visé à inventorier, décrire et analyser les toponymes des accidents humains (état micro-régions, municipalités) et physiques (rivières) de l'Amazonie Occidentale Brésilienne, à savoir l'État d'Acre, afin de vérifier dans quelle mesure ces toponymes dépeignent la réalité physico-géographique et socio-culturelle de la nomination de ces espaces. Notre recherche est guidée par l'hypothèse suivante: la toponymie d'Acre conserve des particularités linguistiques, de la région socio-historique, culturelle, physique, géographique qui ont influencé le dénominateur dans l'acte de nommer. Les données ont été recueillies principalement dans la Carte Politique et Administrative d'Acre (2006), échelle 1: 1 000 000, fournies par l'Institut Brésilien de Géographie et de Statistique (IBGE-AC). Compte tenu de la nature de la proposition de recherche, nous avons adopté le point de vue théorique et méthodologique de Dick (1992), ainsi que les principes théoriques de la lexicologie et de la sémantique, en donnant priorité aux questions relatives à la construction de la signification des éléments lexicaux liés à catégories toponymiques. Pour la distribution des signes toponymiques recueillies nous avons utilisé la terminologie de Salazar-Quijada (1985): *macrotoponyme*, pour les nominations d'État et de microrégions; *microtoponyme* pour les municipalités, et les noms de lieux et de rivières. Les résultats ont montré, par rapport à *macrotoponyme*, une complète influence de nature physique, parce que tous les noms de lieux enregistrés relèvent des **hydrotoponyme** de type (100,0%). Cela montre que les rivières régionales actuelles sont complètement reflétées dans la nomenclature géographique de l'état et des microrégions. En ce qui concerne *microtoponyme*, municipalités, cependant, la motivation dominante est de nature anthropoculturelle, puisque les taxes le **historiotoponyme** (38,1%) et **etnotoponyme** (13,7%) ont été enregistrées comme la plus productive. Les toponymes d'accidents humains, en général, ont montré la supériorité des facteurs anthropoculturels (67,9%) par rapport à ceux de nature physique (32,1%). En ce qui concerne les accidents physiques des noms de lieux, de rivières, les facteurs de motivation de la nature anthropoculturelle (50,0%) étaient prédominants par rapport à la nature physique (36,7%). Les taxes les plus productives étaient **zootoponyme** (16,7%) **dimensiotoponyme** (10,0%) et **antrotoponyme** (10,0%). En résumé, l'analyse des reliefs toponymiques d'Acre a montré que, dans la construction de la signification

des signes toponymiques, les éléments linguistiques et extra-linguistiques concurrentes. Les toponymes d'Acre sont généralement motivées par des contraintes socio-historiques, culturelles et de la géographie physique. Les résultats, *in totum*, confirment l'hypothèse qui est le fondement de notre recherche.

Mots-clef: Toponymie. Lexicologie. Macrotoponyme. Microtoponyme. Taxes sémantiques.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	O Estado do Acre	49
Figura 02	Localização das fronteiras acreanas	50
Figura 03	Os três departamentos do Acre	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Distribuição percentual das taxionomias mais frequentes na macrotoponímia acreana	80
Tabela 02	Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais frequentes na macrotoponímia acreana	80
Tabela 03	Distribuição percentual das taxionomias mais frequentes na microtoponímia acreana	91
Tabela 04	Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais frequentes na microtoponímia acreana	92
Tabela 05	Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais produtivas nos designativos dos acidentes humanos acreanos	93
Tabela 06	Distribuição percentual das taxionomias mais frequentes na toponímia dos acidentes físicos acreanos	106
Tabela 07	Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais frequentes na toponímia dos acidentes físicos acreanos	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Distribuição dos municípios acreanos em microrregiões	53
Quadro 02	Distribuição e definição dos topônimos de natureza física	66
Quadro 03	Distribuição e definição dos topônimos de natureza antro-po-cultural	67
Quadro 04	Macrotopônimos do Estado do Acre	72
Quadro 05	Microtopônimos (Municípios) da Microrregião do Alto Acre	72
Quadro 06	Microtopônimos (Municípios) da Microrregião do Baixo Acre	72
Quadro 07	Microtopônimos (Municípios) da Microrregião do Juruá	73
Quadro 08	Microtopônimos (Municípios) da Microrregião do Purus	73
Quadro 09	Microtopônimos (Municípios) da Microrregião do Tarauacá	73
Quadro 10	Topônimos (Rios) do Estado do Acre	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Triângulo de Ogden e Richards	44
Gráfico 02	Distribuição percentual das taxionomias mais frequentes na microtoponímia acreana	92
Gráfico 03	Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais frequentes na microtoponímia acreana	93
Gráfico 04	Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais produtivas nos designativos dos acidentes humanos acreanos	94
Gráfico 05	Distribuição percentual das taxionomias mais frequentes na toponímia dos acidentes físicos acreanos	107
Gráfico 06	Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais frequentes na toponímia dos acidentes físicos acreanos	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG	Acidente Geográfico
ATB	Atlas Toponímico do Brasil
ATEMIG	Atlas Toponímico de Minas Gerais
ATEMS	Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul
ATEMT	Atlas Toponímico de Mato Grosso
ATEPAR	Atlas Toponímico de Estado do Paraná
ATESP	Atlas Toponímico do Estado de São Paulo
CEDAC	Centro de Estudos Dialetológicos do Acre
F	Acidente Geográfico Físico
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
H	Acidente Geográfico Humano
IBGE-AC	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Acre
NF	Natureza Física
NA	Natureza Antropo-cultural
SC	Sem Classificação
SECTMA	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	21
2	ESTUDOS TOPONÍMICOS: ANTECEDENTES E ESTADO ATUAL	28
2.1	Toponímia: definições	28
2.2	Toponímia europeia e americana: a herança metodológica	34
2.3	Estudos toponímicos no Brasil	36
3	SIGNO TOPONÍMICO: A QUESTÃO DA MOTIVAÇÃO.....	41
4	ASPECTOS FÍSICO-GEOGRÁFICOS E SÓCIO HISTÓRICOS DO ACRE.....	48
4.1	Dos aspectos físico-geográficos.....	48
4.2	Dos aspectos sócio históricos do Acre.....	54
4.2.1	<i>As primeiras populações.....</i>	<i>54</i>
4.2.2	<i>A anexação do território acreano ao Brasil.....</i>	<i>56</i>
4.2.3	<i>O Acre: território brasileiro.....</i>	<i>61</i>
4.3.4	<i>O Acre: estado brasileiro.....</i>	<i>62</i>
5	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	64
5.1	Do <i>corpus</i>.....	64
5.2	Da catalogação e classificação dos dados.....	65
5.3	Dos procedimentos analíticos.....	69
6	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	71
6.1	Descrição dos dados.....	71
6.2	Análise dos dados.....	75
6.2.1	<i>Dos acidentes humanos.....</i>	<i>77</i>
6.2.1.1	<i>Os macrotopônimos.....</i>	<i>77</i>

6.2.1.2	<i>Os microtopônimos.....</i>	81
6.2.2	<i>Dos acidentes físicos.....</i>	95
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	117

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A *Onomástica* - ramo da linguística que se ocupa do estudo dos nomes próprios de pessoas (*antropônimos*) e de acidentes geográficos físicos e humanos (*topônimos*) - tem se apresentado, atualmente, como um campo rico para pesquisas, uma vez que o levantamento e a análise dos antropônimos e/ou dos topônimos constitui um resgate histórico, podendo refletir fatos e ocorrências de diferentes momentos da vida de uma sociedade. Desta forma, o antropônimo e o topônimo adquirem valores que transcendem o próprio ato da nomeação das coisas.

No Brasil, muitos trabalhos científicos têm sido desenvolvidos pondo em tela fatos onomásticos, especialmente aqueles ligados à toponímia. Apresentam-se, sucintamente, alguns desses estudos desenvolvidos nas cinco regiões do país. Começamos pela Região Sudeste, onde estão sediados o *Projeto ATB* (Atlas Toponímico do Brasil) e o *Projeto ATESP* (Atlas Toponímico de São Paulo), na Universidade de São Paulo; e o *Projeto ATEMIG* (Atlas Toponímico de Minas Gerais), na Universidade Federal de Minas Gerais.

Além dos projetos referidos, tratam da toponímia as pesquisas de Dick (1990), Hauila (1987), Bragança Jr. (1992), Possebom (1996), Vieira (2000), Doro (2000), Amaral (2003) e Seabra (2004). A primeira constitui um trabalho de reelaboração e fixação de modelos taxionômicos para a caracterização toponímica. A autora discute os princípios e modelos propostos por Dauzat (1928, *apud* DICK, 1990) e Stewart (1954, *apud* DICK, 1980) e propõe um modelo metodológico de classificação e análise toponímica, baseado na realidade brasileira. Esse modelo tem sido utilizado na maioria dos trabalhos voltados para o assunto, seja pela mesma pesquisadora DICK (1987; 1990; 1997; 1998; 2003), seja por outros estudiosos que seguem a proposta metodológica do Projeto ATB e do Projeto ATESP, coordenados por ela.

Hauila (1987), por sua vez, estuda os topônimos do Estado do Rio de Janeiro partindo da gênese - o primeiro momento da denominação - para chegar ao fato sociolinguístico singularizador e delineador do território fluminense. Trata-se de um trabalho de resgate histórico-sócio-cultural, realizado a partir de observações *in loco* de cada topônimo ou grupos de topônimos pesquisados. A abordagem difere da de Bragança Jr. (1992), que trata exclusivamente da morfologia dos topônimos da costa do

Rio de Janeiro, demonstrando que os sufixos *-iba*, *-uba*, *-tiba* e *-tuba* são provenientes de duas formas distintas do Tupi: *-yba* e *-tyba*.

Possebom (1996) pesquisa os nomes das vias públicas de São Paulo formados por títulos militares. A autora mostra a identificação e distribuição dos *axiotopônimos*, em números percentuais, analisa suas características, observando os dados biográficos das autoridades homenageadas, e sistematiza os dados em um dicionário. Vieira (2000) e Doro (2000) também utilizam a área paulistana para levantar os dados de suas pesquisas. A primeira faz um estudo diacrônico dos topônimos da cidade de Socorro, evidenciando as mudanças sociais ocorridas e refletidas no comportamento linguístico-toponímico local; enquanto a segunda realiza uma investigação linguística, semiótica e sócio-cultural dos topônimos da Vila Nova Savóia - especificamente de seus logradouros - situada na Zona Leste da capital paulista.

Amaral (2003), por sua vez, descreve a variação regional da ausência ou da presença de artigos definidos diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu. E Seabra (2004) estuda os topônimos da Região do Carmo-MG, especificamente dos municípios de Ouro Preto, Mariana, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Alvinópolis, Ponte Nova, Rio Doce, Dom Silvério e Acaiaca. A autora verifica que os topônimos de natureza antro-po-cultural são a maioria e, entre eles, predomina a taxa dos *antrotopônimos*.

A Região Centro-Oeste abriga dois grandes projetos de Atlas Toponímicos: *Projeto ATEMS* (Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul), em desenvolvimento na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; e o *Projeto ATEMT* (Atlas Toponímico de Mato Grosso), na Universidade Federal de Mato Grosso. Paralelos a esses projetos, encontram-se os trabalhos de Schneider (2002), Dargel (2003), Gonsalves (2004), Tavares (2004) e Santos (2005).

Schneider (2002) investiga os topônimos do Pantanal do Mato Grosso do Sul. A autora cataloga, classifica, descreve e analisa os nomes dos acidentes físicos da região: baías, córregos, corixos, morrarias, rios, morros e vazantes das oito sub-regiões que compõem o Pantanal.

Dargel (2003), por sua vez, prioriza os topônimos dos acidentes físicos da região do Bolsão sul-mato-grossense, localizado à leste e ao norte do Estado de Mato Grosso do Sul. Os resultados obtidos mostram que há predominância de topônimos de origem portuguesa, de estrutura morfológica simples e de diversas categorias de natureza física (*fitotopônimos*, *zootopônimos* e *hidrotopônimos*) e antro-po-culturais (*antrotopônimos* e

animotopônimos). Os dados confirmam, ainda, forte influência de estratos indígenas, sobretudo do Tupi, na toponímia da região. A pesquisa apresenta, ainda, 54 cartas toponímicas, que representam uma tentativa pioneira de cartografiação dos topônimos do Estado.

O trabalho de Gonsalves (2004), por seu turno, destaca a toponímia dos acidentes geográficos humanos que integram três microrregiões de Mato Grosso do Sul: Baixo Pantanal, Aquidauana e Bodoquena. A autora cataloga, classifica e analisa os nomes dos acidentes geográficos selecionados nas áreas investigadas, e evidencia fatores lingüísticos, sócio histórico-culturais e geográficos que influenciaram o topônimo em sua gênese. Como Dargel (2003), a pesquisadora recuperou estratos lingüísticos de base indígena utilizados na nomeação.

Tavares (2004) faz o levantamento e analisa os topônimos de três microrregiões de Mato Grosso do Sul: Dourados, Iguatemi e Nova Andradina. A pesquisa mostra que particularidades socioculturais, históricas e geográficas estão refletidas no processo de nomeação dos acidentes físicos e humanos estudados.

Santos (2005), por sua vez, estuda os topônimos do município Barra do Garças, microrregião do Médio Araguaia, Mato Grosso; fazendo o levantamento das ocorrências léxico-toponímicas registradas cartograficamente e analisando linguística, histórica e geograficamente os dados encontrados. A análise leva ao estabelecimento dos campos semânticos em função toponímica e, conseqüentemente, às explicações das taxas compatíveis do ponto de vista terminológico.

Na Região Sul do Brasil está em desenvolvimento o *Projeto ATEPAR* (Atlas Toponímico do Estado do Paraná), abrigado na Universidade Estadual de Londrina. Além desse projeto maior, merecem destaque os trabalhos de Francisquini (1998), Ramos (2002) e Albino (2004).

A pesquisa de Francisquini (1998) apresenta inventário, descrição e análise dos topônimos de vinte e nove municípios da Microrregião de Paranavaí, no Noroeste do Paraná. O trabalho revela que, entre os fatores antro-po-culturais, estão as classificações mais produtivas, com destaque para as designações comemorativas de nomes de pessoas da região (*antrotopônimos*), santos do hagiológico católico (*hagiotopônimos*) e nomes de lugares transplantados pelas migrações (*corotopônimos*).

Ramos (2002), partindo dos resultados de sua investigação de mestrado, Ramos (1999), estuda a presença do Tupi na toponímia dos municípios paranaenses. O pesquisador verifica a existência de vinte e cinco municípios com nomes de origem

Tupi, total ou parcialmente; depois os distribui segundo as áreas semânticas: cultura, fauna e flora. Como resultado, verifica que a maioria dos topônimos fazem referência à fauna e à flora nativa, o que reafirma os resultados de sua pesquisa anterior.

Albino (2004), em sua pesquisa, analisa a nomenclatura dos afluentes e subafluentes do Rio Iguaçu, coletados em mapas topográficos do Estado do Paraná. A autora, seguindo uma orientação diacrônico-contrastiva, correlaciona os topônimos coletados com os fatos e momentos históricos da ocupação do território paranaense.

Na Região Nordeste algumas investigações merecem destaque, como a de Santos (1996) e a de Matos (2000). A primeira apresenta a análise dos nomes dos municípios paraibanos, voltando-se, com ênfase especial, para os *fitotopônimos*. O autor identifica a percentagem de toponímica, analisa a estruturação e a motivação da denominação, e apresenta sua distribuição no Estado da Paraíba.

Matos (2000), por seu turno, contrasta duas regiões economicamente distintas da Bahia: a de Irecê (Chapada Diamantina) e a do Recôncavo Sul (litoral), resgatando a influência histórica, econômica, geográfica e linguística na toponímia das duas regiões, por meio da análise de um município de cada uma delas: Barra do Mendes e Nazaré.

Na Região Norte, por fim, registram-se duas pesquisas na referida área onomástica: a de Isquerdo (1996) e a de Linhares (2003). A primeira, *O Fato Lingüístico como Recorte da Realidade Sócio-Cultural*, apresenta uma análise sobre o léxico dos seringueiros do Estado do Acre, com vistas a verificar possíveis interinfluências língua-cultura-sociedade na configuração do léxico local. A autora inclui, como parte desta pesquisa, um estudo toponímico dos seringais e das colocações acreanas.

Linhares (2003), por seu turno, descreve e analisa alguns fenômenos relacionados aos nomes próprios personativos dentro do quadro geral da antroponímia brasileira. O pesquisador toma como base de seus estudos a cidade de Belém do Pará.

Além das pesquisas supracitadas desenvolvidas na Região Norte, encontra-se em andamento o *Projeto Atlas Toponímico de Origem Indígena de Estado de Tocantins*, da Universidade Federal de Tocantins, como projeto de doutoramento orientado por Dick, na Universidade de São Paulo.

Considera-se, então, que, mesmo com a presença de muitos trabalhos de caráter científico realizados no país, e alguns projetos de Atlas Toponímicos em desenvolvimento, ainda há muito a ser feito. Numa dimensão territorial tão rica como a do Brasil, com características geolinguísticas e sócio histórico-culturais tão peculiares,

ainda são poucos os estudos toponímicos empreendidos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Face dessa realidade, esta pesquisa apresenta um estudo léxico-semântico dos topônimos dos acidentes humanos (Estado, Microrregiões e Municípios) e físicos (rios) do Estado do Acre, a Amazônia Ocidental Brasileira – uma região marcada por particularidades físico-geográficas e sócio histórico-culturais, que podem estar refletidas no léxico toponímico.

Este estudo, num sentido mais amplo, objetiva apresentar o perfil toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira através da recuperação dos aspectos motivadores refletidos na nomeação do Estado, das Microrregiões, dos Municípios e dos rios acreanos; seja através do resgate dos fatos histórico-sociais, seja através dos aspectos físico-geográficos relacionados à área geográfica selecionada. Trata-se de uma abordagem sócio-etnolinguística da língua, que envolve a inter-relação língua-cultura-sociedade na construção do significado inerente aos sintagmas toponímicos.

Norteiam esta pesquisa, as seguintes hipóteses:

a) o signo linguístico, em função toponímica (o topônimo), é influenciado por fatores extralinguísticos: características físico-geográficas e particularidades sócio-histórico-culturais da região;

b) os topônimos dos acidentes humanos acreanos são motivados, principalmente, por fatores de natureza antro-po-cultural, já que essas nomeações, geralmente indicadas por pessoas de prestígio da região, procuram homenagear pessoas com significativo valor sócio histórico;

c) os topônimos dos acidentes físicos acreanos são motivados, principalmente, por fatores de natureza física, já que essas nomeações, na maioria das vezes, procuram evidenciar características físico-geográficas do ambiente;

d) os topônimos acreanos, de modo geral, apresentam estratos linguísticos, principalmente, de base indígena, já que os povos indígenas foram os primeiros habitantes da região examinada.

Para confirmar ou refutar as referidas hipóteses, foi necessário: inventariar, catalogar, classificar os sintagmas toponímicos do recorte geográfico selecionado e analisar aspectos sêmio-lexicais inerentes a eles, com vistas a verificar em que medida as nomeações dos acidentes humanos e físicos revelam características físico-geográficas e/ou sócio-histórico-culturais da região acreana.

Os topônimos selecionados para este estudo foram coletados, principalmente, no

Mapa Político-Administrativo do Estado do Acre (2006), escala 1:1000 000, fornecido pelo IBGE-AC. Esses dados foram classificados e analisados de acordo as orientações propostas por Dick (1992, 1996a), que construiu um modelo analítico-classificatório elaborado para a realidade brasileira, contemplando dois pontos de vista: o aspecto linguístico (que compreende o campo etno-dialetológico e o histórico-cultural) e o aspecto taxionômico (que contempla 27 taxes classificatórias, sendo 11 de *natureza física* e 16 de *natureza antro-po-cultural*).

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, aborda-se a Toponímia em nível teórico, situando a disciplina do âmbito dos estudos linguísticos, através de algumas conceituações apresentadas por renomados pesquisadores da área. Destaca-se a cronologia dos estudos toponímicos, iniciados na Europa e na América, bem como o início e o estágio atual das pesquisas toponímicas no Brasil. Discute-se, ainda, a respeito dos modelos taxionômicos apresentados por diferentes teóricos da área.

No segundo capítulo, apresenta-se uma discussão teórica sobre a não motivação do signo linguístico, apresentada por Saussure (1970), contrapondo com a motivação do signo, defendida por Ullmann (1964), Guiraud (1980) e Alinei (1994); e a caracterização dos topônimos como signo motivado, argumentada, principalmente, por Dick (1992).

O terceiro capítulo trata dos aspectos físico-geográficos e sócio históricos do Estado do Acre. No primeiro momento, apresentam-se as características físicas e geográficas colhidas nos dados do IBGE-AC e do Programa de Zoneamento Ecológico econômico do Estado do Acre. No segundo momento, destacam-se aspectos sócio históricos do Acre. Estas exposições visam à caracterização da área de estudo selecionada para esta pesquisa.

No quarto capítulo, trata-se da metodologia empregada para o desenvolvimento da pesquisa. Nesta parte, apresentam-se a) o *corpus* e as fontes de coleta; b) os procedimentos utilizados na catalogação e classificação dos dados; e c) os passos preliminares da pesquisa, como um todo, e da análise dos dados.

No quinto capítulo, faz-se a análise dos dados. Inicialmente, são apresentados os dados coletados, distribuídos em quadros que visualizam: o tipo de acidente geográfico (físico ou humano), a classificação taxionômica, e a natureza toponímica (física ou antro-po-cultural) de cada topônimo. Na sequência, apresenta-se a análise dos dados.

Nas considerações finais do trabalho, retomam-se alguns aspectos de natureza teórica discutidos ao longo da pesquisa, principalmente aqueles que subsidiaram a

análise dos dados; apresentam-se quais tipos de topônimos predominaram na nomenclatura geográfica acreana, tanto com relação à natureza (física ou antropológica), como com relação à categoria taxionômica (*astrotopônimo*, *cardinotopônimo*, *cromotopônimos* etc.); e verifica-se, também, a presença de estratos lingüísticos de outras culturas presentes nas nomeações dos acidentes físicos (rios) coletados.

Por fim, listam-se as obras que foram utilizadas como referências no plano teórico, no plano metodológico e no plano analítico na presente pesquisa.

2 ESTUDOS TOPONÍMICOS: ANTECEDENTES E ESTADO ATUAL

No presente capítulo, apresentam-se algumas discussões sobre a Toponímia, como forma de situá-la como uma disciplina linguística. Primeiramente, expõem-se algumas definições de Toponímia, propostas por renomados pesquisadores da área. Em seguida, abordam-se aspectos dos estudos toponímicos desenvolvidos na Europa e na América, especialmente, no que se refere aos modelos taxionômicos elaborados. Em seguida, apresenta-se o estágio atual das pesquisas toponímicas no Brasil.

Sabe-se que é por meio da linguagem que o homem manifesta seu pensamento e interage com outros membros da comunidade. Toda língua natural reflete a cosmovisão de seus falantes por meio de seu acervo lexical. Entende-se por acervo lexical o conjunto de palavras de uma língua natural, no qual estão projetadas as experiências vividas por determinado grupo sócio-linguístico-cultural. No dizer de Oliveira e Isquardo (2001):

Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível de língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, [...] Em vista disso, o léxico de uma língua conserva estreita relação com a história cultural da comunidade (OLIVEIRA e ISQUERDO, 2001, p. 9).

Dessa forma, segundo as autoras, o acervo lexical de um grupo reflete o seu modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia, nomeando pessoas e lugares.

2.1 Toponímia: definições

A ciência linguística (ou filológica) que estuda os nomes próprios é a *Onomástica*¹. Os especialistas em Onomástica tomam como objeto de estudo os *antropônimos* – nomes de pessoas, sobrenomes e prenomes -, e os *topônimos* – nomes

¹ Onoma- elemento de composição antepositivo, do gr. *ónoma, atos* 'nome, nome designativo de uma pessoa ou coisa', em voc. já origin. gregos, p.ex., *onomastikós, ê, ón* 'hábil em dar nome, com arte em dar nome, nominativo', já formados a partir do Renascimento em cultismos internacionais ou vern.: *onomasiologia, onomasiológico, onomasiologista, onomasiólogo, onomástica, onomasticidade, onomástico, onomastófilo*; ver **onomat(o)-**, por assim dizer, seu prolongamento; ver **-onímia** (*Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*).

dos acidentes geográficos físicos e humanos. Muitas são as perspectivas teóricas que têm orientado o estudo da Toponímia.

Rostaing (1961 p. 07), por exemplo, conceitua a Toponímia como uma ciência que tem por fim “investigar a significação e a origem dos nomes de lugares e também de estudar suas transformações”². Nota-se que esse conceito é desvinculado da realidade extralinguística, enfatiza demasiadamente o caráter diacrônico e valoriza a fonética regional.

Dick (1990, p. 36), por sua vez, define a Toponímia como “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente”. A toponimista também ressalta que, apesar desse caráter eclético da disciplina, que parece inicialmente se chocar com o pensamento de Charles Rostaing, que via na Linguística o “princípio essencial da Toponímia”, não há contradição entre as duas posições. A Toponímia, em sua feição intrínseca, “deve ser considerada como um fato do sistema das línguas humanas”.

De acordo com Dick, Ullmann (1964) já observava que o estudo dos nomes havia se afirmado recentemente como uma ciência autônoma, a Onomástica. Assim, a Toponímia e a Onomástica acham-se em uma verdadeira relação de inclusão, em que a Toponímia faz parte da Onomástica.

Salazar-Quijada (1985, p. 18), por seu turno, concebe a Toponímia como

[...] aquele ramo da Onomástica, que se ocupa do estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, socioeconômicos e antropo-linguísticos que permitiram e permitem que um nome de um lugar se origine e subsista (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 18)³.

O topônimo, portanto, pode ser considerado como um produto cultural que evidencia a realidade material e espiritual do ser humano. E o estudo dos topônimos permite verificar a organização de uma região, pois as condições ambientais e sociais refletem-se na língua, principalmente no léxico e, conseqüentemente, na Toponímia.

De acordo com Sapir (1969, p. 44), o termo ambiente faz referência aos fatores físicos, como aspectos topográficos (costa, vale planície, chapada ou montanha), clima, regime de chuvas, fauna, flora e recursos minerais. Os fatores sociais são as forças que

² “recherche la signification et l’origine des noms de lieux et aussi d’étudier leurs transformations” (ROSTEIN, 1961, p. 07).

³ “[...] aquella rama de la Onomastica que se ocupa del estudio integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos: geo-históricos, sócio-económicos y antropo-linguísticos, que se permitieron y permiten que un nombre de lugar se origine y subsista” (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 18).

modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo, como religião, padrões éticos, organização política e arte.

Francisquini (1998, p. 08), apoiada e Dick (1992) explica que a concepção de ambiente, proposta por Sapir (1969), estende-se também para a Toponímia que é o estudo dos nomes de lugares, que podem ser físicos (rios, córregos, morros, montanhas...) ou humanos (aldeias, povoados, cidades...). Esse estudo, portanto, tem caráter abrangente, já que:

Observando os diferentes sistemas culturais, em que os topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se antes se definiam como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, antropologia, da psicossociologia, enfim, da cultura geral, para, num denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social (FRANCISQUINI, 1998, p. 08).

Salazar-Quijada (1985) cita, ainda, o pensamento do pesquisador guatemalteco Francis Gall que define a Toponímia como:

[...] una voz con que se designa a toda entidad o característica geografica, es decir son fenómenos linguisticos aplicados a los geograficos y constituyen la identificación que de manera exacta determinan la ubicación de los diferentes accidentes geograficos (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p.19)⁴.

Observando as definições de Toponímia supracitadas, observa-se que todos esses conceitos trouxeram contribuições para a evolução dos fundamentos teóricos dessa ciência. Na presente pesquisa, adota-se a definição de Dick (1990, p. 36) que considera a Toponímia como uma ciência ampla, que demonstra uma infinidade de características sócias, políticas, históricas, econômicas, culturais e antro-po-culturais, não só de um indivíduo, mas de um grupo social, de uma região.

Pelo que mostramos até aqui, conclui-se que os topônimos constituem uma fonte grande importância para o acervo científico e patrimonial de qualquer país, pois por meio deles, como explica Salazar-Quijada (1985, p. 29): “a nação obtém uma personalidade geográfica própria e se particulariza com relação aos demais territórios do mundo”⁵. Bem como a Arqueologia, os topônimos tornam-se, muitas vezes, a única

⁴ “[...] una voz con que se designa a toda entidad o característica geografica, es decir son fenómenos linguisticos aplicados a los geograficos y constituyen la identificación que de manera exacta determinan la ubicación de los diferentes accidentes geograficos” (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p.19).

⁵ “la nación obtiene una personalidad geografica propia y se particulariza con respecto a los demás territorios del mundo” (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p.29).

evidência, em determinada área geográfica, da permanência de grupos que são reconhecidos como uma fonte de identificação e de diferenciação das coisas e dos fenômenos (cf. SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 30).

Salazar-Quijada (1985, p. 32) observa ainda que, para a geografia, o topônimo é o ponto de partida para numerosas investigações, pois a identificação de acidentes naturais e culturais é de suma importância, tanto para a geografia física, como para a geografia humana, a geografia regional ou urbana ou para qualquer outra disciplina que faça uso do nome geográfico na comunicação científica. Dessa forma, a Toponímia é de suma importância, pois os topônimos são o elemento relacional do homem com o ambiente, tornando-se um produto humano que identifica os elementos do espaço geográfico.

Dick (1984, p. 45), por sua vez, comenta que as relações entre Toponímia e História registra “se fazem sentir no quotidiano dos próprios fatos que os designativos revelam”. A estudiosa registra, ainda, que o topônimo pode conferir não só dimensões regionais, mas também nacionais, trazendo uma enorme carga histórico e social.

Salazar-Quijada (1985, p.33) também leva em consideração a dimensão histórica do topônimo. Para ele, por meio dos estudos toponímicos pode-se reconstruir a vida de um povo: sua cultura, seus movimentos migratórios, aspectos linguísticos, aspectos da vida social e espiritual das pessoas que habitam ou habitaram uma determinada região. Os mapas antigos, por exemplo, apresentam grande variedade de dados, pois o topônimo é o testemunho da presença humana em determinados lugares, tornando-se um importante instrumento para a análise histórica.

A Toponímia indígena de uma região, explica o pesquisador venezuelano, onde os grupos já desapareceram, em conjunto com os restos arqueológicos, pode favorecer estudos para o conhecimento histórico dos habitantes da região. Um mapa ou uma carta cartográfica podem ser considerados os reconstrutores da vida humana passada, como por exemplo, o mapa da Venezuela, em que se encontram topônimos de origem indígena, africana, e espanhola, cuja classificação aponta para três etapas históricas. São três mundos culturais distintos, com diferentes formações econômico-sociais que são representadas por meio dos topônimos (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 34).

No Brasil, como explica Dick (1992), observa-se de maneira semelhante essa diversidade étnica em relação à origem dos topônimos, que testemunham diferentes

momentos da história do país. O topônimo torna-se, assim, um verdadeiro fóssil linguístico⁶, em virtude da sua importância como

fonte de conhecimento, não só da língua falada, como também das ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário (DICK, 1992, p. 20).

Segundo Dick (1992), analisando-se a história da Toponímia brasileira, nota-se que a preocupação inicial dos estudos estava voltada para os topônimos de origem tupi, para mais tarde voltarem-se aos de origem portuguesa, aos de procedência das várias famílias indígenas, aos de base africana e aos topônimos de origem estrangeira. Estes últimos são frutos de uma imigração iniciada na segunda metade do século XIX (DICK, 1992, IV), como a açoriana, a suíça, a russa, a polonesa, a sírio-libanesa e principalmente a alemã e a italiana nos estados do sul do país. (DICK, 1988, p. 86).

Diante do exposto, Dick (1991, p. 44) mostra a importância das pesquisas toponímicas como meio de “preservação da memória coletiva de sociedades ágrafas”.

Percebe-se, também, que a presença de denominativos de natureza africana é quantitativamente menor, localizando-se nos pontos de concentração do negro no território brasileiro, principalmente na Bahia e nos Estados do Nordeste. Na Região Sudeste, em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, indo para o Sul e para o Norte (DICK, 1992, p. 149).

A Toponímia indígena no Brasil origina-se da língua falada por várias famílias que habitaram ou ainda habitam o país. Umas famílias tornaram-se mais conhecidas do que outras, pela melhor propagação de sua língua e cultura, enquanto outras ainda nem foram objeto de pesquisa. A título de exemplo, cita-se a presença de topônimos da região amazônica, de origem Caribe e Aruaque, e a presença dos nomes Bororo na Região Centro-Oeste do Brasil (DICK, 1992, p. IV).

Segundo Salazar-Quijada (1985, p. 35), nas manifestações folclóricas são inúmeras as referências a povos, a lugares e a acidentes geográficos em geral, principalmente nas produções literárias e expressões culturais (nomes de acidentes geográficos, estados e cidades em músicas e poemas).

⁶ De acordo com Dick (1992, p. 20), *fóssil linguístico* é uma expressão do geógrafo francês Jean Brunhes, para quem o topônimo era um fóssil da geografia humana, já que, mesmo com o desaparecimento dos fatores motivacionais, eles ainda podem permanecer no designativo.

Salazar-Quijada (1985, p. 45-46) ressalta, também, a importância linguística dos estudos toponímicos, argumentando que os topônimos são fenômenos linguísticos por meio dos quais o homem designa e diferencia cada um dos fenômenos geográficos e culturais do seu meio.

A Toponímia, como uma ciência integral, está relacionada a várias ciências. No entanto, a sua principal fundamentação é a explicação etimológica dos termos e é neste sentido que está atrelada à Linguística. Em alguns casos, o conhecimento etimológico dos topônimos pode suprir a falta de documentos escritos. Para Francis Gall (*apud* SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 45), a principal função da Linguística é detectar a gramática e a lógica dos idiomas do mundo. Pode se verificar, portanto, a importância dos topônimos no tratamento linguístico de línguas indígenas já extintas.

Em sua obra *Toponímia Prerrománica Hispana*, Menéndez Pidal (*apud* SALAZAR-QUIJADA, 1985) enfatiza que os topônimos não são apenas a história dos nomes de um idioma, mas também um documento das línguas primitivas, podendo às vezes, se constituir:

[...] os únicos restos [...] são viva voz de [...] povos desaparecidos, transmitida de geração a geração, de lábios a ouvidos na pronúncia dos que continuam habitando o mesmo lugar; [...] A necessidade diária de nomear esses lugares une a través dos milênios a pronúncia dos habitantes de hoje com a pronúncia dos primitivos [...] Esses topônimos arrastam consigo para o idioma atual elementos fonéticos, morfológicos, sintéticos e semânticos próprios de uma língua antiga, elementos pertencentes a uma língua morta, mas que ainda vivem conservando seu valor expressivo, incorporados a nossa fala neolatina. [...] (SALAZAR-QUIJADA, 1985 p. 46)⁷

Há que se ressaltar, com relação à importância do topônimo para a vida social, que, para uma pessoa estranha ao lugar, a Toponímia pode tornar-se de difícil compreensão, uma vez que apenas os habitantes da comunidade compartilham o significado afetivo do nome.

A alteração de um topônimo é um tanto arbitrária, normalmente ocorre sem o consentimento dos habitantes do lugar. Como foi o caso da mudança de *Quinari* –

⁷ “[...] los únicos restos [...] son viva voz de aquellos pueblos desaparecidos, transmitidas de generación en generación, de labio a oídos en la pronunciación de los que hoy continúan habitando el mismo lugar; [...] La necesidad diaria de nombrar ese terruño une a través de los milenios la pronunciación de los habitantes de hoy con la pronunciación de los primitivos [...]. Esos topónimos arrastran consigo en nuestro idioma actual elementos fonéticos, morfológicos, sintéticos y semánticos propios de la lengua antigua, elementos pertenecientes a una lengua muerta, pero alguna vez vivientes aún, conservando su valor expresivo, incorporado a nuestra habla neolatina. [...]” (SALAZAR-QUIJADA, 1985 p. 46).

topônimo adotado e mais conhecido pelos habitantes – para *Senador Guimard* – nome oficial do município (dado extraído do nosso *corpus*).

Contudo, não se pode dizer que a Toponímia possua caráter estático. Há sim, uma polarização entre o estático e o dinâmico. De acordo com Dick (1992, p. 207), ela é dinâmica, “no sentido de atuar, concomitantemente, ao acontecido, registrando-o de imediato”. A pesquisadora explica que o caráter conservador da Toponímia acontece quando há a tentativa de se manter o que já foi “objeto de um processo factual, impedindo perdas” e que no processo de nomeação o atual não deveria substituir o antigo, mas nomear outros pontos, de maneira a garantir convivência harmônica entre o velho e o novo (cf. DICK, 1992, p. 208).

Pode-se constatar, pelo supra exposto, o caráter interdisciplinar da Toponímia e o quanto é importante seu estudo e o seu conhecimento como uma fonte de informações em todos os aspectos relacionados à localidade, como os níveis social, econômico e político. O estudo toponímico, portanto, pode trazer contribuições para as mais variadas áreas do saber humano

2.2 Toponímia européia e americana: a herança metodológica

Segundo Dick (1992, p. 02), os estudos toponímicos iniciaram-se na Europa, mais especificamente na França, por volta de 1878, com os trabalhos de Auguste Longnon, na *École Pratique des Hautes-Études* e no *College de France*, que resultaram na obra *Les Noms de Lieux de la France*, considerada clássica na área, publicada postumamente em 1912, por um grupo de ex-alunos. A partir desta obra, diversas perspectivas teóricas surgiram para orientar as investigações toponímicas, como a de Albert Dauzat (1928) que retomou os estudos empreendidos por Longnon.

Dauzat (1928) apresentou um estudo detalhado sobre a formação dos topônimos franceses. Deste trabalho resultou a obra *Les Noms de Lieux Origine et Evolution: Villes et villages – pays – cours d'eau montagnes – lieux-dists*, que proporcionou o conhecimento sistematizado das normas a serem seguidas por estudiosos da área.

O pesquisador dividiu a natureza dos topônimos em duas categorias de influência: o da geografia física e o da geografia humana. As subdivisões, como explica Dick (1999):

[...] no interior de cada um dos blocos referiam-se a ocorrências ou recortes espaciais identificados pelos paradigmas hidrográficos ou geomorfológicos [...] a construção de vilas e cidades de acordo com as camadas étnicas constitutivas do povo francês (DICK, 1999, p. 14).

Nesta pesquisa, Dauzat (1928) apresenta o estudo etimológico e a reconstituição histórica de cada um dos topônimos, observando, inclusive, as transformações fonéticas por que passaram.

Os estudos toponímicos se expandiram na Europa e na América em ordem sincrônica. No continente europeu, o filólogo português José Leite de Vasconcelos que, seguindo a linha francesa, apresenta, em sua obra *Opúsculos* (1931), o estudo das origens dos topônimos de Portugal, analisa as transformações fonéticas e a formação gramatical dos topônimos, e classifica-os por categorias, de acordo com os fatos que os originaram (VASCONCELOS, 1931, p. 03).

Até este momento, as investigações realizadas se restringiam ao estudo de cunho essencialmente linguístico do topônimo: etimologia, formação da palavra e transformações fonéticas. Outros estudos, porém, levaram em consideração a relação da História, da Geografia e da Antropologia com os signos estudados. Nos Estados Unidos e no Canadá, por exemplo, grupos formados por linguistas, historiadores e geógrafos têm dedicado atenção aos estudos toponímicos considerando a multidisciplinaridade.

Nos Estados Unidos, essas equipes de pesquisa publicam seus trabalhos na revista *Names* – órgão oficial de divulgação da *América Name Society* – que tem por objetivo precípua o estudo da etimologia, origem e significado; e aplicação de todas as categorias de nomes: pessoal, geográfico, popular, comercial e científico. Esta revista tem como um de seus colaboradores George Stewart, autor das obras *Name of the Land* e *A Classification of the Land* (1954).

Stewart (1954) foi o primeiro a considerar a motivação semântica no ato de nomear um acidente geográfico físico ou humano que pode ter relação com o ambiente, a sociedade e a cultura da comunidade. O autor elaborou um modelo de classificação toponímica, distribuindo os nomes em nove categorias de motivação:

- a) *descriptive names*;
- b) *possessive names*;
- c) *incident names*;
- d) *commemorative names*;
- e) *euphemistic names*;

- f) *manufactured names*;
- g) *shift names*;
- h) *folk etymologies*, e;
- i) *mistake names*.

Dick (1992, p. 25), no entanto, considera a classificação apresentada por Stewart (1954) muito genérica. A pesquisadora argumenta que o teórico, além de diferenciar o motivo e o mecanismo, discute os mecanismos utilizados no processo de nomeação. Para Stewart (1954), toda nomeação é resultado do desejo de identificar um lugar, particularizando-o em relação aos outros. A sua classificação é prática e abrangente. Para Dick (1992, p. 25), contudo, essa abrangência é questionada, já que sua aplicabilidade não contempla todos os sistemas onomásticos, restringindo o uso das *taxes*.

2.3 Estudos toponímicos no Brasil

Na América Latina, a Venezuela, o Chile, e o Brasil são os países que mais têm dado contribuições à ciência toponímica. Na Venezuela, ressalta-se a Tese de Doutorado, do antropólogo Adolfo Salazar-Quijada, *La Toponimia en Venezuela* (1985), obra que apresenta uma tipologia metodológica para a classificação dos topônimos. No Chile, há o trabalho de Mário Bernal Lillo, *Toponimia de Valdivia* (1990), no qual o autor faz uma análise linguística dos topônimos de origem pré-hispânica, hispânica e germânica da província de Valdivia (FRANCISQUINI, 1998, p. 17-18). E no Brasil, destacam-se os trabalhos de Sampaio (1901), Cardoso (1961), Drummond (1965) e Dick (1987, 1990, 1997).

No Brasil, os primeiros estudos toponímicos foram realizados pelo pesquisador Teodoro Sampaio, que buscou verificar a presença da língua tupi nos topônimos brasileiros. Com *O Tupi na Geografia Nacional*⁸, Sampaio (1901) mostra que as pesquisas etimológicas e históricas dos topônimos constituem objetos que devem ser estudados, já que o significado do signo toponímico pode refletir características físicas e históricas do topônimo criado. O autor defende esse argumento a partir dos resultados de sua pesquisa que demonstraram que a forma de nomear dos tupis era baseada no

⁸ *O Tupi na Geografia Nacional* foi publicado pela primeira vez em 1901. Nesta pesquisa foi utilizada a 5ª edição, de 1987.

caráter descritivo do ambiente onde estava inserido o topônimo. Sobre a referida obra, diz Dick (1992) refere-se a essa obra pioneira nesses termos:

[...] pela criteriosa análise a que foram submetidos todos os vocábulos, pelas profundezas dos conhecimentos tupis, pela seriedade de suas investigações, para cujo resultado não faltaram nem as leituras crônicas antigas e das antigas relações de viagens, nem a consulta ao elemento histórico, a fim de descobrir a verdadeira grafia primitiva dos vocábulos, para a perfeita elucidação de seu sentido e a rigorosa determinação de sua etimologia (DICK, 1992, p. 04).

Cardoso (1961), por sua vez, em *Toponímia Brasília*, trata da influência das línguas aruaque e caribe no topônimo amazonense. O autor destaca, entre outras coisas, a importância das pesquisas toponímicas para a compreensão dos movimentos migratórios e das questões etnolinguísticas de um espaço geográfico (cf. CARDOSO, 1961, p. 20).

O trabalho de Drummond (1965), *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasília*, constitui uma das obras de maior relevância para os estudos toponímicos brasileiros. Nela, o autor, além de destacar a falta de sistematização metodológica em estudos toponímicos brasileiros anteriores, apresenta a contribuição do povo bororo da Região Centro-Oeste para a toponímia brasileira.

Entre as pesquisas mais recentes e representativas brasileiras, estão as de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick que, em uma perspectiva mais ampla, visam a uma sistematização metodológica para orientar as pesquisas toponímicas. Em Dick (1990), por exemplo, são apresentados os princípios teóricos de investigação toponímica, e uma discussão sobre dois planos de investigação – o diacrônico e o sincrônico – considerando que a investigação no âmbito do segundo plano, permite “o exame das séries motivadoras, que conduziram à elaboração das taxes toponímicas, vinculadas, de modo genérico, aos campos físico e antropológico” (DICK, 1990, p. 367)⁹.

Em outra obra, Dick (1992) apresenta uma reformulação do modelo de classificação taxionômica para os topônimos, contemplando 27 (vinte e sete) taxes¹⁰: 11 (onze) relacionadas com o ambiente físico – *Taxionomias de Natureza Física* –, e 16 (dezesseis) relacionadas com os aspectos sócio-histórico-culturais que envolvem o homem – *Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural*¹¹.

⁹ Dick (1990), além de formular uma terminologia técnica para a ciência toponímica, põe em destaque os principais motivos que comandam a organização da nomenclatura geográfica de determinada região.

¹⁰ Anteriormente, Dick (1975) havia proposto um modelo que contemplava 19 (dezenove) taxes.

¹¹ No Capítulo 4 desta pesquisa serão apresentadas as taxionomias de natureza física e de natureza antropológico-cultural propostas por Dick (1992).

Merecem destaque, ainda, as propostas de subdivisões e acréscimos de taxes, apresentadas por outros estudiosos brasileiros, ao modelo teórico de Dick, em decorrência de melhor adequar o modelo à natureza dos dados.

Isquerdo (1996), por exemplo, propõe uma subdivisão para a categoria dos *animotopônimos*. A pesquisadora adota a nomenclatura *animotopônimos eufóricos* e *disfóricos*, com base na natureza do sentimento que o topônimo evoca. Assim, os topônimos são classificados como *animotopônimos eufóricos* quando evocarem uma “sensação agradável, expectativas otimistas, boa disposição de ânimo” e como *disfóricos* quando a sensação for desagradável, as expectativas não forem otimistas e as perspectivas temerosas (cf. ISQUERDO, 1996, p. 118).

Lima (1997), por sua vez, propõe uma subdivisão dos *hagiotopônimos* em *autênticos* e *aparentes*. De acordo com a pesquisadora, os *hagiotopônimos autênticos* “são topônimos de inspiração religiosa, respaldada por um padroeiro homônimo”. E os *aparentes* são os “os topônimos de inspiração política, isto é, aqueles cujo objetivo era homenagear pessoa relacionada aos fundadores e/ou personagens influentes (LIMA, 1997, p. 422).

Francisquini (1998, p. 44), pesquisando a toponímia paranaense, criou outras categorias como: *acronimotopônimos*, formados por siglas, como em *Cohapar - BU*; *grafematopônimos*, cujo elemento distintivo são as letras do alfabeto, como em *Seção C.*; *higietopônimos*, que são relativos à saúde, à higiene, ao estado de bem-estar físico, como em *Água Limpa, Água Limpa, Água Suja*; *necrotopônimos*, que se referem ao que está morto, como em *Córrego Caveira*.

Além dessas taxionomias criadas por Stewart (1954), Salazar-Quijada (1985) e Dick (1990, 1992), os estudos dialetológicos trouxeram contribuições para a apresentação dos dados sistematizados através das taxionomias, por meio de Atlas Toponímicos, cuja elaboração, na concepção de Dick (1996a, p.2389), é:

[...] trazer simultaneamente à discussão, uma série de questões ligadas a princípios teóricos que se encontram definidos em outras seqüências de conteúdos, sob outros títulos, mas que se interligam nas tipologias dos topônimos. O reconhecimento destes é, no fundo, o objetivo de base da organização de um Atlas “(...) “os Atlas Toponímicos nascem à luz dos princípios que comandam a organização do Atlas Linguísticos ou Linguísticos-Etnográficos (DICK, 1996a, p. 2389).

Muitas outras pesquisas toponímicas têm sido realizadas pelo país, na maioria das universidades brasileiras¹². Mas, levando em consideração e extensão territorial e a multiplicidade linguístico-cultural do Brasil, muito ainda há para se pesquisar, explicar, conhecer. Como afirma Dick (1987, p. 370), quando se descobre o significado do topônimo é como “conhecer o povo que o originou, e conseqüentemente, a sua língua”.

Com o avanço dos estudos onomásticos no Brasil, sobretudo os toponímicos, Dick propôs a elaboração de um Atlas Toponímico, como veículo de estudos sobre as ocorrências gerais da nomenclatura geográfica, na denominação dos acidentes físicos e humanos.

A pesquisa foi iniciada pela análise da nomenclatura dos municípios regionais e, em seguida, com estudos sobre os acidentes municipais. O estudo visa a duas linhas básicas: “a – influência das línguas em contato no território (fenômenos gramaticais e semânticos), durante o período formativo; b – padrão motivador dos nomes, resultante das diversas tendências étnicas registradas (línguas indígenas, africanas e de imigração” (DICK, 1998).

Para a operacionalização do projeto, “buscou-se a utilização dos vocábulos de língua e/ou dos padrões dialetais ou falares brasílicos reconhecidos e incorporados à toponímia brasileira” (DICK, 1998). Os dados iniciais do projeto foram coletados em cartas cartográficas de escala 1:100 000 e 1:50 000.

Inicialmente, foi proposto o Projeto ATESP (Atlas Toponímico de São Paulo), e, em seguida, o Projeto ATB (Atlas Toponímico do Brasil), coordenados por ela na Universidade de São Paulo (USP). Para a elaboração dos Atlas Toponímicos adotou-se a metodologia das áreas proposta por Dauzat (1928): primeiro é feito o remapeamento da divisão municipal, conforme as camadas dialetais presentes na língua padrão; e em seguida, é feita a distribuição toponímica em categorias taxionômicas, representantes dos principais padrões motivadores dos topônimos brasileiros.

Além do *Projeto ATB* e do *Projeto ATESP*, outros estão em pleno desenvolvimento em muitas universidades Brasileiras, seguindo a mesma metodologia proposta pelo toponimista francês, e reestruturada por Dick (1990, 1992, 1996a), como: a) *Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico de Minas Gerais*, em desenvolvimento na Universidade Federal de Minas Gerais; b) *Projeto ATEMS – Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul* – em desenvolvimento na Universidade de São Paulo; c) *Projeto ATEMT*

¹² Algumas pesquisas toponímicas foram apresentadas nas Considerações Iniciais desta pesquisa.

– *Atlas Toponímico de Mato Grosso* – em desenvolvimento na Universidade Federal de Mato Grosso; d) *Projeto ATEPAR – Atlas Toponímico do Estado do Paraná* – em desenvolvimento na Universidade Federal de Londrina; e) *Projeto Atlas Toponímico de Origem Indígena de Estado de Tocantins* – em desenvolvimento na Universidade Federal de Tocantins.

E importante destacar que os projetos supracitados são variantes regionais do projeto maior, *Atlas Toponímico do Brasil* – ATB, e seguem, basicamente, as mesmas orientações teórico-metodológicas apresentadas e discutidas nesta pesquisa.

3 SIGNO TOPONÍMICO: A QUESTÃO DA MOTIVAÇÃO

De acordo com Ullmann (1964), já na Antiguidade alguns filósofos levantaram discussões a respeito da natureza da palavra, ou, mais especificamente, sobre a motivação ou arbitrariedade do signo linguístico, o que gerou dois grupos opostos:

Havia duas escolas de pensamento rivais: os naturalistas, que acreditavam existir uma relação intrínseca entre o som e o sentido, e os convencionalistas que sustentaram ser a relação puramente arbitrária (ULLMANN, 1964, p. 07).

Entre os naturalistas, que defendiam haver correspondência entre imagem acústica e sentido era puramente arbitrária, inclui-se Aristóteles. Essas posições, embora conflitantes, têm origem numa mesma indagação: há correspondência entre o significado de uma palavra e sua forma?

De acordo com Lyons (1979, p. 04), o caminho para essa resposta constituiu um longo trajeto de estudos etimológicos das palavras e somente no início do século XX, o sentido aristotélico de arbitrariedade do signo foi retomado por Ferdinand de Saussure.

Saussure (1970, p. 24) afirmou que a língua “é um sistema de signos que exprimem ideias” e que o signo possui um “caráter arbitrário” e funciona devido a um contrato social entre os falantes de uma mesma língua.

As ideias de Saussure popularizaram-se na Linguística moderna, após o século XX, servindo de orientação para várias vertentes teórico-metodológicas de investigação, apontando que, até certo ponto, a questão da arbitrariedade estava resolvida.

Saussure (1970) acrescentou, ainda, outro fundamento essencial à noção de signo: a noção de valor. Para ele, o valor do signo linguístico é obtido através da rede de relações com outros signos, portanto, um signo só se define como tal, no interior de um sistema de signos. Dessa forma, para o linguista, “a língua é um sistema de valores constituído não por conteúdos ou produtos de uma vivência, mas por diferenças puras” (DOSSE, 1993, p. 65).

quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são (SAUSSURE, 1970, p. 136).

Saussure, portanto, entende que o valor do signo linguístico é determinado dentro do

sistema linguístico em que está inserido o que aponta à reafirmação do princípio da arbitrariedade do signo linguístico, já que ele

Une não uma coisa ao seu nome, mas o conceito a uma imagem acústica num vínculo arbitrário que remete à realidade, o referente, para o exterior do campo do estudo [...]. Os signos saussurianos só envolve, portanto, a relação entre significado (o conceito) e significante (imagem acústica), com exclusão do referente (DOSSE, 1993, p. 70).

Como se pode perceber, a noção da arbitrariedade do signo linguístico, retomada pelo linguista genebrino tem sido a tônica dos estudos linguísticos. No caso do signo toponímico, contudo, a princípio, podemos acatar a noção de arbitrariedade preconizada por Saussure, pois, como argumenta Dick (1990):

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, como já se acentuou, uma forma de língua, ou um significante animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, **marcando-o duplamente**: o que era **arbitrário**, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente **motivado**, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo (DICK, 1990, p. 38).

Pelo exposto, portanto, considerando a natureza intrínseca do signo toponímico, é preciso rever a questão da arbitrariedade, já que sua característica primordial é a motivação semântica que, na maioria das vezes, tem relação com aspectos físico-geográficos ou sócio-histórico-culturais, que são considerados no ato da nomeação dos acidentes geográficos físicos e/ou humanos.

Desse modo, “o sistema toponomástico utiliza-se dos mesmos constituintes disponíveis no léxico virtual de uma língua” (DICK, 2001, p. 81). Assim, como acontece com os demais signos, é possível, através dos topônimos, recuperar dados a cerca da relação língua-sociedade e cultura, já que, segundo Biderman (1981):

o léxico pode ser considerado como um tesouro vocabular de uma língua. Ele inclui a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não-linguísticos que se referem ao mundo físico e ao universo cultural, criado por todas as culturas humanas atuais e do passado. Por isso o léxico é o menos linguístico de todos os domínios da linguagem. Na verdade, é uma parte do idioma que se situa entre o linguístico e o extralinguístico (BIDERMAN, 1981, p. 138).

Dick (1992) explica ainda que a motivação toponímica possui um duplo

aspecto que transparece em dois momentos: primeiramente, na intencionalidade do denominador ao selecionar o nome, na qual concorreriam circunstâncias de ordem objetiva ou subjetiva e, ainda:

na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, o que pode envolver procedências as mais diversas”. Desse modo, podem também “guardar uma significação precisa de aspectos físicos ou antro-po-culturais presentes na denominação (DICK, 1992, p. 18).

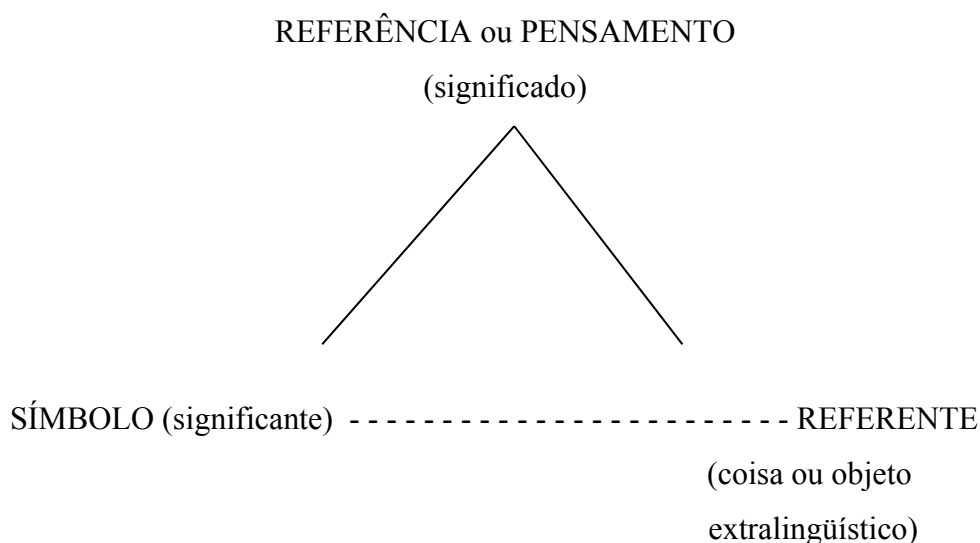
Aceitando, portanto, o nome próprio como um fato da língua (como um signo linguístico que identifica e guarda uma significação precisa de aspectos físicos ou antro-po-culturais), o estudo toponomástico servirá como fonte de conhecimento da língua falada numa dada e como recuperação de fatos físico-geográficos e/ou sócio-histórico-culturais, em parte ou em sua totalidade, por que passaram os povos que habitaram, temporária ou definitivamente e região pesquisada.

A noção saussuriana da arbitrariedade do signo linguístico tem despertado discussões entre teóricos, sobretudo entre os semanticistas, que estudam a linguagem, seja quanto à dicotomia significante/significado seja, num plano mais geral, quanto à vinculação entre signo/realidade. Daí, segundo Ullmann (1964), surgiram vários enfoques teóricos, dentre eles, destacam-se duas escolas de pensamento linguístico:

A tendência “analítica” ou “referencial”, que procura atender a essência do significado, reduzindo-o aos seus componentes principais, e a tendência “operacional”, que estuda as palavras em ação e que se interessa menos por o que é significado, que pelo modo que opera” (ULLMANN, 1964, p. 116).

A tendência analítica pode ser representada pelo triângulo de Ogden e Richards (1923), conhecido como triângulo semiótico. Nele, os autores buscaram incluir, por meio de uma relação triádica, o referente. Nesse diagrama distinguem-se três componentes do significado, assinalando que não há relação direta entre as palavras e as coisas que elas representam, ou seja, a palavra simboliza um pensamento ou referência, que remete ao referente que, por sua vez, está ligado ao símbolo por uma relação imputada (ULLMANN, 1964, p. 117), conforme pode-se observar no gráfico a seguir:

Gráfico 01: Triângulo de Ogden e Richards



FONTE: Blinkstein, 1990, p. 24.

De acordo com Blinkstein (1990, p. 22-25), apesar de ter sofrido críticas¹³, o triângulo semiótico foi recuperado por linguistas como Ullmann, Baldinger, Heger na tentativa de explicar a construção do significado do signo linguístico, mas o referente extralingüístico, componente para a interpretação do significado, permaneceu fora da relação triádica, uma vez que esses estudos continuaram voltados para o lado esquerdo do triângulo.

Percebe-se que a noção de arbitrariedade continua presente no estudo do signo linguístico, considerando que estudiosos como Ullmann, Baldinger, Heger seguem, em sua essência, o modelo de Ogden e Richards, o que leva a um retorno a Saussure que entendia que, entre o símbolo e o referente ou “coisa”, há uma relação indireta, ou seja, uma relação arbitrária ou, mais propriamente, imotivada (DUARTE, 2000, p. 21).

A corrente de pensamento Operacional ou Contextual, por sua vez, tem como seu representante mais significativo Wittgenstein (1953) que, através da obra *Philosophical Investigations*, introduziu uma sugestiva formulação, o teste da substituição, para o estudo do significado, argumentando que “o significado de uma

¹³ Epstein (1986, p. 22), por exemplo, afirmou não ser o modelo triangular tão inovador, já que “remonta aos estoicos que interligavam três entidades à função signica: o significado que subsiste em nosso pensamento, o símbolo e o referente externo”.

palavra é o seu uso na língua, embora não para todos os casos, porém abrange um grande número” (cf. ULLMANN, 1964, p. 134).

Ao explicar que palavras adquirem funções diversas de acordo com o uso, Wittgenstein recupera o pensamento de Saussure quando compara a língua a um jogo de xadrez, em que língua e seus conceitos são vistos como instrumentos e as palavras como ferramentas, e assim as palavras adquirem funções diversas de acordo com o seu uso. A linguagem humana, na visão de Wittgenstein, só pode ser compreendida considerando-se os contextos linguísticos e extralinguísticos. Portanto, mais do que estudar o que é o significado, há que se estudar as palavras em ação.

Para Ullmann (1964, p. 134-140), embora uma postura teórica puramente operacional limite os estudos semânticos, não se deve descartá-la totalmente, pois esta poderia servir de complemento à teoria referencial. O primeiro passo para a verificação do significado estaria na orientação operacional que forneceria dados para a orientação referencial. Portanto, a primeira trata do significado no nível da fala e a segunda do significado no da língua.

De acordo com Blikstein (1990, p. 37), os estudos que envolvem o signo linguístico, pode-se perceber que o objeto extralinguístico, a “coisa” para Saussure e o referente na terminologia de Ogden e Richards, permaneceu fora dos estudos linguísticos. Linguistas e semiólogos, no entanto, na tentativa de explicar a construção do significado, acabam deparando-se com a figura do referente e, conseqüentemente, vendo-se em um impasse teórico-metodológico.

Estudiosos que se interessaram em estudar o signo e a sua face mais intrigante, o significado, embora não tenham resolvido o problema em definitivo, puseram em discussão a “coisa denominada” que, sendo extralinguística ou não, não pode ser ignorada pelos semanticistas (GUIRRAUD, 1986, p. 25).

Ao se valerem da noção de arbitrariedade linguística, estudiosos como Ullmann e Wittgenstein evidenciaram a dificuldade de se elaborar uma teoria do significado, visto que, nessa perspectiva, o significado se coloca fora da esfera concreta. Contudo, numa das concepções de Saussure, verifica-se que ele nos dá margem para questionar acerca da arbitrariedade e da motivação do signo, ao reconhecer que pode haver graus de motivação entre significante e significado, o que chama de arbitrário absoluto e de arbitrário relativo:

o princípio fundamental da arbitrariedade do signo não impede distinguir, em

cada língua, o que é radicalmente arbitrário, vale dizer imotivado, daquilo que só o é relativamente. Apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária: em outras, intervém um fenômeno que permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: o signo pode ser relativamente motivado (SAUSSURE, 1970, p. 152).

Para o semanticista Mário Alinei (1994), como consta em Isquierdo (1996), todo signo é, em sua gênese, motivado e por isso defende “a existência de uma dupla estrutura do significado”: a genética e a funcional. Segundo o linguista, o signo é motivado em sua gênese, por considerar que o denominador, ao nomear um novo referente, busca no ato da criação desse nome recursos no próprio sistema da língua. No entanto, ao adquirir sua funcionalidade e ao longo do seu uso, o signo vai tornando-se arbitrário. No uso, portanto, podem-se encontrar palavras opacas e palavras transparentes, em virtude do grau de reconhecimento ou não da motivação da palavra. O estudioso explica ainda que a opacidade pode não só se manifestar nos planos formal e motivacional, como também pode ocorrer na esfera cultural, quando se torna impossível “descobrir em qual contexto cultural nasceram determinadas lexicalizações” (ISQUERDO, 1996, p. 88).

Quanto à opacidade ou à transparência das palavras, Ullmann (1964, p. 167-192) explica que, de um lado, todos os idiomas contêm certas palavras que são arbitrárias ou opacas, ou seja, não se percebe qualquer conexão entre o som e o sentido. Por outro lado, há outras que pelo menos em certo grau são motivadas e transparentes, neste caso, a motivação pode ser fonética, as onomatopeias, por exemplo; morfológica, pode-se encontrar nas palavras compostas, entre outras, citamos *guarda-roupa*, *beija-flor*. A motivação semântica, por sua vez, pode ocorrer por uma relação metafórica ou metonímica.

A partir das discussões supracitadas sobre a motivação do signo lingüístico, encontramos sustentação teórica para justificar a motivação do signo toponímico. Principalmente a concepção de motivação concebida por Alinei (*cf.* ISQUERDO, 1996, p. 86): “motivação consiste, pois, naqueles aspectos do significado ou definição de um objeto que foram selecionados pelos falantes para fabricar o nome desse objeto”; por Guirraud (1980, p. 30), quando evidencia que a motivação externa “repousa sobre uma relação entre a coisa significada e a forma significante do sistema lingüístico”, e por Ullmann (1964), no que se refere, principalmente, à motivação semântica que pode ocorrer por uma relação metafórica ou metonímica.

As concepções e reflexões teóricas apresentadas reforçam a postura teórica

de Dick (1992, p. 18) sobre a motivação do signo toponímico, para quem o ato de nomear envolve não apenas a intencionalidade do denominador, mas também a relação desse signo com aspectos sócio-histórico-culturais ligados ao contexto de um grupo alocado em um determinado espaço geográfico marcado por determinadas características físico-naturais.

No próximo capítulo, portanto, serão apresentados dados gerais referentes aos aspectos físico-geográficos e sócio-históricos que caracterizam o Estado do Acre.

4 ASPECTOS FÍSICO-GEOGRÁFICOS E SÓCIO-HISTÓRICOS DO ACRE

Neste capítulo são abordados aspectos físico-geográficos e sócio-históricos do Acre – a Amazônia Ocidental Brasileira. No primeiro momento, são apresentadas as características gerais físico-geográficas¹⁴ relacionadas à região acreana: a localização geográfica, a distribuição política, a distribuição hidrográfica, entre outros.

Na segunda parte, são apresentados os principais fatos de ordem sócio-histórica, que compõem a história do Estado acreano, tais como: o processo de ocupação do território, a anexação do território ao Brasil, a situação do Estado pós-anexação etc.

Segundo Chambon (1994), a experiência tem provado que os nomes próprios são bons indicadores das mudanças sociolinguísticas regionais. A análise dos topônimos, segundo o autor, permite depreender a história sociolinguística sobre um ângulo pouco explorado, detalhando fases transitórias dentro de um eixo evolutivo maior da variedade de base. Como destaca Drummond (1965):

Aspectos importantes da análise dos fatos toponímicos, como a história das transformações dos nomes dos lugares; a sua evolução fonética; as alterações de diversas ordens; a sua relação com as migrações, a colonização, os estabelecimentos humanos e o aproveitamento do solo, os nomes inspirados por crenças mitológicas visando à proteção dos santos ou de Deus, seriam assim deixados de lado pelos estudiosos (DRUMMOND, 1965).

Por isso, a descrição dos aspectos físico-geográficos e sócio-históricos torna-se de fundamental importância para o conhecimento da região em estudo, e também para subsidiar a análise toponímica dos acidentes geográficos humanos e físicos, selecionados para a pesquisa, numa perspectiva sócio-etnolinguística.

4.1 Dos aspectos físico-geográficos

¹⁴ Para a caracterização físico-geográfica do Acre, utilizaram-se como fontes principais de coleta dos dados: o *Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre* (2000a e 2000b) e os dados do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Acre* (2006). Para este último, realizaram-se pesquisas *in loco*.

Figura 01: O Estado do Acre

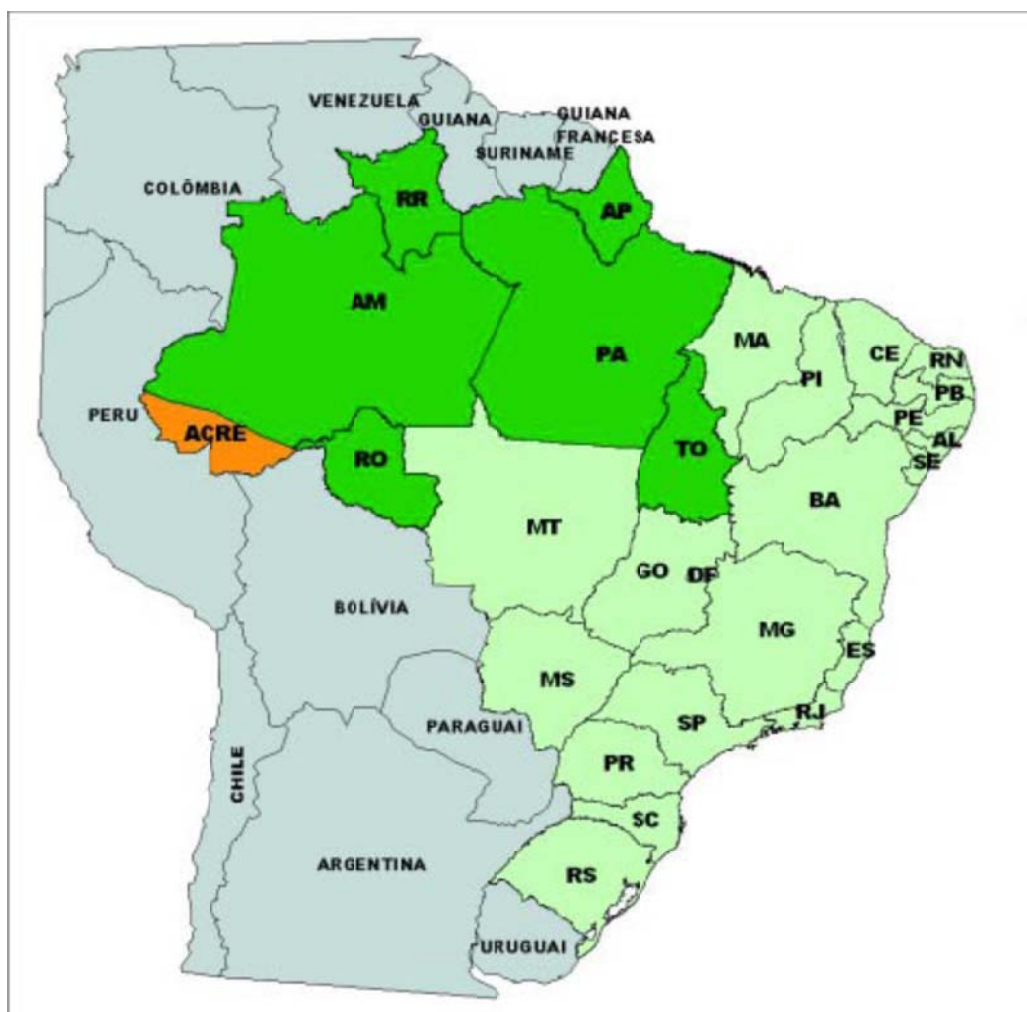
Fonte: Poder social – Estado do Acre, 2005.

De acordo com os dados do IBGE (2006), o Estado do Acre – a Amazônia Ocidental Brasileira – está situado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, entre as latitudes de 07°07'S e 11°08'S, e as longitudes de 66°30'W e 74°WGr. Sua superfície territorial é de 153.159,9 Km², correspondente a 3,9% da área amazônica brasileira e a 1,8% do território nacional.

O Estado acreano tem como capital o município de Rio Branco e está dividido em 21 (vinte e um) outros municípios: Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Porto Acre, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa, Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri (cf. Figura 01).

A extensão territorial do Estado é de 445 Km no sentido Norte-Sul e 809 Km entre seus extremos Leste-Oeste. Seu território faz fronteiras internacionais com o Peru e a Bolívia e, nacionais com os estados do Amazonas e de Rondônia (cf. Figura 02).

Figura 02: Localização das fronteiras acreanas



Fonte: Arquivo ZEE/AC, 2000.

Segundo o *Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre*¹⁵ (2000a, p. 22-24), o relevo acreano é composto, principalmente, por rochas sedimentares, formadoras de uma plataforma regular que desce suavemente em cotas da ordem de 300 m em suas fronteiras, para pouco mais de 100m nos limites com o Amazonas. O ponto culminante do Estado situa-se no extremo ocidental, onde, com a presença da Serra do Divisor (uma ramificação da Serra Peruana de Contamana), a estrutura do relevo se modifica, apresentando uma altitude máxima de 600m.

Os solos do Estado são de origem sedimentar e abrigam uma vegetação natural composta basicamente de dois tipos de florestas: Tropical Densa e Tropical Aberta.

¹⁵ A partir daqui, usar-se-á a sigla: ZEE-AC.

Essas florestas caracterizam-se por sua heterogeneidade, o que constitui grande valor econômico para o Estado.

O clima é do tipo equatorial quente e úmido. Apresenta altas temperaturas, elevados índices de precipitação pluviométrica e alta umidade relativa do ar. A temperatura média anual é de, aproximadamente, 24,5°C, e a temperatura máxima atinge picos de 32°C, aproximadamente uniforme para todo o território.

Predominam, na vegetação acreana, os seguintes tipos de florestas: Floresta latifoliada perene (densa e sempre verde), Floresta ribeirinha (localizada às margens dos rios, apresentam pequena quantidade de espécies) e Capoeiras (áreas desmatadas, que estão passando por um processo de crescimento natural).

O Estado Acreano, de acordo com o ZEE/AC (2000a, p. 34-36), é banhado por extensos rios de direção geral Sudoeste-Nordeste, pertencentes à rede hidrográfica do Rio Amazonas. A rede de drenagem é bem distribuída correndo sobre rochas sedimentares, motivo pelo qual não se formam cachoeiras.

Segundo os dados do ZEE/AC (2000, p. 34-36), a rede hidrográfica acreana está assim distribuída: na parte central do Estado os principais cursos d'água são o Rio Tarauacá; o Rio Purus; o Rio Caeté; o Rio Chandless, e seu tributário Iaco com seu afluente pela margem esquerda; o Rio Abunã; o Rio Macauã; e o Rio Acre.

À noroeste estão situados o Rio Gregório, o Rio Tarauacá, o Rio Muru, o Rio Envira, e o Rio Jurupari. Na parte oeste do Estado encontram-se: o Rio Juruá, o Rio Moa, o Rio Juruá-Mirim, o Rio Paraná dos Mouras, o Rio Ouro Preto, o Rio Valparaíso, o Rio Humaitá, o Rio Tejo, o Rio Breu, o Rio Caipora, o Rio São João, o Rio Grajaú, o Rio Natal, o Rio Amônia, o Rio Aparição, o Rio São Luiz, o Rio Paratari, e o Rio das Minas.

A respeito do valor sócio-econômico representado pelos rios da região acreana, comenta Isquerdo (1986), baseada em Lima¹⁶ (s/d):

[...] os rios da região representam um significativo valor sócio-econômico, pois, além de favorecerem os transportes e a comunicação, desempenham um enorme papel como fonte de alimentação graças à fartura de pescados que fornecem à população. Sem falar que, no período da vazante, são cultivadas, nas imensas praias dos rios, plantações de feijão, milho, batata-doce, melancia, abóbora, hortaliças, entre outras (ISQUERDO, 1986, p. 376).

¹⁶ Isquerdo (1986), apresenta os comentários sobre os rios acreanos, a partir da obra: LIMA, M.F. **O Acre – seus aspectos físicos e geográficos, sócio-econômicos, históricos e seus problemas**. Vol. I, 3ª ed. Rio Branco – Acre, s/d.

Vale destacar outro aspecto socioeconômico importante relacionado à rede hidrográfica acreana: a origem dos povoados está intimamente associada à rede de drenagem do Estado, já que ao longo de suas margens formaram-se os primeiros povoados e vilas acreanos e, posteriormente, as principais cidades. Sobre isso, comenta Isquerdo (1986), baseando-se em Tocantins (1984, p. 32):

[...] o processo de exploração dos recursos naturais desencadeou o fenômeno da dispersão humana, através das florestas, e a fixação da população às margens dos rios [...]. Tal constatação justifica o fato de nas margens dos rios estarem situadas as cidades, as colocações e os barracões de seringais. É justamente em função desse fator que as cidades mais representativas do Estado estão localizadas às margens dos rios [...] (ISQUERDO, 1986, p. 376).

De acordo com dados do IBGE (2006) população acreana é de 483.726 habitantes. Atualmente, 68% dessa população está concentrada nas áreas urbanas, principalmente na região do Baixo Acre, já que é nessa região que está localizada a capital do Estado: Rio Branco.

Quanto aos aspectos econômicos, destacam-se na região, principalmente: a atividade extrativista da borracha¹⁷, da madeira, da castanha, do carvão vegetal etc.; e a atividade pesqueira. Paralelas a estas fontes econômicas estão: a agricultura e a pecuária¹⁸ (cf. ZEE/AC, 2000b, p. 189).

Segundo os dados do ZEE/AC (2000b, p. 41-42), o Estado do Acre está dividido politicamente em 22 (vinte e dois) municípios, agrupados em 05 (cinco) regionais de desenvolvimento, estabelecidas pelo IBGE: Microrregião do Alto Acre, Microrregião do Baixo Acre, Microrregião do Juruá, Microrregião do Purus e Microrregião do Tarauacá. A divisão em Microrregiões segue, basicamente, a distribuição das principais bacias hidrográficas acreanas, conforme ilustrado no quadro a seguir:

¹⁷ Segundo ZEE/AC (2000b, p. 189), a atividade extrativista se caracterizou pelo isolamento e intensa exploração da mão-de-obra dos seringueiros. “Esta foi a base para que uma atividade realizada em padrões artesanais se tornasse rentável para os seringalistas, permitindo, ainda, acumulação de capital e industrial”.

¹⁸ De acordo com o ZEE/AC (2000b, p. 189), esses fatores econômicos constituíram os condicionantes básicos da estruturação do setor secundário e terciário do Estado, bem como das características urbanísticas da maioria dos municípios acreanos.

Quadro 01: Distribuição dos municípios acreanos em microrregiões

Microrregiões	Rios	Municípios
Microrregião do Alto Acre	Rio Acre	Assis Brasil
		Brasiléia
		Epitaciolândia
		Xapuri
Microrregião do Baixo Acre	Rio Acre	Acrelândia
		Bujari
		Capixaba
		Plácido de Castro
		Porto Acre
		Rio Branco
		Senador Guimard
Microrregião do Juruá	Rio Juruá	Cruzeiro do Sul
		Mâncio Lima
		Marechal Thaumaturgo
		Porto Walter
		Rodrigues Alves
Microrregião do Purus	Rio Purus	Manoel Urbano
		Santa Rosa
		Sena Madureira
Microrregião do Tarauacá	Rio Tarauacá	Feijó
		Jordão
		Tarauacá

Fonte: ZEE/AC, 2000.

Apresentados os dados gerais acerca dos aspectos físico-geográficos que caracterizam o Estado do Acre, expõem-se, na próxima parte deste capítulo, aspectos sócio históricos que caracterizam a referida região.

4.2 Dos aspectos sócio históricos do Acre

Para se compreender a constituição histórica do Acre, faz-se necessário observar a História do Brasil, de um modo geral, e, em particular, da evolução dos acordos e tratados de limites entre Espanha e Portugal – quando os territórios da América ainda se encontravam em condição de colônia – bem como dos acordos firmados entre as recentes nações americanas, que culminaram com o Tratado de Petrópolis, assinado em 1903.

Além disso, é de fundamental importância uma análise da presença e atuação dos nordestinos no processo de anexação do território acreano ao Brasil, e do desenvolvimento da economia da borracha que, no final do século XIX e início de século XX, foi um dos mais importantes produtos de exportação da economia nacional.

4.2.1 As primeiras populações

Segundo Tocantins (1979), há uma pista inicial sobre um dos processos de ocupação ocorrido no Estado do Acre referente à migração nordestina, decorrente do grande surto da borracha na segunda metade do século XIX. Entretanto, convém lembrar que a ocupação do Acre não se deu somente com a entrada de pessoas oriundas do nordeste brasileiro, mas obedece também a um momento anterior, com a ocupação do território por sociedades indígenas e a uma mais recente, com famílias provenientes do sul do Brasil.

Vê-se que não foi a qualidade da terra o motivo de atração humana às regiões do Acre, como ocorreu, por exemplo, no nordeste do massapê, onde, ao lado da cana-de-açúcar, criaram raízes as casas grandes e as senzalas. Nem qualquer veio de ouro, ou mina de diamantes, nos acontecimentos da ‘marcha para o oeste’, durante os séculos XVII e XVIII (TOCANTINS, 1979).

Calixto *et al.* (1985, p. 16-18), por seu turno, explica que a região onde hoje está situado o Estado do Acre já estava ocupada muito antes da chegada de colonizadores, por índios pertencentes a grupos diversos. Antes da “descoberta” da borracha havia 50 grupos indígenas. Hoje, calcula-se a presença de apenas doze etnias.

O processo de extinção e degradação de tais grupos étnicos tem como ponto

focal a expropriação ocorrida em nosso território, porque o encontro das sociedades indígenas, que já habitavam o espaço geográfico, com seringalistas e seringueiros que, da metade do século passado até a primeira metade deste, passaram a ocupar a região, trouxe problemas para os nativos.

O encontro das culturas indígena e não-indígena ocorrido por causa de interesses econômicos trouxe um imenso problema às populações que já residiam nesta faixa de terra até então não colonizada oficialmente.

Segundo Pantoja (2001, p. 87-89), durante os dois grandes surtos da borracha, as *correrias*¹⁹ - espécies de expedições punitivas que foram estimuladas pelos seringalistas - consistiram no principal foco de expulsão dos nativos de suas terras, assim como acarretaram a expropriação e a dizimação da maioria dos grupos. O contato realizado no início da República gerou conflitos entre o nativo e o colonizador. A proximidade do imigrante das áreas habitadas por índios causou tremendas chacinas, que foram relatadas em um período que vai de 1936 até 1954.

Estas expedições punitivas, de acordo com Martins (1978, p. 16), eram amparadas pelo Estado e tiveram papel decisivo na redução e no extermínio de etnias, porque visavam eliminar índios e aldeias existentes, favorecendo a ampliação do latifúndio.

É importante destacar que, antes do século XIX, ainda não havia o território do Acre e a sua anexação ao Brasil, bem como a ambição de potências capitalistas em usufruir de matéria-prima, fez com que o “mundo amazônico”, no pensamento de REIS (1983), fosse um espaço de constantes “barganhas”, possibilitando, segundo o autor, o início da conquista da Amazônia. O Acre tornou-se uma área de litígio entre o Brasil e a Bolívia e nem o Tratado de Madrid (1750), o Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o Acordo de Badajós (1801), entre as coroas portuguesas e espanholas, solucionaram a questão.

A área que hoje corresponde ao Acre passou por três fases diferentes. A primeira fase tem o seu início em 1852, quando foi anexada à Província do Amazonas, fazendo parte da Comarca do Rio Negro. Desta forma, a jurisdição da proporção territorial era de responsabilidade do Amazonas.

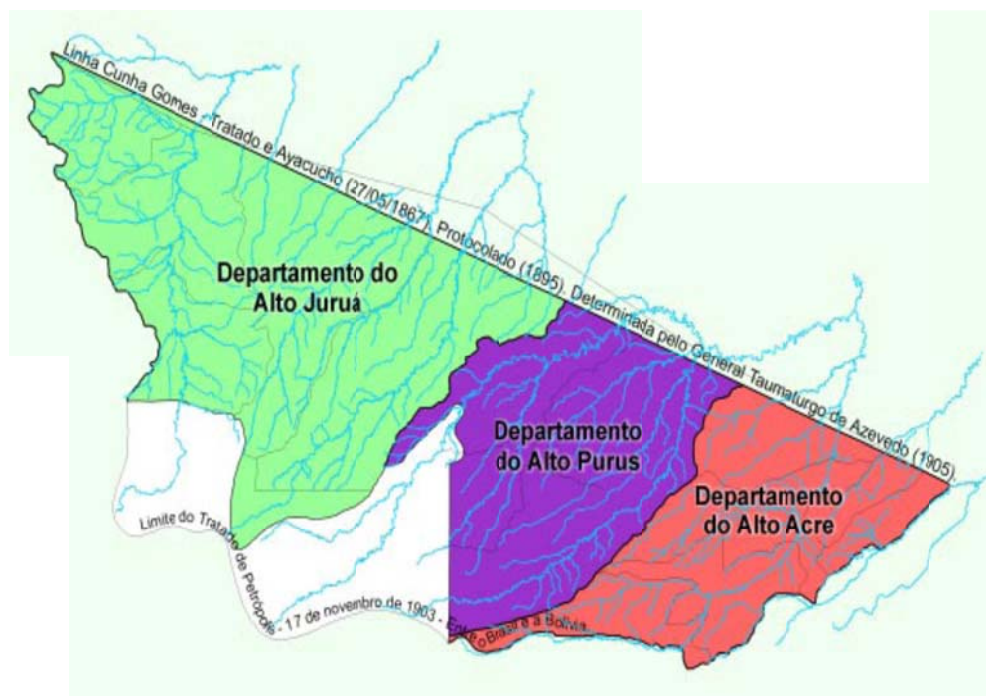
Segundo Coêlho (1982, p.42), esta fase se encerra em 1898, quando o ministro

¹⁹ As *correrias*, segundo Pantoja (2001), eram confrontos travados entre *caboclos* (índios mansos e brabos) e *cariús* (nordestinos migrantes). Os índios mansos, em oposição aos brabos, eram aqueles que foram introduzidos pelos exploradores de seringais, soldados e/ou padres às empresas seringalistas.

boliviano Paravicini estabeleceu em Porto Alonso, o Departamento boliviano do Acre. A partir daí, inicia-se a segunda fase governamental.

Após a assinatura do *Tratado de Petrópolis*, em 17 de novembro de 1903, o território foi anexado ao Brasil. Começa, então, a terceira fase governamental, anterior à passagem do Acre a Estado. Em 07 de abril de 1904, através do Decreto n.º 5.188, o Acre foi dividido em três Departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, como pode ser observado na figura a seguir. Cada um desses departamentos possuía um presidente.

Figura 03: Os três departamentos do Acre



Fonte: Atlas Geográfico Ambiental do Acre, 1991.

4.2.2 A anexação do território acreano ao Brasil

O *Tratado de Petrópolis* (1903), como foi dito, constitui-se como um divisor de águas para a História do Acre. No entanto, como observa Souza (2005, p. 148), antes mesmo dos conflitos que envolveram bolivianos e brasileiros na disputa pelo território acreano, as terras da América foram motivo de disputa entre nações ibéricas (Espanha e Portugal), que assinaram vários acordos, objetivando a demarcação de terras a serem

exploradas, para atender às necessidades da economia mercantilista.

Observando-se a evolução das negociações internacionais entre Espanha e Portugal, torna-se fácil compreender os motivos pelos quais os bolivianos consideravam o Acre sua propriedade.

Com a assinatura da *Bula Papal Intercoetera*, em 1493, – primeiro acordo envolvendo as terras da América – estabeleceu-se uma divisão em que as regiões da Bolívia e do Acre deveriam ficar sob o domínio da Espanha. Como esse acordo, segundo Souza (2005, p. 148), deixou a nação lusa insatisfeita (por não ter alcançado o sul da América), foi assinado, em 1494, o *Tratado de Tordesilhas*. No entanto, mesmo tendo os portugueses alcançado as terras que desejavam, as regiões boliviana e acreana continuavam sob julgo espanhol. Com a assinatura desse tratado, o mundo estava dividido entre os impérios português e espanhol.

Posteriormente, devido à União Ibérica (1580-1640) e por motivos ligados à economia lusa, os colonos portugueses começaram a penetrar no território brasileiro, ultrapassando a linha de Tordesilhas e exercendo forte influência na região que originalmente pertencia à Espanha. Isso gerou uma série de conflitos, notadamente no século XVIII. Como explica Souza (2005), os portugueses fundaram o Forte do Presépio (atualmente, Belém do Pará), e ali estabeleceram a sua conquista, matando e escravizando os povos indígenas que viviam ao longo do Rio Amazonas.

Na Amazônia, os portugueses, a partir do século XVII, montaram alguns engenhos de açúcar, utilizando os índios e os negros como mão-de-obra. A principal economia dos portugueses na região foi a coleta de “drogas dos sertões”, como cravo, canela, cacau, salsaparrilha e outras, para serem comercializadas na Europa (SOUZA, 2005, p. 149).

Isso gerou uma série de conflitos, notadamente no século XVIII. Como consequência dessa situação litigiosa entre Espanha e Portugal, conforme Souza (2005, p. 148-149), vários Tratados foram assinados: o *Tratado de Madri*, em 1750; o *Tratado de Prado*, em 1761; o *Tratado de Santo Idelfonso*, em 1777; e o *Tratado de Ayacucho*, em 1867.

Através do primeiro – o *Tratado de Madri* – os espanhóis buscavam conter o avanço dos portugueses em suas terras asseguradas pelo *Tratado de Tordesilhas*, enquanto os portugueses asseguravam a manutenção das terras cujos desbravadores tinham tomado posse na Amazônia (cf. SOUZA, 2005, p. 149).

O *Tratado de Prado*, por sua vez, retrocedia às determinações do *Tratado de*

Tordesilhas, tornando as regiões da Amazônia (e do Acre) dentro dos limites da área ocupada pela Espanha, portanto ligada à região boliviana (cf. SOUZA, 2005, p. 149).

O *Tratado de Prado* determinava que os territórios conquistados pelos portugueses na Amazônia pertenciam a Portugal; porém a região do Acre continuava pertencendo à Espanha (ligada, ainda, à Bolívia). As determinações desse Tratado, no entanto, caíram no esquecimento, favorecendo a penetração de brasileiros em regiões pertencentes à Espanha, inclusive o Acre (cf. SOUZA, 2005, p. 149).

Após a emancipação da América do Sul, as questões de limites passaram a ser tratadas entre as novas nações, dentre elas a Bolívia e o Brasil que, a partir de 1834, tiveram problemas por causa do Território do Acre.

Para iniciar essa nova etapa de negociações, agora entre Bolívia e Brasil, foi assinado o *Tratado de Ayacucho*, em 1867, segundo o qual, entre outras coisas, “o Brasil abria a navegação no rio Amazonas à Bolívia”, além de reconhecer que “a região acreana ficava dentro dos limites do território pertencente à Bolívia” (SOUZA, 2005, p. 149-150).

Embora oficialmente o Acre pertencesse à Bolívia, eram os brasileiros quem o estavam ocupando, sendo os nordestinos os responsáveis pela abertura dos primeiros seringais nas matas acreanas. A partir daí, é iniciado um momento marcado por batalhas sangrentas na região acreana, pela posse do território.

Como foi dito anteriormente, a região acreana foi, pouco a pouco, sendo ocupada por migrantes nordestinos, destacadamente cearenses, potiguares e maranhenses. Esses foram também os que mais atuaram no processo de anexação do Acre ao Brasil.

De acordo com Martinello (1988, p. 29), com a intensa procura de borracha no mercado externo, observou-se que o Brasil não poderia atender suficientemente à solicitação de exportação devido a três fatores fundamentais: técnicas rudimentares, falta de capital e deficiência de mão-de-obra. O aumento da produção, portanto, só seria viável se houvesse maior investimento de capital, ampliação de novas áreas produtoras da goma elástica e aumento da mão-de-obra para a extração.

A mão-de-obra era prioritariamente nordestina e alguns fatores demonstram por que essas pessoas resolveram vir para a Amazônia. Segundo Martinello (1988, p. 38-39), alguns dos motivos que fizeram esses homens embrenharem-se floresta adentro, foram:

- a) o preconceito que o trabalhador nordestino tinha em se dirigir para os cafezais

do sudeste do Brasil, porque considerava o trabalho uma ocupação de escravos;

b) a ânsia de enriquecimento fácil propiciado pelo *boom* da borracha;

c) a propaganda realizada em cidades como Natal, Fortaleza e Recife, que atraiu trabalhadores para os núcleos produtores;

d) o incentivo, por parte dos governos do Pará e Amazonas, ao transporte desses imigrantes, visando supostos programas de colonização, mas com o intuito não confessado de colocar esses homens em função da atividade extrativista; e, finalmente;

e) a não resistência, por parte dos grandes latifundiários de terras nordestinas, em reter o trabalhador em suas terras, uma vez que a seca estava assolando as suas propriedades.

Com a chegada dos imigrantes nordestinos, a economia da borracha desenvolvia-se de forma acelerada, e a grande presença dos brasileiros no Acre começava a inquietar a Bolívia que, por inúmeras vezes, tentou expulsá-los do território, sem sucesso. Embora o governo brasileiro reconhecesse a região acreana como parte do território boliviano, muitos brasileiros insistiam em permanecer lá.

É nesse cenário de conflitos diplomáticos que surge, segundo Souza (2005, p. 152), a figura do espanhol Luiz Galvez, que, comandando um grupo que partiu de Manaus, em 04 de junho de 1899, surpreendeu a todos proclamando a independência do Acre²⁰ – portanto, não pertencia nem ao Brasil e nem à Bolívia –, e tornando-se seu presidente provisório.

Galvez escolheu a cidade de *Puerto Alonso* como a capital do Estado Independente do Acre, e passou a chamá-la: “Cidade do Acre”²¹. Para irritar ainda mais os bolivianos, o novo presidente adotou o português como idioma oficial e solicitou o reconhecimento da soberania da nova república a outras nações e marcou eleições.

A reação da Bolívia, como explica Souza (2005, p. 153-154), foi rápida e contou com o apoio do governo brasileiro. Contudo, quando chegaram ao território acreano, os bolivianos se depararam com a reação dos revolucionários brasileiros, que não encontraram dificuldades para expulsar os invasores. Somente em fevereiro de 1900 foi enviada uma expedição brasileira, diante da qual os revolucionários se renderam e devolveram o território à Bolívia.

Souza (2005, p. 155) esclarece que, embora Galvez tivesse se comprometido a

²⁰ Segundo Souza (2005, p. 152), Galvez, na verdade, cumpria ordens do governo do Amazonas “que tinha interesse em anexar a região acreana ao seu território”.

²¹ Atualmente, a cidade é chamada *Porto Acre*.

deixar o Brasil, os rebeldes continuaram lutando pela independência do Acre. Além disso, o Governo do Amazonas não ficou satisfeito com a perda territorial e, conseqüentemente, com a perda econômica. Além disso, a Bolívia encontrou sérias dificuldades para gerir a região, dada a insatisfação de seringalistas e seringueiros. Diante disso, o governo boliviano resolveu arrendar a região para uma empresa anglo-americana – atitude que não agradou o governo brasileiro.

De acordo com Calixto (1985, p. 119-129), na tentativa de incorporar o Acre ao território brasileiro, o Governo do Brasil acabou por convidar o gaúcho Plácido de Castro, para treinar seringueiros para práticas militares e liderar o movimento contra os inimigos bolivianos. Apesar da inexperiência dos seringueiros, as tropas de Castro, após sucessivas batalhas, foram vitoriosas, derrotando o último foco de resistência boliviana em Puerto Alonso.

Dessa forma, o território acreano mais uma vez estava sob domínio brasileiro. Era necessário, portanto, a oficialização dessa posse através de um acordo entre as partes interessadas. Para isso, explica Souza (2005, p. 157-158), o então Presidente da República do Brasil, Rodrigues Alves, nomeou como Ministro das Relações Exteriores José Maria Piranhos Jr. – o Barão do Rio Branco –, que deveria ficar à frente das negociações com o país vizinho e resolver os problemas de fronteiras entre Brasil e Bolívia.

Estabelecidas as fronteiras, e determinada a área que passaria a pertencer a cada país, em 1903, foi assinado, pelos chanceleres²² brasileiros e bolivianos, o *Tratado de Petrópolis*. Esse acordo, segundo Souza (2005, p. 1158), estabelecia que: a) o Acre pertencia ao Brasil; b) o governo brasileiro pagaria à Bolívia a quantia de 2 milhões de libras esterlinas; c) o Brasil construiria uma estrada de ferro (Madeira-Mamoré)²³, ligando o Porto de Santo Antônio (Brasil) a Vila Bela (Bolívia); d) a Bolívia teria liberdade de transitar pela estrada de ferro e pelos rios acreanos.

²² O *Tratado de Petrópolis* foi assinado na cidade de Petrópolis (Rio de Janeiro), no dia 17 de novembro de 1903, pelos ministros brasileiros: Barão do Rio Branco e Assis Brasil; e pelos ministros bolivianos: Fernando Guachala e Cláudio Pinilha. Na época, Rodrigues Alves era o Presidente do Brasil, e José Manuel Pando, o Presidente da Bolívia (cf. SOUZA, 2005, p. 158).

²³ A construção dessa estrada de ferro tinha como objetivo facilitar a saída da produção boliviana para o Brasil (cf. SOUZA, 2005, p. 158).

4.2.3 O Acre: território brasileiro

Com a conclusão desse Tratado, explica Calixto (1985, p. 119-129), foram destinadas, definitivamente, para o Brasil as faixas de terra que compreendem o Acre, que passou a ser considerado, *a priori*, Território do Brasil. O governo brasileiro, em 1904, dividiu o Acre em três Departamentos: *Alto Acre*, com sede em Rio Branco; *Alto Juruá*, com sede em Cruzeiro do Sul; e *Alto Purus*, com sede em Sena Madureira; que passaram a receber recursos federais para a realização de obras públicas.

Esses Departamentos, continua o historiador, detinham a maior concentração de seringueiras e possuíam muitos recursos naturais amazônicos. Cada uma das três regiões era governada por um prefeito nomeado diretamente pelo Presidente da República.

O Território do Acre, contudo, não tinha autonomia administrativa, o que gerava insatisfação por parte da população local. Então, outras lutas foram travadas pelos acreanos, através das lideranças políticas, buscando conquistar sua autonomia²⁴.

Plácido de Castro, segundo Souza (2005, p. 167), em 1907, então prefeito do Departamento do Alto Acre, foi um dos que se destacou em defesa dos interesses dos proprietários de terras, prejudicados pelo descaso do governo brasileiro em relação à situação econômica da região²⁵.

Contudo, somente em 1962, o Congresso Nacional aprovou a Lei de nº 4.070, assinada pelo então Presidente João Goulart, que elevou o Acre à categoria de Estado²⁶. E no mesmo ano, segundo Souza (2005, p. 170), ocorreu a primeira disputa eleitoral para governador, cujos candidatos eram o Deputado José Guimard dos Santos e o professor José Augusto de Araújo, na qual este último saiu vencedor.

²⁴ Exemplo dessas lutas é a *Revolta dos Autonomistas*, ocorrida em 1910, na cidade de Cruzeiro do Sul, liderada por Mâncio Lima, Craveiro Costa, Francisco Riquet e outros (cf. SOUZA, 2005, p. 167).

²⁵ Com a decadência da economia da borracha, devido, principalmente, à concorrência asiática – a situação econômica do Acre piorou muito, especialmente para os seringueiros e seringalistas que, sem apoio do governo federal, foram vítimas da falência (cf. SOUZA, 2005, p. 167).

²⁶ Segundo Souza (2005, p. 170), coube ao Deputado acreano José Guimard dos Santos a apresentação do projeto que transformou o Acre em Estado. O referido parlamentar governou o Território do Acre de 1946 a 1950.

4.2.4. O Acre: estado brasileiro

Agora, com o Acre na condição de Estado, explica Lima (s/d), iniciou-se uma fase de progresso, ainda que desordenado, em todos os seus setores de desenvolvimento. “Evoluiu o setor agropecuário, os setores do comércio e indústria. Os setores urbanos foram dinamizados, embora com certas deficiências em vários dos seus departamentos” (LIMA, s/d, p. 99).

Com a queda da exportação da borracha – e o consequente esvaziamento dos seringais – os seringueiros que permaneceram no Estado passaram a dedicar-se a dedicar-se à atividade agropecuária, grande parte das vezes como posseiros das terras. De acordo com Isquerdo (1986, p. 384), a partir dos anos 60, foi a pecuária que passou a fortalecer-se no Estado. Como consequência disto: a) muitos seringais foram desativados, e seus posseiros expulsos; b) alguns seringais foram transformados em fazendas de gado; c) houve um acelerado aumento de favelas em Rio Branco, provocado pelo êxodo rural. Sobre as consequências sobre Rio Branco, descreve Bezerra (1993):

Até o final da década de 60, a população pobre, geralmente egressa da área rural, instalava-se nas chamadas áreas periféricas ou Zona Ampliada. Nos anos 70, mais precisamente em 1972, surgiram em torno da cidade de Rio Branco vários bairros em decorrência do grande fluxo da migração rural-urbana (BEZERRA, 1993, p. 35).

Segundo Souza (2005), em 1963, quando o professor José Augusto de Araújo assumiu o governo do Acre, acrescentou na Constituição Estadual a criação de mais seis municípios²⁷, “que antes eram localidades com características de pequenas vilas, todas vinculadas a antigos municípios [...]”: Mâncio Lima, Assis Brasil, Epitaciolândia, Manuel Urbano, Plácido de Castro e Quinari. No entanto, como esses municípios “não tiveram suas delimitações efetivadas” no governo de José Augusto, só foram instalados de fato e de direito em 14 de maio de 1976, no governo de Geraldo Gurgel de Mesquita. O novo governador, pela Lei Estadual de nº 588, criou os seguintes municípios: Mâncio Lima, Assis Brasil, Manuel Urbano, Plácido de Castro e Senador Guimard (SOUZA, 2005, p. 171).

²⁷ Quando o Acre era Território havia os seguintes municípios (distribuídos em três Comarcas Judiciais): Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Feijó, Rio Branco, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri (cf. Souza, 2005, p. 170).

Na década de 90, mais precisamente em 1992, durante o governo de Edmundo Pinto, foram criados mais dez municípios, a partir do art. 1º da Lei Complementar nº 35/1991: Acrelândia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Jordão, Marechal Thaumaturgo, porto Acre, Porto Walter, Rodrigues Alves e Santa Rosa. Atualmente, o Estado do Acre possui 22 (vinte e dois) municípios.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo, composto de três seções, destina-se à apresentação dos aspectos metodológicos utilizados nesta pesquisa toponímica. Primeiramente, dar-se-ão informações quantitativas sobre o *corpus*²⁸, distribuídos quanto aos tipos de acidentes geográficos. E ainda, as fontes de coleta dos dados.

Na segunda seção, apontam-se esclarecimentos quanto à forma de catalogação dos dados coletados, especialmente sobre o preenchimento das fichas lexicográfico-toponímicas e sobre a classificação taxionômica dos topônimos.

Em seguida, descrevem-se os procedimentos utilizados na pesquisa e na análise. Com relação a este último, serão dadas informações preliminares e genéricas, já que, no capítulo subsequente, serão detalhados os procedimentos analíticos.

5.1 Do *corpus*:

O *corpus* desta pesquisa é constituído de 58 (cinquenta e oito) topônimos, sendo 28 (vinte e oito) de acidentes geográficos humanos – 01 (um) da nomeação do Estado, 05 (cinco) das Microrregiões e 22 (vinte e dois) dos municípios; e 30 (trinta) de acidentes geográficos físicos acreanos: rios.

Esses dados foram coletados no Mapa Político-Administrativo do Estado do Acre (2006), escala 1:1000 000, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Estado do Acre (IBGE-AC). No entanto, como o material apresenta algumas falhas técnicas, fizemos a confirmação dos dados nas seguintes fontes:

- a. Carta Topográfica da Amazônia Legal (1990), escala 1:1000 000, fornecida pelo IBGE-AC;
- b. mapas cartográficos (1990): Microrregião do Alto Juruá (escala 1:2000 000), Cruzeiro do Sul (escala 1:660 000), Feijó (escala 1:750 000), Mâncio Lima (escala 1:400 000), Tarauacá (escala 1:800 000), Microrregião Alto Purus (escala 1:2000 000), Assis Brasil (escala 1:330 000), Brasiléia (escala 1:330 000), Manuel Urbano (escala 1:750 000), Plácido de Castro (escala 1:300 000),

²⁸ Os topônimos que constituem o *corpus* da pesquisa serão apresentados no capítulo subsequente.

Rio Branco (escala 1:600 000), Senador Guimard (escala 1:300 000), Sena Madureira (escala 1:800 000), Xapuri (escala 1:500 000); fornecidos pela Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC²⁹;

- c. Dados do Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre (2000), fornecidos pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA;
- d. Inquéritos (*corpus*) do Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC³⁰, da Universidade Federal do Acre.

5.2 Da catalogação e classificação dos dados:

Os dados levantados foram catalogados em fichas lexicográfico-toponímicas, elaboradas a partir das instruções do Projeto ATB (Atlas toponímico do Brasil) e do Projeto ATESP (Atlas Toponímico de São Paulo), da Universidade de São Paulo (USP), coordenados pela professora Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

Cada ficha lexicográfico-toponímica apresenta as seguintes informações:

- a) a localização,
- b) o topônimo,
- c) o acidente geográfico (A.G.),

²⁹ As cartas topográficas apresentadas no Atlas fornecido pela FUNTAC, datadas de 1990, apresentam a divisão de Estado em 12 (doze) municípios. Atualmente, há 22 (vinte e duas) sedes municipais no Acre, como pode ser comprovado na Carta Topográfica Político-Administrativa do Estado do Acre, de 2006.

³⁰ Segundo Lessa (1997), os dados que constituem o *corpus* do CEDAC foram coletados nos anos 1991, 1992, 1994 e 1995. Os dados transcritos estão armazenados em fitas cassetes e Cd-room, e fazem parte do acervo do Questionário Específico (numa relação palavra e coisa) e do Questionário Geral do Centro. Cada entrevista do primeiro questionário tem, em média, 2h30min de duração e consta de 1.235 questões que abordam os seguintes campos semânticos: A – Natureza; B – Homem; C - Trabalho. O questionário geral subdivide-se em dez campos semânticos, abordando questões acerca de: 1. O seringueiro e o lugar (onde vive, como vive e sobrevive); 2. O seringueiro e a produção (o trabalho e a produção, os utensílios usados, a colheita do látex, o transporte da borracha, entre outros); 3. O seringueiro e a estrada de seringa (como delimita, como a conserva, partes da estrada); 4. O seringueiro e o patrão (a relação produção, compra e venda de produtos); 5. O seringueiro e a família (o namoro, o casamento, os filhos, a educação, o lazer); 6. O seringueiro e a alimentação (a quantidade, a qualidade, nomes dos alimentos, horários da alimentação); 7. O seringueiro e a plantação (tipos, forma de preparar a terra, como conservar a plantação, o cultivo, a colheita, o armazenamento, as doenças); 8. O seringueiro e a saúde (cuidados e precauções, curas e reza, ervas medicinais usadas, a fé nos espíritos, as entidades da floresta: Mapinguari, Mãe-da-Mata, Mãe-da-Seringueira e Caboquinho-da-Mata); 9. O seringueiro e a natureza (chuvas, enchentes, fases da lua, estações do ano); e 10. O seringueiro e a casa (onde vive, tipo de construção, divisão, objetos e utensílios). Os questionários foram aplicados em 18 pontos selecionados nos três vales que compõem o Estado: Vale do Acre, Vale do Purus e Vale do Tarauacá. Os informantes foram seringueiros acreanos, analfabetos, que possuíam o aparelho fonador sem defeitos visíveis, nascidos no Acre, filhos de pais também acreanos e que sobreviviam da atividade extrativista (cortar seringa) desde tenra idade e que tinham o cultivo da agricultura como uma atividade de subsistência.

- d) o tipo de acidente,
- d) a classificação do topônimo,
- e) a etimologia,
- f) a entrada lexical, entre outros itens.

Para o preenchimento dos itens de classificação e variação lexical, foi utilizado o modelo taxionômico proposto por Dick (1992), que considera o nome específico do *sintagma denominativo*, para usar a terminologia de Dick (1990, p. 24). No sintagma toponímico, o primeiro elemento tem a finalidade de definir a classe genérica e o segundo, de definir o elemento específico, que será o alvo do estudo toponímico.

Por exemplo, no sintagma *Seringal Goiás*³¹, o primeiro elemento – *Seringal* – é o elemento genérico (que inclui o topônimo na categoria de acidentes geográficos humanos), e o segundo – *Goiás* –, é o elemento portador da substância do conteúdo (que insere o topônimo na categoria de *corotopônimo*, cuja motivação é de *natureza antropológico-cultural*).

Para a classificação toponímica levou-se em consideração, principalmente, o modelo taxionômico de Dick (1992), composto de 27 (vinte e sete) taxes: 11 (onze) de natureza física (motivados por aspectos relacionados ao meio ambiente) e 16 (dezesesseis) de natureza antropológico-cultural (motivados por aspectos relacionados aos aspectos sócio-histórico-culturais), conforme visualizados nos quadros a seguir:

Quadro 02: Distribuição e definição dos topônimos de natureza física

Classificação toponímica	Definição	Exemplo
<i>Astrotopônimo</i>	Topônimo referente aos nomes dos corpos celestes.	<i>Cruzeiro do Sul</i> – AC
<i>Cardinotopônimo</i>	Topônimo referente às posições geográficas em geral.	<i>Nortelândia</i> – MT
<i>Cromotopônimo</i>	Topônimo referente às cores.	<i>Monte Azul</i> – MG
<i>Dimensiotopônimo</i>	Topônimo referente às características do acidente.	<i>Monte Alto</i> – SP

³¹ O exemplo apresentado constitui um dos dados do *corpus* do CEDAC.

<i>Fitotopônimo</i>	Topônimo referente aos nomes de vegetais.	<i>Porto da Folha</i> – SE
<i>Geomorfotopônimo</i>	Topônimo referente às formas topográficas.	<i>Cordilheira Alta</i> – SC
<i>Hidrotopônimo</i>	Topônimo referente aos acidentes hidrográficos.	<i>Cachoeira</i> – BA
<i>Litotopônimo</i>	Topônimo referente aos nomes de minerais.	<i>Ouro</i> – SC
<i>Meteorotopônimos</i>	Topônimo referente aos fenômenos atmosféricos.	<i>Alvorada</i> – TO
<i>Morfotopônimos</i>	Topônimo referente às formas geométricas.	<i>Serra Redonda</i> – PB
<i>Zootopônimos</i>	Topônimo referente aos animais.	<i>Cascavel</i> – CE

Fonte: Dick (1992, p. 31-34).

Quadro 03: Distribuição e definição dos topônimos de natureza antroponímico-cultural

Classificação toponímica	Definição	Exemplos
<i>Animotopônimo</i> (ou <i>Nootopônimo</i>)	Topônimo referente à vida psíquica e à cultura espiritual.	<i>Solidão</i> – PE
<i>Antropotopônimo</i>	Topônimo referente aos nomes próprios e individuais.	<i>Mâncio Lima</i> – AC
<i>Axiotopônimos</i>	Topônimo referente aos títulos e às dignidades.	<i>Dom Expedito Lopes</i> – PI
<i>Corotopônimos</i>	Topônimo referente aos nomes de cidades, países, regiões ou continentes.	<i>Boca do Acre</i> – AM
<i>Cronotopônimos</i>	Topônimo referente às indicações temporais.	<i>Aurora do Pará</i> – PA
<i>Ecotopônimos</i>	Topônimo referente às habitações de modo geral.	<i>Barracão</i> – RS

<i>Ergotopônimo</i>	Topônimo referente aos elementos da cultura.	<i>Jangada</i> – MT
<i>Enotopônimos</i>	Topônimo referente aos elementos étnicos isolados.	<i>Paraíba dos Índios</i> – PB
<i>Dirrematotopônimo</i>	Topônimo constituído de frases ou enunciados linguísticos.	<i>Passa e Fica</i> – RN
<i>Hierotopônimo</i>	Topônimo referente aos nomes sagrados. (Hagiotopônimo, quando for referente aos santos e santas do hagiológico romano).	<i>Santa Quitéria</i> - CE <i>Exu</i> – PE (Mitotopônimo)
<i>Historiotopônimo</i>	Topônimo referente aos movimentos histórico-sociais e aos seus membros.	<i>Sete de Setembro</i> – RS
<i>Hodotopônimo</i>	Topônimo referente às vias de comunicação rural ou urbana.	<i>Ponte Serrada</i> – SC
<i>Numerotopônimos</i>	Topônimo referente aos adjetivos numerais.	<i>Três Ranchos</i> – GO
<i>Poliotopônimos</i>	Topônimo constituído pelos vocábulos aldeia, vila, povoação, arraial.	<i>Arraial do Cabo</i> – RJ
<i>Sociotopônimo</i>	Topônimo referente às atividades profissionais ou a ponto de encontros.	<i>Estiva</i> – MG
<i>Somatopônimos</i>	Topônimos referentes às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal.	<i>Braço do Trombudo</i> – SC

Fonte: Dick (1992, p. 31-34).

A essa proposta classificatória taxionômica apresentada por Dick (1992, p. 31-34), acrescentaram-se as contribuições de Salazar-Quijada (1985) e Lima (1995), descritas no próximo capítulo desta pesquisa.

Para o preenchimento do item entrada lexical, e com vistas a esclarecer o significado e a origem de alguns topônimos e subsidiar a classificação dos dados,

utilizaram-se as obras de Cardoso (1961), Tibiriçá (1984), Bueno (1986), Cunha (1986), Sampaio (1987), Cunha (1999); além de dicionários gerais.

5.3 Dos procedimentos analíticos:

Como já foi assinalado nas Considerações Iniciais, esta pesquisa objetiva apresentar o perfil toponímico do Estado do Acre, através da recuperação dos aspectos motivadores refletidos na nomeação dos acidentes humanos (Estado, Microrregiões e Municípios) e dos acidentes físicos (rios) acreanos.

Parte-se das seguintes hipóteses:

a) o signo linguístico, em função toponímica (o topônimo), é influenciado por fatores extralinguísticos: características físico-geográficas e particularidades sócio-histórico-culturais da região;

b) os topônimos dos acidentes humanos acreanos são motivados, principalmente, por fatores de natureza antro-po-cultural, já que essas nomeações, geralmente indicadas por pessoas de prestígio da região, procuram homenagear pessoas com significativo valor sócio histórico;

c) os topônimos dos acidentes físicos acreanos são motivados, principalmente, por fatores de natureza física, já que essas nomeações, na maioria das vezes, procuram evidenciar características físico-geográficas do ambiente;

d) os topônimos acreanos, de modo geral, apresentam estratos linguísticos, principalmente, de base indígena, já que os povos indígenas foram os primeiros habitantes da região examinada.

Para atingir os objetivos propostos e confirmar ou refutar as hipóteses da pesquisa, seguiram-se os seguintes passos metodológicos:

- 1) fez-se o levantamento dos dados no Mapa Político-Administrativo do Estado do Acre (escala 1: 1000 000), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Estado do Acre (IBGE-AC);
- 2) catalogaram-se os dados nas fichas lexicográfico-toponímicas;
- 3) buscaram-se os possíveis fatores motivacionais inerentes aos sintagmas toponímicos;
- 4) dividiram-se os topônimos coletados de acordo com a natureza toponímica e a categoria taxionômica a que pertenciam;
- 5) fez-se a distribuição percentual das categorias toponímicas, para , a partir da quantificação, verificar qual fator motivacional prevalecem com relação aos acidentes humanos (Estado, Microrregiões e Municípios), e com relação aos acidentes físicos (rios);
- 6) buscou-se a presença de estratos linguísticos na nomenclatura dos acidentes físicos, e;
- 7) apresentaram-se discussões sobre as características gerais da realidade toponímica da Amazônia Ocidental Brasileira, no âmbito taxionômico e no âmbito etno-dialetológico.

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo está dividido em duas partes principais: na primeira, apresentam-se, em quadros, os topônimos dos acidentes humanos (nomeação do Estado, das Microrregiões³² e dos Municípios) e dos acidentes físicos (Rios) do Acre – a Amazônia Ocidental Brasileira.

Na segunda parte, efetua-se a análise dos dados visualizados na seção anterior. Antes disso, contudo, expõem-se alguns esclarecimentos teórico-metodológicos importantes para as discussões apresentadas *a posteriori*.

6.1 Descrição dos dados

Nos quadros a seguir, apresentam-se os dados coletados assim distribuídos: no **Quadro 04**, estão listados os macrotopônimos (Estado e Microrregiões) do Acre; no **Quadro 05**, os microtopônimos (municípios) da Microrregião do Alto Acre; no **Quadro 06**, os microtopônimos (municípios) da Microrregião do Baixo Acre; no **Quadro 07**, os microtopônimos (municípios) da Microrregião do Juruá; no **Quadro 08**, os microtopônimos (municípios) da Microrregião do Purus; no **Quadro 09**, os microtopônimos (municípios) da Microrregião de Tarauacá; e no **Quadro 10**, os topônimos dos acidentes físicos (rios) do Acre.

Para a distribuição dos quadros dos acidentes humanos, como pode ser observado, adotaram-se as taxionomias propostas por Salazar-Quijada (1985, p. 22-23) – *microtopônimo* e *macrotopônimo* – que leva em consideração a extensão dos acidentes em relação a outros. Dessa forma, consideraram-se *macrotopônimos* a nomeação do Estado (Acre) e das Microrregiões (Alto Acre, Baixo Acre, Juruá, Purus e Tarauacá); e *microtopônimos*, as nomeações dos Municípios.

Para o quadro dos acidentes físicos (rios), contudo, optou-se utilizar a taxionomia *topônimos*, já que, neste estudo, o referido acidente não têm relação com outro.

A distribuição dos dados nos quadros, por sua vez, obedece ao critério da ordem alfabética a partir da distribuição dos topônimos dos acidentes humanos: macrotopônimos (um quadro), e microtopônimos (cinco quadros); e dos topônimos dos

³² Adotamos, para fins metodológicos, a divisão apresentada pelo *Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre* (2000).

acidentes físicos (um quadro). Nos 07 (sete) quadros são visualizados, ainda: o tipo de acidente geográfico (**H** – *Humano* ou **F** – *Físico*), a classificação toponímica (*Astrotopônimo*, *Zootopônimo*, *Antrotopônimo* etc.) e a natureza toponímica (**NF** – *Natureza Física* ou **NA** – *Natureza Antropo-Cultural*) dos dados coletados, de acordo com o modelo taxionômico proposto por Dick (1992).

Quadro 04: Macrotopônimos do Estado do Acre

Acidente Geográfico	Tip	Classificação	Natureza
<i>Estado do Acre</i>	H	<i>Hidrotopônimo</i>	NA
<i>Microrregião do Alto Acre</i>	H	<i>Hidrotopônimo</i>	NA
<i>Microrregião do Baixo Acre</i>	H	<i>Hidrotopônimo</i>	NA
<i>Microrregião do Juruá</i>	H	<i>Hidrotopônimo</i>	NA
<i>Microrregião do Purus</i>	H	<i>Hidrotopônimo</i>	NA
<i>Microrregião do Tarauacá</i>	H	<i>Hidrotopônimo</i>	NA

Fonte: Pesquisa direta.

Quadro 05: Microtopônimos (Municípios) da Microrregião do Alto Acre

Acidente Geográfico	Tip	Classificação	Natureza
<i>Assis Brasil</i>	H	<i>Antropotopônimo</i>	NA
<i>Brasiléia</i>	H	<i>Corotopônimo</i>	NA
<i>Epitaciolândia</i>	H	<i>Antropotopônimo</i>	NA
<i>Xapuri</i>	H	<i>Etnotopônimo</i>	NA

Fonte: Pesquisa direta.

Quadro 06: Microtopônimos (Municípios) da Microrregião do Baixo Acre

Acidente Geográfico	Tip	Classificação	Natureza
<i>Acrelândia</i>	H	<i>Corotopônimo</i>	NA
<i>Bujari</i>	H	<i>Etnotopônimo</i>	NA
<i>Capixaba</i>	H	<i>Etnotopônimo</i>	NA
<i>Plácido de Castro</i>	H	<i>Historiotopônimo</i>	NA
<i>Porto Acre</i>	H	<i>Sociotopônimo</i>	NA

<i>Rio Branco</i>	H	<i>Historiotopônimo</i>	NA
<i>Senador Guiomard</i>	H	<i>Axiotopônimo</i>	NA

Fonte: Pesquisa direta.

Quadro 07: Microtopônimos (Municípios) da Microrregião do Juruá

Acidente Geográfico	Tip	Classificação	Natureza
<i>Cruzeiro do Sul</i>	H	<i>Astrotopônimo</i>	NF
<i>Mâncio Lima</i>	H	<i>Antropotopônimo</i>	NA
<i>Marechal Thaumaturgo</i>	H	<i>Axiotopônimo</i>	NA
<i>Porto Walter</i>	H	<i>Sociotopônimo</i>	NA
<i>Rodrigues Alves</i>	H	<i>Antropotopônimo</i>	NA

Fonte: Pesquisa direta.

Quadro 08: Microtopônimos (Municípios) da Microrregião do Purus

Acidente Geográfico	Tip	Classificação	Natureza
<i>Manoel Urbano</i>	H	<i>Antropotopônimo</i>	NA
<i>Santa Rosa</i>	H	<i>Hagiotopônimo</i>	NA
<i>Sena Madureira</i>	H	<i>Antropotopônimo</i>	NA

Fonte: Pesquisa direta.

Quadro 09: Microtopônimos (Municípios) da Microrregião do Tarauacá

Acidente Geográfico	Tip	Classificação	Natureza
<i>Feijó</i>	H	<i>Antropotopônimo</i>	NA
<i>Jordão</i>	H	<i>Hidrotopônimo</i>	NF
<i>Tarauacá</i>	H	<i>Hidrotopônimo</i>	NF

Fonte: Pesquisa direta.

Quadro 10: Topônimos (Rios) do Acre

Acidente Geográfico	Tip	Classificação	Natureza
<i>Rio Abunã</i>	F	<i>Etnotopônimo</i>	NA
<i>Rio Acre</i>	F	<i>SC</i> ³³	SC
<i>Rio Acuriá</i>	F	<i>Cromotopônimo</i>	NF
<i>Rio Amônia</i>	F	<i>SC</i>	NA
<i>Rio Aparição</i>	F	<i>Dimensiotopônimo</i>	NF
<i>Rio Breu</i>	F	<i>Cromotopônimo</i>	NF
<i>Rio Caeté</i>	F	<i>Fitotopônimo</i>	NF
<i>Rio Caipora</i>	F	<i>Mitotopônimo</i>	NA
<i>Rio Chandless</i>	F	<i>Antrotopônimo</i>	NA
<i>Rio das Minas</i>	F	<i>Sociotopônimo</i>	NA
<i>Rio Envira</i>	F	<i>SC</i>	SC
<i>Rio Gregório</i>	F	<i>Antrotopônimo</i>	NA
<i>Rio Grajaú</i>	F	<i>Zootopônimo</i>	NF
<i>Rio Humaitá</i>	F	<i>Zootopônimo</i>	NF
<i>Rio Iaco</i>	F	<i>Hidrotopônimo</i>	NF
<i>Rio Juruá-Mirim</i>	F	<i>Dimensiotopônimo</i>	NF
<i>Rio Jurupari</i>	F	<i>Mitotopônimo</i>	NA
<i>Rio Macauã</i>	F	<i>Zootopônimo</i>	NF
<i>Rio Moa</i>	F	<i>Zootopônimo</i>	NF
<i>Rio Muru</i>	F	<i>Fitotopônimo</i>	NF
<i>Rio Natal</i>	F	<i>Dimensiotopônimo</i>	NF
<i>Rio Ouro Preto</i>	F	<i>Litotopônimo</i>	NF
<i>Rio Paraná dos Mouras</i>	F	<i>Antrotopônimo</i>	NA
<i>Rio Parataí</i>	F	<i>SC</i>	SC
<i>Rio Purus</i>	F	<i>Hidrotopônimo</i>	NF
<i>Rio São João</i>	F	<i>Hagiotopônimo</i>	NA
<i>Rio São Luiz</i>	F	<i>Hagiotopônimo</i>	NA
<i>Rio Tarauacá</i>	F	<i>Dimensiotopônimo</i>	NA
<i>Rio Tejo</i>	F	<i>Zootopônimo</i>	NF

³³ SC: topônimos sem classificação quanto a taxionomia e quanto a natureza toponímica.

<i>Rio Valparaíso</i>	F	<i>Corotopônimo</i>	NA
-----------------------	---	---------------------	----

Fonte: Pesquisa direta.

6.2 Análise dos dados

Os dados serão analisados seguindo-se as orientações de Dick (1992, 1996a), que considera dois pontos de vista: o taxionômico, que envolve as 27 (vinte e sete) classificações apresentadas no capítulo anterior (cf. Quadros 02 e 03), e o aspecto linguístico, que envolve o campo etno-dialetológico e o histórico-cultural. O primeiro campo, que se refere às influências que o signo toponímico³⁴ recebe das camadas portuguesa, indígena ou africana, será observado apenas em relação aos termos gerais e aos acidentes físicos. A análise será apresentada seguindo-se a ordem das categorias mais frequentes para as menos frequentes.

Ao final de cada bloco de análise, apresentar-se-ão tabelas e/ou gráficos que mostram a porcentagem das taxionomias mais recorrentes em relação aos acidentes humanos: os *macrotopônimos* (Estado e Microrregiões) e os *microtopônimos* (Municípios); e aos topônimos referentes aos acidentes físicos (rios). E ainda, tabelas e/ou gráficos que revelam a natureza toponímica preponderante em relação aos mesmos dados.

Vale ressaltar que, na presente pesquisa, para a análise etimológica, realizada apenas dos topônimos dos acidentes físicos, foram consultadas as obras de Sampaio (1928), Cardoso (1961), Tibiriçá (1984), Bueno (1986), Cunha (1986), Cunha (1999), entre outras. No entanto, por não dispormos de dados sobre o significado e/ou a etimologia de algumas lexias³⁵, alguns topônimos foram agrupados na categoria **sem classificação**. Sobre isso, explica Dick (1992):

A referência a dados aproximados prendeu-se [...], ao fato de alguns topônimos exigirem um aprofundamento de estudos, na busca do verdadeiro emprego da denominação ou de sua causa, não explicitada no levantamento sincrônico. Nem sempre o significante, ou a forma linguística de um nome em Toponímia, conduz à uma interpretação segura do motivo principal quando isolado do ambiente originário (DICK, 1992, p. 210).

³⁴ Nesta pesquisa, empregam-se os termos *topônimo*, *signo toponímico* e *sintagma toponímico* como equivalentes.

³⁵ Os termos *lexia*, *lexema*, *item lexical*, *unidade lexical* e *vocabulo* com o mesmo valor semântico.

Segundo Dick (1992), isso acontece, também, porque, algumas vezes, a unidade lexical, que nomeia o lugar, não está dicionarizada, o que torna, na maioria das vezes, sua motivação e seus significados totalmente opacos.

O modelo teórico proposto por Dick (1992, 1996a) será usado nesta pesquisa porque, além de ser construído para a realidade brasileira, apresenta um grande abrangência, graças à ênfase dada ao fator motivacional do topônimo, pois apresenta 27 (vinte e sete) classificações, como vimos no capítulo anterior.

A pesquisadora explica que, por haver um vínculo estreito entre o objeto denominado e seu denominador, os fatores de natureza física e os fatores de natureza antro-po-culturais tornam-se uma fonte de inspiração para a denominação dos lugares.

A terminologia técnica proposta por Dick (1992) é composta pelo elemento “topônimo”, antecedido por outro elemento genérico, que é o definidor da respectiva classe onomástica. Por exemplo, na denominação *historiotopônimos*: o primeiro membro do sintagma – *historio* – define a classe toponímica, e o segundo membro – *topônimo* – define a origem do campo em estudo. Dessa forma, os designativos referentes aos movimentos histórico-sociais, a seus membros e às datas comemorativas são classificados como *historiotopônimos*.

Na análise, será adotada, ainda, a proposta de Lima (1997) para a subdivisão da categoria dos *hagiotopônimos*³⁶ em *autênticos* e *aparentes*. Os primeiros são designativos “de inspiração religiosa, respaldada por um padroeiro homônimo”, e os últimos são os designativos “de inspiração política, isto é, cujo objetivo era homenagear pessoa relacionada aos fundadores e/ou personagens influentes” (LIMA, 1997, p. 425).

Quanto à estrutura linguística dos topônimos, será adotada a orientação de Dick (1992), segundo a qual, o nome próprio de lugar, no que se refere à sua formação, normalmente apresenta dois elementos principais: o *termo* (ou *elemento*) *genérico* – relacionado com o acidente geográfico que está sendo nomeado, por exemplo, município, rio etc. –, e o *termo* (ou *elemento*) *específico* – que é o topônimo propriamente dito. Contudo, como explica a autora, na formação dos sintagmas toponímicos esses dois elementos podem aparecer justapostos ou aglutinados entre si, ou mesmo individualmente.

Desse modo, segundo Dick (1992, p. 10-14), na estruturação morfológica dos toponomásticos poderão ser encontrados: o topônimo ou elemento específico simples, o

³⁶ Como já foi exposto anteriormente, segundo Dick (1992), são classificados como *hagiotopônimos* os designativos referentes aos nomes de santos e santas do hagiologia romano.

topônimo composto ou elemento específico composto, e o topônimo híbrido ou elemento específico híbrido, se forem formados por um ou mais de um elemento formador, ou por elementos linguísticos de diferentes procedências.

Nesta pesquisa, os designativos serão definidos, inicialmente, pelos termos genéricos, de acordo com suas respectivas etimologias. No *corpus* coletado, destacaram-se os seguintes termos genéricos: nos acidentes humanos: estado, microrregião e município; e nos acidentes físicos: rio. Posteriormente, serão definidos os termos específicos (ou lexias diferenciais) – objeto principal da análise.

Vale ressaltar que, no presente estudo, buscaram-se as origens etimológicas: dos termos genéricos, dos acidentes humanos e físicos; dos termos específicos, apenas dos acidentes físicos.

A análise e a discussão serão apresentadas, como já foi salientado, seguindo-se a ordem das categorias taxionômicas mais frequentes para as menos frequentes. Iniciaremos com os acidentes humanos, divididos em macrotopônimos e microtopônimos; e, em seguida, com os acidentes físicos.

6.2.1 Dos acidentes humanos

6.2.1.1 Os *macrotopônimos*

Quanto aos termos genéricos dos acidentes humanos, destacamos inicialmente: ESTADO. No *corpus* há apenas uma ocorrência, classificada como **hidrotopônimo**. Etimologicamente, o designativo *Estado do Acre* pode ser assim analisado: *Estado* – do *lat. Status*, “condição, situação, classe social” (CUNHA, 1986, p. 327); *do* – contração da preposição *de* + *o*, que indica que pertence; e *Acre* (forma aportuguesada do topônimo indígena *Aquiry*) – da *Língua Apurinã*, nomeia o rio que corta o Estado e foi às margens desse rio que Luis Galvez, em 1899, proclamou a República do Acre.

Tocantins (1979a) explica desta forma a origem do nome Acre:

teria surgido quase por adivinhação de quem procurava ler, na casa Aviadora do Visconde de Santo Elias (Belém do Pará), carta que [...] João Gabriel Carvalho e Mello (o primeiro a estabelecer-se na região do rio Acre) escrevera, solicitando mantimentos para assegurar a posse da terra e uma grande produção de borracha. João Gabriel era homem de poucas letras. Daí o nome AQUIRY (pronúncia proparoxítone, na língua dos índios Apurinãs), muito mal escrito, ser traduzido por ACRE, popularizando a corruptela (TOCANTINS, 1979a, p. 17-18).

O sintagma toponímico *Estado do Acre* é classificado como **hidrotopônimo**, por fazer referência ao Rio Acre. A homenagem a este rio é justificada pela importância que esse acidente exerce sobre a região acreana, seja pelos fatores históricos relacionados a ele, seja pelos aspectos socioeconômicos que o envolvem.

Segundo Bezerra (1993, p. 73), o rio Acre serve como via de acesso, comunicação, fonte alimentar e de divertimento para vários municípios acreanos. A capital – Rio Branco –, que é cortada e dividida em dois distritos por ele, tem no referido rio um elemento importante para sua paisagem urbana.

Com relação ao termo genérico MICRORREGIÃO, foram encontradas no *corpus* 05 (cinco) ocorrências. Todas elas classificadas como **hidrotopônimos**: *Microrregião do Alto Acre*, *Microrregião do Baixo Acre*, *Microrregião do Juruá*, *Microrregião do Purus*, e *Microrregião de Tarauacá*.

Etimologicamente, *Microrregião* é um vocábulo formado por dois morfemas: um prefixo – *micro* –, e uma base – *região*. O primeiro morfema vem do grego *mikro*-, de *mikrós* – “pequeno” (CUNHA, 1986, p. 520); e o segundo vem do latim *regiō-ōnis* – “grande extensão de terreno. [...] território que se distingue dos demais por possuir características próprias” (CUNHA, 1986, p. 671); *do* é formado pela contração da preposição *de* + o artigo masculino *o*; e o adjetivo *Alto* é originário do latim *altus* – “elevado” (CUNHA, 1986, p. 36). A lexia *Acre* foi analisada anteriormente.

As microrregiões acreanas, como explicado no terceiro capítulo desta pesquisa, formam regionais de desenvolvimento estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Acre (IBGE-AC). Essas regionais constituem uma divisão política que segue a distribuição das bacias hidrográficas mais importantes do Estado do Acre.

Com relação à utilização dos adjetivos *Alto* e *Baixo*, presentes nos sintagmas nominativos *Microrregiões do Alto Acre* e *Microrregião do Baixo Acre*, referem-se a uma adaptação de terminologias utilizadas quanto à posição ocupada na bacia hidrográfica pelo curso do rio. Por exemplo, alto curso do rio Acre ou alto Acre. Assim, esses adjetivos são utilizados, também, para designar a região de abrangência situada numa dessas porções do curso fluvial.

Frente ao exposto, consideramos que *Acre* constitui a lexia que concentra a substância de conteúdo mais relevante dos sintagmas denominativos *Microrregião do*

Alto Acre e Microrregião do Baixo Acre, já que os adjetivos *alto* e *baixo* têm a função de localizar geograficamente a extensão do acidente físico.

Na *Microrregião do Alto Acre* estão situados os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri. E na *Microrregião do Baixo Acre* estão os municípios de Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco e Sanador Guiomard.

Com relação aos demais *macrotopônimos* – *Microrregião do Juruá*, *Microrregião do Purus* e *Microrregião do Tarauacá* –, também ocorre o mesmo: seus termos específicos fazem referência a cursos de água que cortam regiões do estado acreano: o rio Juruá, o rio Purus e o rio Tarauacá, respectivamente. Isso pode ser notado através da presença da contração *de + o*, que antecede o termo específico de cada nomeação, fazendo a elipse do termo geral ‘rio’: *Microrregião do Juruá* = *Microrregião do Rio Juruá*. Essa fato justifica a classificação desses *macrotopônimos* como **hidrotopônimos**.

Vale assinalar que a origem dos primeiros povoados acreanos e, posteriormente, dos municípios está intimamente associada à rede de drenagem do Estado, já que ao longo de suas margens se formaram a maioria das cidades. Neste caso, portanto, houve transposição da nomeação dos acidentes físicos (rios) para os humanos (estado e microrregiões).

Na *Microrregião do Juruá* estão os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves. Formam a *Microrregião do Purus* os municípios: Manoel Urbano, Santa Rosa e Sena Madureira. E na *Microrregião do Tarauacá* estão localizados os municípios de Feijó, Jordão e Tarauacá. Os designativos dos referidos municípios (*microtopônimos*) serão analisados na próxima seção.

A seguir, são apresentadas 02 (duas) tabelas que visualizam a distribuição percentual das taxionomias e das naturezas toponímicas, respectivamente, mais frequentes na macrotoponímia acreana.

Tabela 01: Distribuição percentual das taxionomias mais frequentes na macrotoponímia acreana

Acidente Humano	Tipo Toponímico	Número percentual
Estado do Acre Microrregião do Alto Acre Microrregião do Baixo Acre Microrregião do Juruá Microrregião do Purus Microrregião do Tarauacá	<i>Hidrotopônimos</i>	100,0%
TOTAL		100,0%

Fonte: Pesquisa direta.

Tabela 02: Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais frequentes na macrotoponímia acreana

Acidente Humano	Natureza Toponímica	Número percentual
Estado do Acre Microrregião do Alto Acre Microrregião do Baixo Acre	<i>Natureza Antropo-cultural</i>	0,0%
Microrregião do Juruá Microrregião do Purus Microrregião do Tarauacá	<i>Natureza Física</i>	100,0%
TOTAL		100,0%

Fonte: Pesquisa direta.

Frente aos resultados percentuais apresentados nas tabelas, em relação aos *macrotopônimos*, percebe-se que elementos de natureza física foram os motivadores de todas as nomeações do Estado e das Microrregiões, uma vez que todos os designativos relacionavam-se a nomes de rios da região: *Acre*, *Alto Acre*, *Baixo Acre*, *Juruá*, *Purus* e *Tarauacá*. Os **hidrotopônimos**, portanto, predominaram na classificação taxionômica dos *macrotopônimos* acreanos, totalizando 100% das ocorrências.

6.2.1.2 Os *microtopônimos*

Com relação ao acidente humano MUNICÍPIO – do latim ‘*municipium* –*is*’ – “divisão administrativa autônoma do Estado” (CUNHA, 1986, p. 539) – há no *corpus* 22 (vinte e duas) ocorrências pertencentes às seguintes *taxes*: 07 (sete) **antropotopônimos**: *Assis Brasil, Epitaciolândia, Feijó, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Rodrigues Alves, e Sena Madureira*; 03 (três) **etnotopônimos**: *Bujari, Capixaba e Xapuri*; 02 (dois) **corotopônimos**: *Acrelândia e Brasiléia*; 02 (dois) **sociotopônimos**: *Porto Acre e Porto Walter*; 02 (dois) **hidrotopônimos**: *Jordão e Tarauacá*; 02 (dois) **historiotopônimos**: *Plácido de Castro e Rio Branco*; 02 (dois) **axiotopônimos**: *Marechal Thaumaturgo e Senador Guimard*; 01 (um) **astrotopônimo**: *Cruzeiro do Sul*; 01 (um) **hagiotopônimo**: *Santa Rosa*.

No caso dos *microtopônimos*, a análise será feita uma a uma, de acordo com as *taxes* mais produtivas, e em ordem alfabética. Aqui, não será feita análise etimológica, como assinalamos no início do capítulo, mas apenas os fatores motivacionais inerentes à nomeação. Quando possível, serão apresentadas nomeações anteriores atribuídas aos municípios.

6.2.1.2.1 Os *antropotopônimos*

Os **antropotopônimos** ocupam na microtoponímia acreana uma porcentagem de 31,8% do total de taxionomias presentes (cf. Tabela 02). São, segundo Dick (1992), os designativos que recuperam nomes próprios individuais (prenome, hipocorístico, prenome + alcunha, apelidos de família, prenomes + apelidos de família). São exemplos deste tipo toponímico os sintagmas: *Assis Brasil, Epitaciolândia, Feijó, Mâncio Lima, Manuel Urbano, Rodrigues Alves e Sena Madureira*.

O topônimo *Assis Brasil*, por exemplo, enquadra-se na categoria de **antropotopônimo** por fazer homenagem ao ministro do então Presidente Rodrigues Alves, Joaquim Francisco Assis Brasil, que foi chamado para trabalhar ao lado do Barão de Rio Branco na questão dos limites do Brasil (no caso, o território acreano) com a Bolívia.

O ministro Assis Brasil foi um dos personagens mais importantes no processo de anexação do Acre ao Brasil. Esteve ao lado do Barão do Rio Branco na assinatura do *Tratado de Petrópolis* que assegurou ao Brasil o domínio do território acreano.

O município de Assis Brasil foi fundado em 1º de março de 1963, por Vicente Bessa. No entanto, somente com a Lei Estadual Nº 588, de 14 de maio de 1976, foi desmembrado do município de Brasiléia, conseguindo, dessa forma, sua autonomia política.

O topônimo *Epitaciolândia*, por sua vez, inclui-se entre os **antropotopônimos** por estar relacionado com o nome do Presidente do Brasil Epitácio Pessoa. O município surgiu, também, do desmembramento do município de Brasiléia, em 1993. Com essa divisão, as sedes de cada cidade foram separadas apenas pelo Rio Acre. A cidade de Epitaciolândia está localizada em terras do seringal chamado Bela Flor.

No governo de José Augusto em 1º de março de 1963, foi considerado pela Constituição Estadual como o Município de Epitácio Pessoa (daí a denominação *Epitaciolândia*), mas sua efetivação como tal não aconteceu e continuou como vila até 28 de abril de 1992, quando a Lei Estadual Nº. 1026 garantiu sua autonomia.

Com relação ao sufixo *-lândia*, Houaiss (2001) explica tratar-se de um “pospositivo” do teutônico comum, como terra, país, região”, extremamente freqüente em topônimos das línguas anglo-saxãs, latinados tardiamente com o recurso do sufixo *-ia*, próprio de locativos pátrios.

O Município de Feijó, de acordo com SOUZA (1998), recebeu essa denominação em homenagem ao Padre Diogo Antônio Feijó. Por isso, esse topônimo também foi incluído na taxa dos **antropotopônimos**.

Antes de ser considerado município, *Feijó* era o seringal Porto Alegre, de propriedade de Francisco Barbosa Cordeiro. Depois foi elevado à vila pelo General Thaumaturgo de Azevedo, que na época era presidente do Departamento do Juruá, do qual a região fazia parte.

O *Município de Feijó* foi fundado em 3 de maio de 1906, por Raimundo Augusto de Araújo, mas só obteve sua autonomia através do Decreto Nº 968, de 21 de dezembro de 1938.

Mâncio Lima é mais um sintagma toponímico classificado como **antropotopônimo**. Essa nomeação foi dada em homenagem ao fundador do município que participou como um dos líderes da Revolta dos Autonomistas – fato ocorrido no território acreano, mais especificamente na cidade de Cruzeiro do Sul, em 1910.

Grupos formados por seringalistas e intelectuais, revoltados com o total isolamento do Departamento do Juruá e com a péssima administração do governo do Acre, resolveu lutar para que o Acre fosse elevado à categoria de Estado. A revolta, que durou 100 dias, culminou com o afastamento do prefeito do Departamento do Alto Juruá do seu cargo. Com isso, os autonomistas assumiram o governo do Alto Juruá.

O *Município de Mâncio Lima* foi fundado em 1º de março de 1963, mas só obteve sua autonomia em 14 de maio de 1976, através da Lei Estadual Nº 588.

O designativo *Manoel Urbano* faz referência ao grande explorador do Rio Purus no século XIX, Manoel Urbano da Encarnação, que era mestiço, amazonense da região de Manacapuru. Atribui-se a Manoel Urbano a fundação da cidade de Catutama, em 1865, e o descobrimento da primeira seringueira da região do Purus.

O município de *Manoel Urbano* foi fundado em 1º de março de 1963, por Adelson Mendes de Araújo; e obteve sua autonomia através da Lei Estadual Nº 588, de 14 de maio de 1976, quando foi desmembrado do município de Sena Madureira.

O sintagma toponímico *Rodrigues Alves* classifica-se como **antropotopônimo** porque a denominação faz homenagem ao Presidente do Brasil – Rodrigues Alves – que nomeou o Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores, para que este último ficasse à frente das negociações entre Brasil e Bolívia, com vistas a resolver os problemas de fronteira, que determinaria com qual das duas nações ficaria o território acreano.

Rodrigues Alves foi elevado à categoria de município pela Lei nº 1.032, de 28 de abril de 1992, desmembrando-se dos municípios de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, durante o governo de Edmundo Pinto.

Sena Madureira é outro sintagma toponímico classificado como **antropotopônimo**. Essa denominação foi dada em homenagem ao General Sena Madureira, grande vulto da História do Brasil, que lutou na Guerra do Paraguai.

O referido município, que já foi chamado município de Purus, foi fundado em 25 de setembro de 1904, pelo general Siqueira de Menezes, e obteve sua autonomia política em 23 de outubro de 1912.

6.2.1.2.2 Os etnotopônimos

Os **etnotopônimos** aparecem 03 (três) vezes na microtoponímia acreana, o que corresponde a 9,1% das ocorrências (cf. Tabela 02). De acordo com Dick (1992), são

classificadas como **etnotopônimos** os designativos que fazem referência aos elementos étnicos, isolados ou não, como povos, tribos, castas etc. Nos dados coletados aparecem os seguintes sintagmas desta categoria: *Bujari*, *Capixaba* e *Xapuri*.

Bujari, por exemplo, é classificado como um **etnotopônimo** porque, segundo Torres (2002, p.13-14), o nome foi escolhido para o município como forma de homenagear uma tribo indígena, vinda dos Andes, que habitou o local durante muito tempo.

Outra hipótese, porém sem comprovação, segundo o mesmo autor, é que *Bujari* seja uma variação da palavra *Bujir*, herdada dos povos Kaxinawás, que nomeia um tipo de vegetação característica da região.

A origem deste município está ligada a uma colocação de seringas chamada *Bujari*, que pertencia ao seringal Empresa, fundado por Neutel Maia, em 22 de dezembro de 1882.

O município de *Bujari* foi criado em 1992, no governo de Edmundo Pinto, logo após a construção da BR-364, que facilitou o acesso à cidade; no entanto, só foi elevado à categoria de município em 1º de janeiro de 1993.

Capixaba é classificado como **etnotopônimo** porque faz referência ao adjetivo pátrio relacionado aos naturais do Estado do Espírito Santo. O município recebeu esse nome em homenagem às cinco primeiras famílias que chegaram à localidade, e que haviam migrado do Espírito Santo. Esses capixabas ficaram muito populares graças aos comércios que abriram no local, o que favoreceu que a localidade ficasse conhecida como Vila dos Capixabas e, mais tarde, *Capixaba*.

O *Município de Capixaba* foi criado pela Lei N° 1062, durante o governo de Edmundo Pinto, em 1992. Na época, a situação do município era precária, o que impediu que a elevação para município fosse efetivada. Somente em 1º de janeiro de 1993 foi instalado como município, com a posse do seu primeiro prefeito.

O designativo *Xapuri*, por sua vez, também faz relação a uma tribo indígena que habitou a região em tempos remotos: os povos Xapuris. Daí, ser classificado como **etnotopônimo**. Trata-se, também, do nome de um rio que corta a cidade.

Antes da Revolução Acreana, quando o território acreano pertencia à Bolívia, a localidade chamava-se Mariscal Sucre. Por volta do ano de 1854, o local foi ocupado pelo seringalista Manoel Damasceno Girão para instalar seu seringal. Após a conquista do território acreano pelos brasileiros e a assinatura do *Tratado de Petrópolis*, a localidade de *Xapuri* foi elevada à categoria de vila em 25 de agosto de 1904, e,

posteriormente à categoria de município em 23 de outubro de 1912, pelo decreto N° 9.831. Mas sua instalação como tal só ocorreu em 1° de abril de 1913.

6.2.1.2.3 Os corotopônimos

Os **corotopônimos** aparecem 02 (duas) vezes na microtoponímia acreana, perfazendo um total de 9%, em relação ao todo (cf. Tabela 02). Segundo Dick (1992), são enquadradas na categoria de corotopônimos, as nomeações que homenageiam outras cidades, estados, regiões, países ou continentes. Nesta pesquisa, foram incluídos, neste grupo, os topônimos referentes aos adjetivos pátrios. Dessa forma, os corotopônimos que aparecem no *corpus* são: *Acrelândia e Brasiléia*.

Acrelândia, por exemplo, faz referência ao próprio Estado do Acre. O município recebeu esse nome devido sua proximidade com terras bolivianas, como forma de demarcar seu espaço. A origem da cidade remonta ao período em que foram operacionalizados no estado os projetos de assentamento do INCRA, na década passada. Nessa época, a cidade passou a chamar-se “Terra do Acre”, e depois, com a Lei N° 1025, de 28 de abril de 1992, *Acrelândia*.

Brasília, por sua vez, faz referência ao nome do país Brasil. Antes, porém, o município foi chamado Brasília. Com essa primeira nomeação, a localidade foi fundada em 03 de julho de 1910, por Luiz Barreto Menezes. Nessa época, Brasília era um pequeno vilarejo com algumas casas nas terras dos índios Catianas e Maitenecas, no seringal Carmem, quando o Acre já era território do Brasil.

Em 1912, Brasília foi elevada à categoria de vila, passando a ser considerada cidade com o decreto federal N° 968, de 12 de dezembro de 1938, no mandato do Presidente Getúlio Vargas. O município de Brasília, em seguida, foi renomeado *Brasília* e sua primeira prefeitura foi instalada em 24 de janeiro de 1939.

Backheuser (1949) explica que é bastante comum alguns topônimos serem conduzidos por migrações ou ganharem impulso pelo prestígio do local de origem. Para o autor, os imigrantes batizam os lugares com nomes de outros lugares familiares, devido às semelhanças encontradas nas paisagens ou mesmo o desejo saudosista de prolongar suas pátrias (cf. FRANCISQUINI, 1998, p. 205).

6.2.1.2.4 Os sociotopônimos

Os **sociotopônimos** aparecem 02 (duas) vezes na microtoponímia acreana, o que corresponde a 9,1% das ocorrências (cf. Tabela 02). Dick (1992) classifica como **sociotopônimos** os designativos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. Nos dados coletados aparecem os seguintes sintagmas com esta classificação: *Porto Acre* e *Porto Walter*.

Porto Acre é classificado como **sociotopônimo** porque faz referência ao porto instalado às margens do Rio Acre, onde aportavam as embarcações que traziam pessoas e alimentos para os seringais e colocações acreanas. Antes de o território pertencer ao Brasil, o local era chamado Puerto Alonso, em homenagem ao Presidente boliviano Severo Fernandez Alonso.

Puerto Alonso, até então sob domínio boliviano, passou a se chamar *Porto Acre* em 14 de julho de 1899, como sede do Estado Independente do Acre, presidido por Luis Galvez, agora sob o domínio dos brasileiros.

Porto Walter, por sua vez, é classificado como **sociotopônimo** por fazer referência ao porto localizado às margens do rio Humaitá, de propriedade do delegado de polícia Walter de Carvalho.

6.2.1.2.5 Os hidrotopônimos

Os **hidrotopônimos** aparecem 02 (duas) vezes na microtoponímia acreana, o que corresponde a 9,1% das ocorrências (cf. Tabela 02). Dick (1992) classifica como **hidrotopônimos** os designativos relacionados aos acidentes hidrográficos em geral. Nos dados coletados aparecem os seguintes sintagmas com esta classificação: Jordão e Tarauacá.

Jordão é um designativo que faz referência ao rio Jordão, que corta o município, e que é uma das principais vias de acesso à localidade. Durante o governo de Edmundo Pinto, depois de inúmeras discussões, foram criados mais dez municípios, além dos doze que já existiam no Estado. Alguns já tinham suas sedes reconhecidas como vilas, como é o caso de *Jordão*. O município foi instalado em 1º de janeiro de 1993, com a posse do seu primeiro prefeito.

Tarauacá recebeu essa denominação em homenagem a um dos mais importantes rios acreanos, que corta a cidade: o rio Tarauacá. Seus primeiros habitantes foram os povos das tribos Kaxinauas e Jaminauas. Apenas em 1877, começou a intensificação da exploração nas terras tarauacaenses, culminando com a chegada de um grupo de imigrantes nordestinos, em 1899.

O município de *Tarauacá* foi fundado em 1º de outubro de 1907, por Antônio Antunes de Alencar, e obteve sua autonomia, em 23 de outubro de 1912.

De acordo com Dick (1990, p. 196), o surgimento de topônimos de origem hidronímica é resultante da importância dos cursos de água na vida das pessoas. Desde épocas remotas da história da humanidade, a água sempre foi o fator de equilíbrio em um determinado meio, daí grandes civilizações terem se desenvolvido junto a oceanos, rios ou zonas ribeirinhas.

6.2.1.2.6 Os **historiotopônimos**

Os **historiotopônimos** ocupam na microtoponímia acreana uma porcentagem de 9% do total de taxionomias presentes (cf. Tabela 02). São, de acordo com Dick (1992), os topônimos que fazem referência a fatos históricos ou a membros que deles participaram. São exemplos deste tipo toponímico os sintagmas: *Plácido de Castro e Rio Branco*.

O *Município de Plácido de Castro* inclui-se na categoria de **historiotopônimo** porque a nomeação faz homenagem ao grande herói e líder da Revolução Acreana, o gaúcho José Plácido de Castro.

Plácido de Castro foi convidado pelo governo do Amazonas e por seringalistas do Acre para treinar e comandar um grupo de seringueiros contra as forças bolivianas na região acreana. O militar aceitou a proposta, recebeu a patente de coronel e ganhou como ajuda armas, homens, alimentos e transporte. Após muitos combates, Plácido e os seringueiros acreanos, em 17 de novembro de 1902, atacaram o povo boliviano em seu próprio território – o povoado de Santa Rosa – à margem do Rio Abunã.

Em 10 de dezembro de 1902, tomaram o povoado boliviano Costa Rica. Em 15 de janeiro de 1903, o grupo armado de brasileiros, diante da tentativa boliviana de permanecer na região acreana, atacaram Puerto Alonso (hoje, o Município de Porto Acre), vencendo e expulsando, definitivamente, os soldados bolivianos. Plácido de Castro foi aclamado governador do Estado Independente do Acre, e fez de Xapuri a sede de seu governo.

A região, onde está localizado o município de Plácido de Castro, inicialmente era um seringal chamado Pacatuba. Esta localidade, que pertencia ao nordestino Luís Furtado Mendonça, mais tarde foi elevada à categoria de vila e recebeu o nome de Plácido de Castro.

A cidade está situada à margem esquerda do Rio Abunã e sua fundação ocorreu em 1º de março de 1963, mas só foi elevada à categoria de município em 14 de maio de 1976.

O sintagma toponímico *Rio Branco*, que nomeia a capital acreana, é classificado como **historiotopônimo** por fazer homenagem a José Maria Silva Piranhos Jr. – o Barão do Rio Branco – a maior figura do ministério brasileiro na época da Revolução Acreana, nomeado pelo então Presidente do Brasil, Rodrigues Alves, Ministro das Relações Exteriores, ficando à frente das negociações com o país vizinho, com vistas à anexação do território acreano ao Brasil, através do *Tratado de Petrópolis*.

O município que hoje recebe o nome de *Rio Branco* era formado por duas localidades divididas pelo rio Acre. O lado direito era denominado Vila Rio Branco, e o lado esquerdo do rio era chamado Penápolis – em homenagem ao Presidente Afonso Pena. As duas localidades se uniram, em 1912, e formaram o município de Rio Branco – capital do Estado do Acre. Consta do *Álbum da Cidade de Rio Branco*:

A elevação desta vila à categoria de cidade ocorreu em setembro de 1904 e, em 1908, efetivou-se também a criação da Comarca do Alto Acre, instalada na cidade de Empresa. Em 1909 teve seu nome mudado para Penápolis, numa homenagem ao então Presidente da República Afonso Pena mas, em 1912, novamente essa denominação em termos definitivos foi modificada para Rio Branco, em homenagem ao Barão do Rio Branco, cuja ação tornou possível a assinatura do tratado de Petrópolis (BEZERRA, 1993, p. 21).

6.2.1.2.7 Os axiotopônimos

Os **axiotopônimos** aparecem 02 (duas) vezes na microtoponímia acreana, o que corresponde a 9,1% das ocorrências (cf. Tabela 02). De acordo com Dick (1992), são classificadas como **axiotopônimos** os designativos que fazem referência aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Nos dados coletados aparecem os seguintes sintagmas desta categoria: *Marechal Thaumaturgo e Senador Guiomard*.

O sintagma toponímico *Marechal Thaumaturgo* classifica-se como axiotopônimo porque a denominação faz menção à patente do Exército Nacional “Marechal” atribuída ao Gregório Thaumaturgo de Azevedo, que foi primeiro presidente do Departamento do Juruá e responsável pelo desmembramento do referido departamento em vilas, que, posteriormente, foram elevadas para a categoria de municípios.

Marechal Thaumaturgo, que está situado no Vale do Juruá, foi desmembrado de Cruzeiro do Sul e elevado à categoria de município pela Lei Nº 1.029, de 28 de abril de 1992, durante o governo de Edmundo Pinto. O município teve seus limites estabelecidos pela Lei Nº 1.064, de 9 de dezembro de 1992.

O sintagma *Senador Guiomard*, por sua vez, está incluído na categoria de **axiotopônimo** por fazer referência ao título “Senador” atribuído a José Guiomard dos Santos – que teve papel importante na passagem do Acre da condição de Território para Estado brasileiro. Foi ele o responsável pela apresentação, ao Congresso Nacional, do Projeto, que passou o Acre à categoria de Estado, em 1962.

6.2.1.2.8 O astrotopônimo

Há, no *corpus*, apenas uma ocorrência de **astrotopônimo**: Cruzeiro do Sul; que corresponde a 4,5% das ocorrências (cf. Tabela 02). Dick (1992) classifica como **astrotopônimos** os designativos relacionados aos corpos celestes em geral.

Cruzeiro do Sul, antes de sua fundação, em 28 de setembro de 1904, era um pequeno povoado chamado Centro Brasileiro. Acredita-se que a denominação refere-se à constelação de cruzeiro do sul, que teria servido de guia ao Marechal Thaumaturgo quando ele explorava a região com a finalidade de demarcá-la.

Cruzeiro do Sul foi elevado à categoria de vila em 31 de maio de 1906, e foi considerada cidade em 23 de outubro de 1912, quando passou a ser sede do Departamento do Alto Juruá.

6.2.1.2.9 O hagiotopônimo

Dick (1992) explica que os designativos quando são relacionados a nomes sagrados de diversas crenças são classificados como **hierotopônimos**. Estes, quando são relativos aos santos e santas do hagiológico romano, são chamados **hagiotopônimos**; e quando são relacionados com entidades mitológicas de outras religiões são chamados **mitotopônimos**. Há, nos dados, apenas uma ocorrência de **hagiotopônimo**: Santa Rosa; que corresponde a 4,5% das ocorrências (cf. Tabela 02).

O município de *Santa Rosa* recebeu este nome em homenagem à Santa Rosa³⁷, venerada pela igreja católica, virgem da terceira ordem franciscana, canonizada pelo Papa Castilho III, em 1457. A referida santa é considerada padroeira da juventude franciscana e também do município acreano que recebe seu nome.

Dessa forma, o referido sintagma toponímico, é classificado como **hagiotopônimo autêntico**, utilizando-se a subdivisão da categoria proposta por Lima (1997, p. 425).

Dauzat (1928, p. 158-159) explica que os lugares começaram a ser batizados com nomes de santos da igreja na época do feudalismo, quando a religiosidade adquiriu seu auge, e a partir da multiplicação de mosteiros e conventos. Esses lugares, segundo o autor, passaram a ser denominados por nomes de mortos glorificados pela canonização,

³⁷ De acordo com Schneider (2002, p. 125), apoiada em Sgarbossa e Gionannini (1983), explica que, no hagiológico católico, há Rosa de Viterbo e Rosa de Lima. A primeira, faleceu aos 18 anos e “seu corpo permaneceu durante 18 meses exposto, sem caixão, numa igreja”. O Vaticano nunca a canonizou oficialmente. A segunda, adotou o nome de Rosa de Santa Maria quando entrou na Ordem Terceira Dominicana, e foi canonizada em 1671.

como representação da realidade e da espiritualidade da época. Essa atitude objetivava a propagação da fé cristã a todos os povos pagãos.

Santa Rosa foi desmembrado do município de Sena Madureira durante o governo de Edmundo Pinto, quando foi elevado à categoria de município pela Lei N° 1028, de 28 de abril de 1992. Sua instalação como tal, porém, só se deu com a posse do seu primeiro prefeito, em 1° de janeiro de 1993.

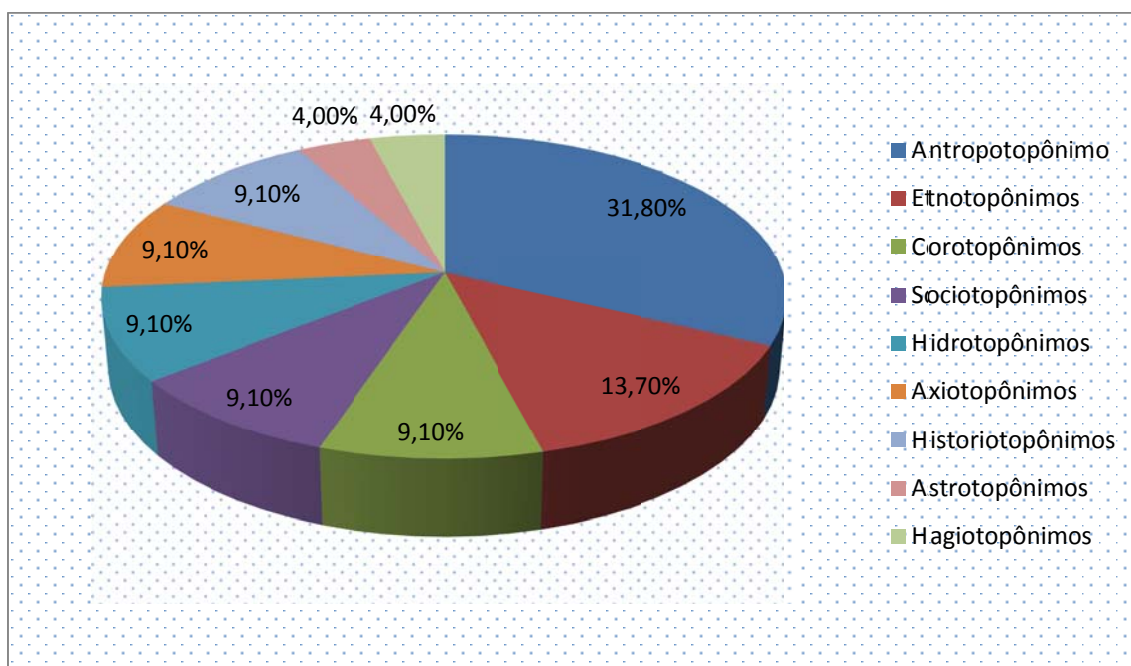
Tabela 03: Distribuição percentual das taxionomias mais frequentes na microtoponímia acreana

Acidente Humano	Tipo Toponímico	Número Percentual
Municípios ³⁸	<i>Antropotopônimos</i>	31,8%
	<i>Etnotopônimos</i>	13,7%
	<i>Corotopônimos</i>	09,1%
	<i>Sociotopônimos</i>	09,1%
	<i>Hidrotopônimos</i>	09,1%
	<i>Axiotopônimos</i>	09,1%
	<i>Historiotopônimos</i>	09,1%
	<i>Astrotopônimos</i>	04,0%
	<i>Hagiotopônimos</i>	04,0%
TOTAL		100,0%

Fonte: Pesquisa direta.

³⁸ Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Porto Acre, Porto Walter, Rio Branco, Rodrigues Alves, Santa Rosa, Senador Guimard, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri.

Gráfico 02: Distribuição percentual das taxionomias mais frequentes na microtoponímia acreana



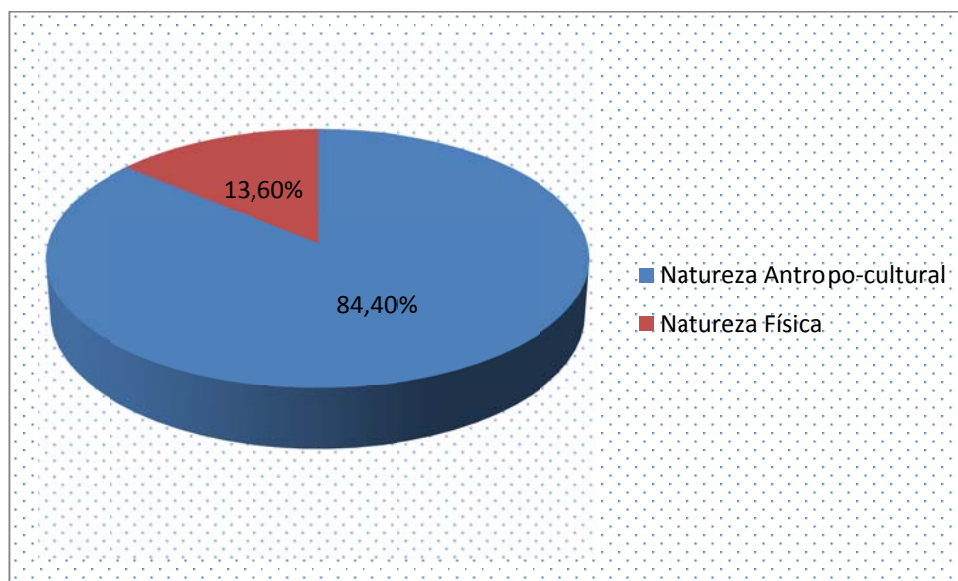
Fonte: Pesquisa direta.

Tabela 04: Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais frequentes na microtoponímia acreana

Acidente Humano	Natureza Toponímica	Número Percentual
Municípios	<i>Natureza Antropo-Cultural</i>	86,4%
	<i>Natureza Física</i>	13,6%
TOTAL		100,0%

Fonte: Pesquisa direta.

Gráfico 03: Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais frequentes na microtoponímia acreana



Fonte: Pesquisa direta.

Concluída a análise da *microtoponímia* acreana, verifica-se a superioridade numérica de sintagmas toponímicos motivados por elementos de natureza antropo-cultural (86,4%). Desses, predominaram, na classificação taxionômica, os **antropotopônimos** (31,8%), seguidos dos **etnotopônimos** (13,7%).

Os designativos motivados por fatores físicos, por sua vez, totalizaram 13,6% das ocorrências. Na classificação taxionômica, apareceram apenas 02 (dois) **hidrotopônimos** (9,1%) e 01 (um) **astrotopônimo** (4,5%). A tabela a seguir demonstra a quantificação percentual geral das naturezas toponímicas motivadoras dos designativos dos acidentes humanos (*macrotopônimos* e *microtopônimos*) do Acre.

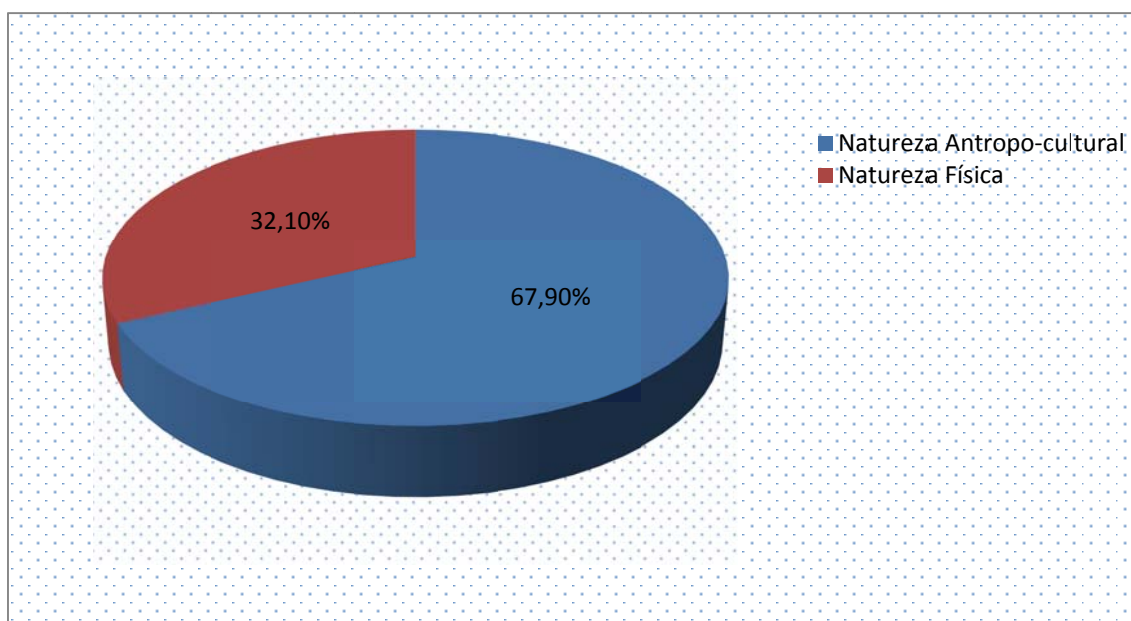
Tabela 05: Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais produtivas nos designativos dos acidentes humanos acreanos

Acidente Humano	Natureza Toponímica	Número Percentual
	<i>Natureza Antropo-cultural</i>	67,9%

Estado, Microrregiões e Municípios	<i>Natureza Física</i>	32,10%
TOTAL		100,0%

Fonte: Pesquisa direta.

Gráfico 04: Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais produtivas nos designativos dos acidentes humanos acreanos



Fonte: Pesquisa direta.

Através desses números, verifica-se que, com relação aos acidentes humanos, os fatores de natureza antropo-cultural (67,9%) prevalecem sobre os de natureza física (32,1%) como motivadores dos topônimos dos acidentes humanos acreanos, em geral.

Por ora, esse resultado confirma a hipótese de que os referidos acidentes geográficos, em sua maioria, recebem influência de aspectos de ordem sócio-histórico-cultural no ato de sua nomeação, como por exemplo, nomes de pessoas que participaram de episódios históricos ocorridos na região pesquisada.

Na sequência, apresenta-se a análise dos topônimos dos acidentes físicos (rios) acreanos.

6.2.2 Dos acidentes físicos

Com relação ao acidente físico RIO – do latim ‘rīvus –i’ – “curso de água natural” (CUNHA, 1986, p. 686) – há no *corpus* 30 (trinta) ocorrências pertencentes às seguintes taxas: 05 (cinco) **zootopônimos**: *Rio Grajaú*, *Rio Humaitá*, *Rio Macauã*, *Rio Moa* e *Rio Tejo*; 03 (três) **dimensiotopônimos**: *Rio Aparição*, *Rio Juruá-Mirim* e *Rio Natal*; 03 (três) **antrotopônimos**: *Rio Chandlles*, *Rio Gragório* e *Rio Paraná dos Mouras*; 02 (dois) **cromotopônimos**: *Rio Breu* e *Rio Tarauacá*; 02 (dois) **hidrotopônimos**: *Rio Iaco* e *Rio Purus*; 02 (dois) **hagiotopônimos**: *Rio São João* e *Rio São Luis*; 02 (dois) **mitotopônimos**: *Rio Caipora* e *Rio Jurupari*; 02 (dois) **fitotopônimos**: *Rio Caeté* e *Rio Muru*; 01 (um) **etnotopônimo**: *Rio Abunã*; 01 (um) **litotopônimo**: *Rio Ouro Preto*; 01 (um) **corotopônimo**: *Rio Valparaíso*; 01 (um) **sociotopônimo**: *Rio das Minas*; e 04 (quatro) topônimos sem classificação: *Rio Acre*, *Rio Amônia*, *Rio Envira* e *Rio Parataí*.

6.2.2.1 Os zootopônimos

Os **zoopônimos** aparecem 05 (cinco) vezes na toponímia dos acidentes físicos acreanos, o que corresponde a 16,7% das ocorrências (cf. Tabela 04). De acordo com Dick (1992), são classificados como **zootopônimos** os designativos de índole vegetal. Nos dados coletados aparecem os seguintes sintagmas desta categoria: *Rio Grajaú*, *Rio Humaitá*, *Rio Macauã*, *Rio Moa* e *Rio Tejo*.

Em relação ao termo específico da lexia *Rio Grajaú*, é de origem tupi ‘*carajá* – *u*’ – “macaco preto” (BUENO, 1986, p. 538). O termo específico de *Rio Humaitá* vem do tupi ‘*mbaitá*’ – “papagaio” (BUENO, 1986, p.137). O termo específico de *Rio Macauã*, também tem sua origem no tupi ‘*ua’kauã*’ – “ave de rapina da família dos falcões” (CUNHA, 1999, p. 45). O termo específico de *Rio Moa* é originário do tupi ‘*muá*’ – “pirilampo, vagalume” (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 140). Da mesma forma em *Rio Tejo*, o termo específico também vem do tupi ‘*teju*’ – “lagarto” (BUENO, 1986, p. 489).

Diante dos dados, verifica-se a forte motivação dos animais que têm seus *habitats* na floresta amazônica – o macaco preto, o papagaio, o falcão, o vagalume e o

tejo – na denominação dos rios da região. A grande incidência desses registros onomásticos evidenciam que a diversidade animal constitui uma das grandes riquezas da região amazônica.

Em relação ao aspecto lingüístico, que envolve o campo etno-dialetológico, verifica-se a total influência indígena dos designativos incluídos na categoria dos **zootopônimos**, já que todos os topônimos coletados são de origem tupi.

Segundo Dick (1992), a tupi é uma das mais importantes famílias indígenas de que a etnografia brasileira tem conhecimento e a sua influência se faz sentir consideravelmente na Língua Portuguesa. O sistema léxico tupi trouxe uma grande variedade de contribuições ao português, que preservou nos vocábulos fossilizados as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios da experiência (DICK, 1992, p. 39).

A pesquisadora faz referência, ainda, ao linguista Sapir (1968) que salienta estar o nome de origem indígena a fatores ambientais, o que pode ser verificado na Onomástica. Dessa forma, o interesse que o denominador demonstra pelo meio que o cerca “faz com que o traço ambiental se perpetue como signo linguístico, marcando, assim, o idioma com as consequências dessas tipologias identificadoras”. Isto é comprovado à medida que um nome comum de ave, animal terrestre ou aquático é mantido e transformado em substantivo próprio, passado à categoria toponímica (cf. Dick, 1992, p. 41).

6.2.2.2 Os **dimensiopônimos**

Os **dimensiopônimos** aparecem 03 (cinco) vezes na toponímia dos acidentes físicos acreanos, o que corresponde a 10,0% das ocorrências (cf. Tabela 04). De acordo com Dick (1992), são classificados como **dimensiotopônimos** os designativos que fazem referência às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Nos dados coletados aparecem os seguintes sintagmas desta categoria: *Rio Aparição*, *Rio Juruá-Mirim* e *Rio Natal*.

Em relação ao termo específico da lexia *Rio Aparição*, é de origem latina (portuguesa) ‘*appāritiō -ōnis*’ – “aspecto ou maneira (com que ou como alguém ou alguma coisa aparece)” (CUNHA, 1986, p. 56).

A definição do termo específico do sintagma toponímico em tela parece indicar que o motivador da denominação foi a forma ou o aspecto como o rio aparece, ou nasce, na região.

O termo específico da lexia *Rio Juruá-Mirim*, por sua vez, apresenta estrutura morfológica composta por justaposição. O primeiro termo – *Juruá* – é de origem tupi – ‘*yurú-á*’ – “boca aberta” (BUENO, 1986, p. 564); e o segundo – *Mirim* – vem também do tupi ‘*mirim*’ – adj. pequeno; suf. formador de diminutivos” (BUENO, 1986, p. 205).

Pela definição dos termos formadores do elemento específico, o aspecto físico do acidente foi o fator motivador da denominação. Como há na região amazônica o rio Juruá, a denominação supracitada especifica que o rio em questão é um afluente menor deste.

Em relação ao elemento específico do sintagma toponímico Rio Natal, é de origem latina – ‘*nāscibilis -e*’ – “local onde ocorre o nascimento” (CUNHA, 1986, p. 544).

Apoiados na definição apresentada, pode-se inferir que o fator motivador da denominação também foi a característica dimensional do acidente físico. Possivelmente, o denominador, no ato da nomeação, tenha tencionado buscar um nome que designasse a altura do rio, ou seja, o local do seu nascimento.

6.2.2.3 Os antrotopônimos

Os **antrotopônimos** aparecem 03 (cinco) vezes na toponímia dos acidentes físicos acreanos, o que corresponde a 10,0% das ocorrências (cf. Tabela 04). De acordo com Dick (1992), são classificados como **antrotopônimos** os designativos que fazem referência a nomes próprios individuais (prenome, hipocorístico, prenome + alcunha, apelidos de família, prenomes + apelidos de família). Nos dados coletados aparecem: *Rio Chandlles*, *Rio Gregório*, *Rio Paraná dos Mouras*.

Backheuser (1952, *apud* DICK, 1990) propôs uma sistematização à categoria dos antrotopônimos dispersos na obra de Dauzat, nos seguintes termos:

Os topônimos antroponímicos revelam no povo que os escolhe: ou acanhado horizonte mental, ou oportunidade de autolatria, ou modéstia e espiritualidade, ou acentuada intelectualidade e sentimento cívico consoante os nomes escolhidos sejam respectivamente de pessoas anônimas ou de

potentados, ou de santos e efemérides religiosas, ou de homens ilustres nas letras, artes, ciências ou de relevo histórico (DICK, 1990, p. 294).

Dick (1990, p. 294), por sua vez, discorda da proposta de Backheuser (1952), quando ele afirma que nomear um acidente geográfico como nomes de pessoas anônimas constitui “uma técnica denominativa de pequeno horizonte”. Para a toponomista brasileira, essa técnica é considerada denominação espontânea, que se distingue das denominações impostas por autoridades, por pessoas detentoras de poder. Estas últimas, geralmente, são distanciadas da realidade e do gosto popular.

Como explica Dick (1990), a recorrência a nomes de pessoas anônimas é muito comum na nomenclatura geográfica brasileira. Isto pode se concretizar pelo prenome, seguido ou não de alcunha, ou pelo hipocorístico, ou pelo apelido de família, ou ainda pelo conjunto onomástico completo do indivíduo. Designativos geográficos com essas características, no entanto, não se espalham para outras localidades, porque não possuem nem a força e nem o prestígio de nomes históricos ou de projeção nacional (cf. DICK, 1990, p. 295).

O termo específico do designativo *Rio Chandless* faz referência ao geógrafo inglês William Chandless³⁹, que, por volta do ano 1866, explorou os rios Juruá e Purus, facilitando a penetração, na região acreana, dos exploradores de borracha.

No designativo *Rio Gregório*, o termo específico, embora não haja dados que permitam afirmar a quem homenageia, de certo faz referência a alguém que habitou ou explorou a região onde o rio está situado.

No designativo *Rio Paraná dos Mouras*, temos um caso de termo específico composto, formado pelos elementos: *Paraná* – do tupi ‘*pará-nã*’ – “rio veloz” (BUENO, 1986, p. 578); *dos* – contração de + os; e *Mouras* – de origem incerta.

Dessa forma, como o formante *Paraná*, significa “rio”⁴⁰, optou-se por classificar o sintagma como **antrotopônimo**, levando em consideração que o formante *Mouras* constitui um designativo que faz referência a um sobrenome familiar.

³⁹ Segundo Souza (2005, p. 78), William Chandless, geógrafo da *Royal Geographical Society*, de Londres, em 1866, iniciou uma exploração pelo rio Juruá, verificando a existência de um liame aquático entre este rio e o Purus, “aproveitando para fazer anotações sobre os rios acreanos”. Isto, segundo o historiador, facilitou a penetração e a ocupação, na região do Acre, dos exploradores de borracha.

⁴⁰ Cardoso (1961, p. 160) explica que muitos elementos integrantes da etimologia de rios da corografia brasileira “significam, genericamente, água e rio”. São exemplos os étimos – *i*, *u*, *paraná*, *parú*, *tunã*, *ari*, *uáu*, *áua*, *uêni*, *uni*, *ini*, *uiná*, *iáco*.

6.2.2.4 Os cromotopônimos

Os **cromotopônimos** aparecem 02 (duas) vezes na toponímia dos acidentes físicos acreanos, o que corresponde a 6,7% das ocorrências (cf. Tabela 04). De acordo com Dick (1992), são classificados como **cromotopônimos** os designativos relativos à escala cromática. Nos dados aparecem: *Rio Breu* e *Rio Tarauacá*.

No sintagma toponímico *Rio Breu*, o elemento específico vem do francês, derivado do gaulês ‘*bracu*’ e significa “substância semelhante ao pez negro, obtida pela evaporação parcial dou destilação da hulha ou outras matérias orgânicas” (CUNHA, 1986, p. 123). Breu, portanto, indica a cor escura do rio, o que justifica a inclusão deste topônimo na categoria dos **corotopônimos**.

No sintagma *Rio Tarauacá*, o elemento específico, por sua vez, indica, também, uma referência à cor do rio. Etimologicamente, o elemento é originário do tupi ‘*tara + y-acã*’ – “braço do rio” + “furta cor” (BUENO, 1986, p. 312; TIBIRIÇÁ, 1984, p. 191). Justificando, dessa forma, sua classificação.

Segundo Dauzat (*apud* DICK, 1990, p. 114), o homem “designa os lugares a partir de suas particularidades mais flagrantes”. E Dick (1996, p. 38) explica que é “princípio consagrado na toponímia que não deve haver descrições falsas dos acidentes”.

6.2.2.5 Os hidrotopônimos

Os **hidrotopônimos** aparecem 02 (duas) vezes na toponímia dos rios, o que corresponde a 6,7% das ocorrências (cf. Tabela 04). De acordo com Dick (1992), são classificados como **hidrotopônimos** os designativos referentes aos acidentes hidrográficos em geral. No *corpus* aparecem os seguintes: *Rio Iaco* e *Rio Purus*.

O termo específico do sintagma *Rio Iaco*, que vem da língua quéchua ‘*iáco*’, significa “água, rio” (CARDOSO, 1961, p. 161). E o termo específico de *Rio Purus*, que se origina do antigo caribe ‘*parú*’, também significa “rio” (CARDOSO, 1961, p. 160). Esses significados justificam a inclusão desses designativos entre os **hidrotopônimos**.

6.2.2.6 Os hagiotopônimos

Os **hagiotopônimos** aparecem 02 (duas) vezes na toponímia dos rios, o que corresponde a 6,7% das ocorrências (cf. Tabela 04). De acordo com Dick (1992), são classificados como **hagiotopônimos** os designativos que fazem referência aos nomes de santos e santas do hagiolégio romano. Nos dados desta pesquisa aparecem: *Rio São João e Rio São Luis*.

Sobre a toponímia religiosa, Dick (1990) explica que, em geral, reflete a mentalidade coletiva de uma época e:

[...] liga-se a todo um processo subjetivo de reflexão, muito mais próximo, portanto, do inatingível, que das manifestações reais do mundo sensível, a cercar o ambiente natural onde o indivíduo se movimenta (DICK, 1990, p. 311).

Dick (1992, p. 109) faz, contudo, uma ressalva quanto à toponomástica de procedência religiosa, argumentando que, algumas vezes, se utilizam os elementos linguísticos São ou Santo, para homenagear uma pessoa que fez parte da história da região. Esse aspecto acaba por criar dificuldades para a “classificação terminológica, ou tipológica, pois empresta ao topônimo uma aparência religioso-devocional e que nem sempre corresponde à realidade fática.

Isto acontece com o designativo *Rio São José*, cujo elemento específico faz referência a um padre que habitava a região do Acre. Neste caso, optou-se pela classificação **hagiotopônimo aparente** proposta por Lima (1997, p. 425).

No caso, porém, do designativo *Rio São Luis*, como o elemento específico faz referência a um santo pertencente ao hagiolégio romano, o sintagma foi classificado como **hagiotopônimo autêntico**.

De acordo com Dick (1990), a presença de nomes de origem cristã na nomenclatura brasileira parece ser uma tendência que remonta aos primórdios da colonização do País, já que o Brasil “nasceu sob o signo da Cruz e da Fé”. Desta forma, “é nesses elementos que se devem buscar as raízes da toponímia religiosa brasileira” (DICK, 1990, p. 317).

6.2.2.7 Os mitotopônimos

Os **mitotopônimos** aparecem 02 (duas) vezes na toponímia dos rios, o que corresponde a 6,7% das ocorrências (cf. Tabela 04). De acordo com Dick (1992), são classificados como **mitotopônimos** os designativos que fazem relação às entidades mitológicas. No corpus foram registrados: *Rio Caipora* e *Rio Jurupari*.

No sintagma *Rio Caipora*, o elemento específico, do tupi ‘*caá-pora*’, significa “nome que os índios e caboclos dão a um duende que anda com varas caítitu; sua aparição torna o indivíduo muito infeliz” (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 76).

E no sintagma *Rio Jurupari*, o elemento específico, do tupi ‘*yuru-pari*’, significa “boca fechada. Nome de uma entidade da mitologia dos índios, o espírito do mal, o diabo” (BUENO, 1986, p. 180).

Segundo Isquerdo (1996, p. 143), o isolamento do ambiente florestal “aliado ao convívio com populações nativas representam terreno fértil para o afloramento de crenças e de temores”. Isso pode justificar o uso, na toponímia local, de unidades lexicais referentes a serem mitológicos.

Ainda sobre a utilização de denominações mágico-religiosas na designação de um novo referente, a pesquisadora cita as palavras⁴¹ de Augusto (1993, p. 21):

[...] a atribuição de um nome de essência mágico-religiosa baseia-se na existência de um referente, de uma entidade ou categoria denominativa e de uma motivação [...]. O ato de denominar, do qual alguém se ocupa, apoia-se ainda nas crenças populares existentes seja em torno do referente seja em torno da categoria denominativa (*apud* ISQUERDO, 1996, p. 144)⁴².

6.2.2.8 Os fitotopônimos

Os **fitotopônimos** aparecem 02 (duas) vezes na toponímia dos rios, o que corresponde a 6,7% das ocorrências (cf. Tabela 04). De acordo com Dick (1992), são classificados como **fitotopônimos** os topônimos que fazem referência a nomes de vegetais. Nos dados coletados aparecem: *Rio Caeté* e *Rio Muru*.

⁴¹ Utilizou-se, na citação, a tradução apresentada por Isquerdo (1996, p. 144).

⁴² [...] l’attribution d’un nom d’essence magico-religieuse se base sur l’existence d’un *réfèrent*, d’une *entité* ou *catégorie denominative* et d’une *motivation* [...]. L’acte de dénommer, dont on s’occupe, s’appuie encore sur les *croyances populaires* existantes soit autour du *réfèrent* soit autour de la *catégorie denominative* (AUGUSTO, 1993, p. 21).

No designativo *Rio Caeté*, o termo específico é originário do tupi ‘*caá-eté*’, que significa “a mata por excelência” (BUENO, 1986, p. 525), ou “floresta” (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 74).

O termo específico do sintagma toponímico *Rio Muru*, por sua vez, vem do tupi ‘*murú*’, que significa “certa planta canácea” (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 142). Diante das definições apresentadas, que configuram suas motivações, os sintagmas são classificados como **fitotopônimos**.

Sampaio (1987), sobre a presença de nomes de origem indígena na nomenclatura geográfica, explica que, num país onde a vegetação é exuberante e intensa, como é o caso do Brasil, a nomenclatura geográfica de origem indígena, que recupera o nome de plantas, “deve traduzir a feição local do ponto de vista de sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características” (SAMPAIO, 1987, p. 144).

Dick (1990, p. 304), por seu turno, esclarece que a presença mais acentuada da marca indígena ocorre nas nomeações da flora (fitotopônimos) e da fauna (zootopônimos).

6.2.2.9 O etnotopônimo

Há apenas 01 (um) registro de **etnotopônimo** na nomenclatura dos rios acreanos, o que corresponde a 3,3% das ocorrências (cf. Tabela 04). De acordo com Dick (1992), são **etnotopônimos** os designativos que fazem referência aos elementos étnicos, isolados ou não. Nos dados coletado aparece: *Rio Abunã*.

No sintagma toponímico *Rio Abunã*, o termo específico é de origem tupi ‘*abunã*’ e faz referência a uma “iguaria amazônica preparada com ovos de tartaruga” (TIBIRIÇÁ, 1984, p.48).

Neste caso, o nome do rio recupera um elemento da cultura indígena local: um tipo de alimento feito com ovos de tartarugas – possivelmente, tartarugas capturadas no próprio rio. Daí, justifica-se a inclusão do topônimo na classe dos **etnotopônimos**.

Entenda-se por “cultura”, de acordo com Isquierdo (1996), no seu sentido antropológico, ou seja, nas palavras da pesquisadora:

[...] referindo-se à cosmovisão de um indivíduo inserido num grupo social e linguisticamente constituído. Essa cosmovisão implica, por conseguinte, não só o fazer, mas também, o saber – conhecimento, de maneira fundamental,

adquirido pelo indivíduo pertencente a um determinado grupo social (ISQUERDO, 1996, p. 28).

6.2.2.10 O litotopônimo

Foi registrado apenas 01 (um) **litotopônimo** na nomenclatura dos rios acreanos, o que corresponde a 3,3% das ocorrências (cf. Tabela 04). De acordo com Dick (1992), são **litotopônimos** os designativos de índole mineral, também relacionados à constituição do solo. O topônimo coletado foi *Rio Ouro Preto*.

No referido topônimo, tem-se um caso de termo específico composto formado por: *Ouro*, do latim ‘*aurum -i*’, que significa “metal precioso, amarelo, denso, muito apreciado pelas suas propriedades específicas e por sua raridade; riqueza” (CUNHA, 1986, p. 567); e *Preto*, originário do latim ‘*pretus*’, que significa “negro” (CUNHA, 1986, p. 634).

O sintagma toponímico, no seu conjunto, deve fazer referência à característica física e à importância social do rio, que, para os habitantes locais, é tido como uma riqueza⁴³ e deve possuir águas escuras – o que é muito comum nos rios e igarapés da região.

Sobre o exposto, referenda Isquerdo (1996):

[...] É pertinente e justificável, portanto, a presença, na toponímia local, de nomes que remetam às características físicas e geográficas do meio. Contudo, há que se assinalar que não é simplesmente esse ambiente físico o fator determinante na configuração do léxico local, mas sim a importância social que esse ambiente desempenha na vida do grupo (ISQUERDO, 1996, p. 147).

6.2.2.11 O corotopônimo

Apenas 01 (um) **corotopônimo** foi registrado na nomenclatura dos rios acreanos, o que corresponde a 3,3% das ocorrências (cf. Tabela 04). De acordo com Dick (1992), são **corotopônimos** os designativos referentes a nomes de cidades, estados, regiões, países e continentes. Nos dados, foi coletado o topônimo *Rio Valparaíso*.

⁴³ Os rios representam a referência cotidiana dos ribeirinhos, para quem esses acidentes são a fonte da vida, “as forças que determinam a rotina de trabalho e de vida do homem” (ISQUERDO, 1996, p. 146-147).

Segundo Isquerdo (1996), os corotopônimos⁴⁴, além de dar pistas para o entendimento da miscigenação de povos que compunha determinado grupo humano, pode representar, ainda, “para o denominador, uma tentativa de continuar mantendo um vínculo, de certa forma palpável, com a região de procedência” (ISQUERDO, 1996, p. 140).

No caso específico do Acre, o uso de designativos fazendo referência aos lugares de origem é muito comum, devido à crescente ocupação da região por imigrantes nordestinos (principalmente do Ceará, mas também da Paraíba, de Rio Grande do Norte, de Pernambuco, entre outros.), impulsionada pela economia extrativista da borracha, como foi visto no terceiro capítulo desta pesquisa.

Além desses, integram os povos que ocuparam a região acreana: os “sulistas” – denominação genérica atribuída pela população aos grupos empresariais do centro-sul do Brasil, para quem foram transferidas algumas terras acreanas; os “sem-terra” provenientes de várias regiões do país para o Acre, a partir da década de 70, fixando-se nos Projetos de Assentamento, dirigidos ou por conta própria, em busca de melhores condições de vida; além de imigrantes de outras nacionalidades, como espanhóis, portugueses e sírio-libaneses, integrados ao sistema econômico de exploração da borracha, na condição de seringalistas, comerciantes, marreteiros e seringueiros (cf. BEZERRA, 1993, p. 23-26).

Bezerra (1993), sobre a miscigenação acreana, conclui que:

A presença de tribos indígenas, de outras nacionalidades e de brasileiros de várias regiões, se manifesta nas crenças e valores. Nos hábitos e costumes, nas variações do falar acreano e do jeito de sentir e agir da gente da cidade (BEZERRA, 1993, p. 26).

6.2.2.12 O sociotopônimo

Apenas 01 (um) **sociotopônimo** foi registrado na nomenclatura dos rios acreanos, o que corresponde a 3,3% das ocorrências (cf. Tabela 04). De acordo com Dick (1992), classificam-se como **sociotopônimos** os designativos relacionados às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. O topônimo coletado foi: *Rio das Minas*.

⁴⁴ Isquerdo (1996, p.139-140), em sua pesquisa sobre os topônimos dos seringais e colocações acreanos, inclui os *corotopônimos* no subcampo lexical denominado *indicadores de origem*.

No sintagma toponímico referido, o elemento específico origina-se do latim ‘*mina*, deriv. do gr. *minâ -âs*’, e significa “fig. manancial de riquezas, preciosidade” (CUNHA, 1986, p. 522). Neste caso, o motivador, possivelmente, é o valor socioeconômico do rio: como local de trabalho e subsistência dos povos que habitam a região, principalmente no tocante à atividade pesqueira.

Isquerdo (1996, p. 147), sobre a importância social que o ambiente exerce sobre a nomeação dos acidentes geográficos, cita Sapir (1961, p. 45): “no que concerne à língua, toda influência ambiental se reduz, em última análise, à influência da parte social do ambiente”.

6.2.2.13 Os topônimos sem classificação

No rol de topônimos analisados, 04 (quatro) ficaram **sem classificação**, o que corresponde a 13,3% das ocorrências (cf. Tabela 04). Neste grupo, aparecem: *Rio Acre*, *Rio Amônia*, *Rio Envira* e *Rio Parataí*.

Nesses sintagmas toponímicos, por ausência de fontes, não foi possível identificar o significado do termo específico, o que demonstra que certas denominações perdem a transparência de seu conteúdo semântico, o que resulta em sua opacidade. Nem mesmo a origem etimológica dos designativos foi encontrada, exceto no caso de Acre que, embora os autores citados façam menção à origem do termo (do dialeto *Ipurinã*), não indicam seu significado.

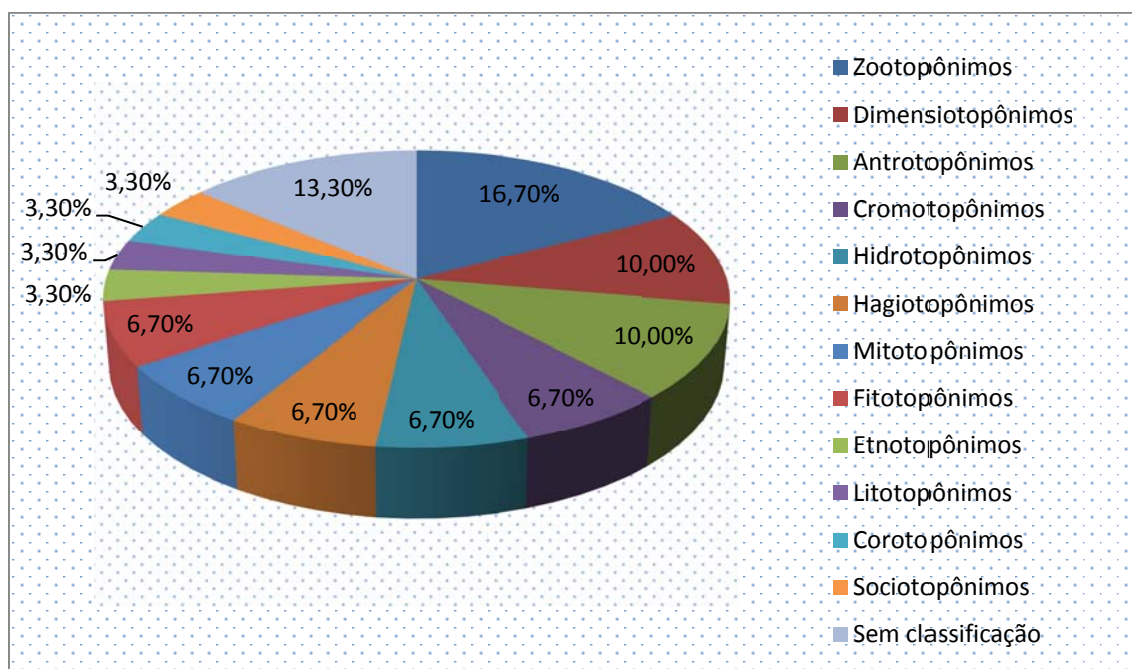
Dessa forma, os sintagmas supra não foram classificados nem quanto à taxionomia toponímica e nem quanto à natureza toponímica. A seguir, são apresentadas 02 (duas) tabelas que visualizam, respectivamente, a distribuição percentual das taxionomias e das naturezas toponímicas mais recorrentes na toponímia dos acidentes físicos acreanos.

Tabela 06: Distribuição percentual das taxionomias mais frequentes na toponímia dos acidentes físicos acreanos

Acidente Físico	Tipo Toponímico	Número Percentual
Rios	<i>Zootopônimos</i>	16,7%
	<i>Dimensiotopônimos</i>	10,0%
	<i>Antrotopônimos</i>	10,0%
	<i>Cromotopônimos</i>	6,70%
	<i>Hidrotopônimos</i>	6,70%
	<i>Hagiotopônimos</i>	6,70%
	<i>Mitotopônimos</i>	6,70%
	<i>Fitotopônimos</i>	6,70%
	<i>Enotopônimos</i>	3,30%
	<i>Litotopônimos</i>	3,30%
	<i>Corotopônimos</i>	3,30%
	<i>Sociotopônimos</i>	3,30%
	<i>Sem classificação</i>	13,30%
TOTAL		100,0%

Fonte: Pesquisa direta.

Gráfico 05: Distribuição percentual das taxionomias mais frequentes na toponímia dos acidentes físicos acreanos



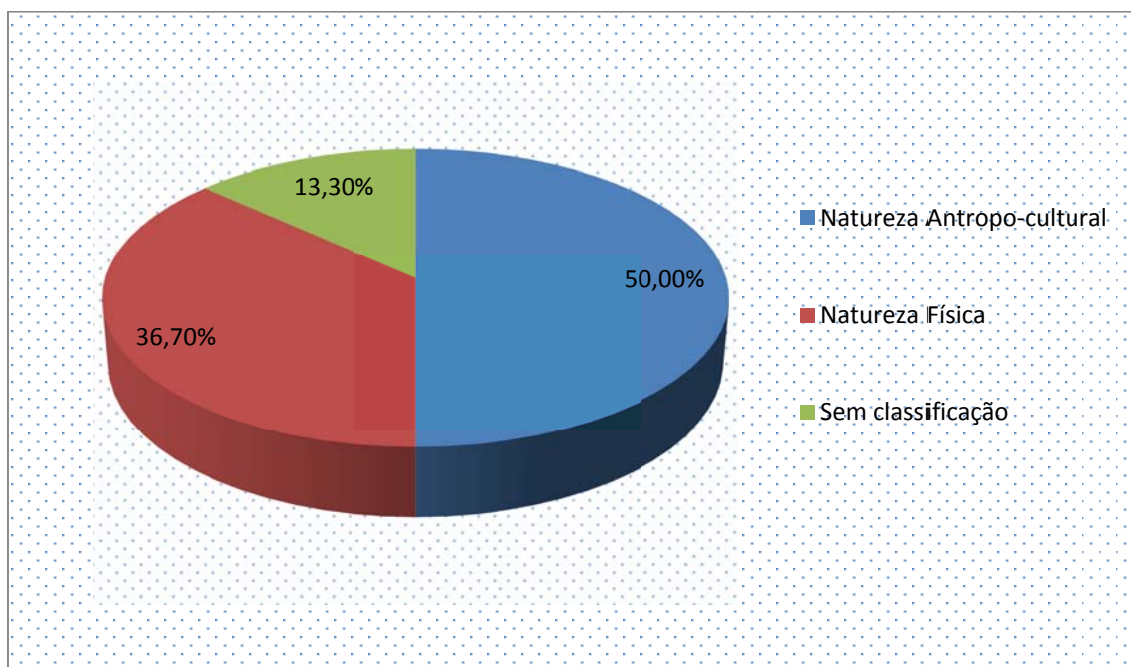
Fonte: Pesquisa direta.

Tabela 07: Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais frequentes na toponímia dos acidentes físicos acreanos

Acidente Humano	Natureza Toponímica	Número Percentual
Rios	<i>Natureza Antropo-cultural</i>	50,0%
	<i>Natureza Física</i>	36,70%
	<i>Sem classificação</i>	13,30%
TOTAL		100,0%

Fonte: Pesquisa direta.

Gráfico 06: Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais frequentes na toponímia dos acidentes físicos acreanos



Fonte: Pesquisa direta.

Concluída a análise da toponímia dos acidentes físicos acreanos selecionados, e a partir das distribuições percentuais visualizadas nas tabelas anteriores, verifica-se que os fatores de natureza antropo-cultural (50,0%) prevalecem sobre os de natureza física (36,7%) como motivadores na nomeação dos rios acreanos, em geral. Além dos sintagmas toponímicos que totalizam esses números, 13,3% dos topônimos ficaram sem classificação.

Os dados numéricos expostos refutam uma das hipóteses desta pesquisa de que os referidos acidentes geográficos, em sua maioria, receberiam influência de características físicas da região no ato de sua nomeação, embora as taxas mais produtivas tenham sido dos **zootopônimos** (16,7%) e, em seguida **dimensiotopônimos** (10,0%) – ambas de natureza física.

Ao contrário, como aconteceu com os topônimos dos acidentes humanos, foram os aspectos de natureza antropo-cultural que prevaleceram no total geral, com as seguintes taxas apresentando maiores produtividades: **antrotopônimos** (10,0%), **hagiotopônimos** (6,7%) e **mitotopônimos** (6,7%) entre outras.

Esses resultados apontam para uma tendência na nomenclatura geográfica acreana: a marcante influência (ou valorização) das particularidades sócio-históricoculturais da região, pelo menos em relação aos acidentes humanos e físicos selecionados.

Na sequência, apresentam-se considerações finais sobre a pesquisa científica realizada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi explicitado nas Considerações Iniciais, esta pesquisa teve por objetivo precípuo apresentar o perfil toponímico do Acre – a Amazônia Ocidental Brasileira – através da recuperação dos aspectos motivadores utilizados no ato de nomear seus acidentes humanos: o estado, as microrregiões, os municípios; e seus acidentes físicos: os rios.

Para atingir este intento, foi necessário: inventariar, catalogar, classificar os sintagmas toponímicos e analisar aspectos sêmio-lexicais inerentes a eles, com vistas a verificar em que medida as nomeações dos acidentes humanos e físicos revelam características físico-geográficas e/ou sócio-histórico-culturais da região acreana.

Nortearam esta pesquisa, basicamente, as seguintes hipóteses: a) o signo linguístico, em função toponímica (o topônimo), é influenciado por fatores extralinguísticos: características físico-geográficas e particularidades sócio-histórico-culturais da região; b) os topônimos dos acidentes humanos acreanos são motivados, principalmente, por fatores de natureza antro-po-cultural, já que essas nomeações, geralmente indicadas por pessoas de prestígio da região, procuram homenagear pessoas com significativo valor sócio histórico; c) os topônimos dos acidentes físicos acreanos são motivados, principalmente, por fatores de natureza física, já que essas nomeações, na maioria das vezes, procuram evidenciar características físico-geográficas do ambiente; d) os topônimos acreanos, de modo geral, apresentam estratos linguísticos, principalmente, de base indígena, já que os povos indígenas foram os primeiros habitantes da região examinada.

Para verificar essas hipóteses, buscaram-se fundamentos teóricos em Saussure (1970), Guiraud (1980), Blinkstein (1990) e Alinei (1994), com vistas a verificar as contribuições apresentadas para o processo de construção do significado, em especial, à questão da motivação do signo linguístico.

Em relação ao signo toponímico, particularmente, destacaram-se os posicionamentos de Guiraud (1980) e Alinei (1994), que admitem a possibilidade de um signo ser motivado em sua gênese; e de Blikstein (1980), que valoriza o referente, que é construído na práxis social do indivíduo. Esses posicionamentos reforçam a concepção de Dick (1990, p. 22) sobre a motivação extralinguística dos signos toponímicos, fazendo com que a tese da arbitrariedade do signo, defendida por Saussure (1970), não seja tomada em seus extremos absolutos.

As discussões teóricas apresentadas foram de suma importância para subsidiar a análise dos dados desta pesquisa, já que, nas investigações toponímicas, os aspectos extralinguísticos são valorizados, por meio da recuperação de fatos do mundo real: “[...] o signo toponímico, pela sua própria natureza, apresenta-se sempre como revelador do momento histórico e da formação cultural do denominador” (ISQUERDO, 1996, p. 338).

Os topônimos selecionados para este estudo (coletados no Mapa Político-Administrativo do Estado do Acre, 2006, escala 1:1000 000, fornecido pelo IBGE-AC) foram classificados e analisados de acordo as orientações propostas por Dick (1992, 1996a), que construiu um modelo analítico-classificatório elaborado para a realidade brasileira, abrangendo dois pontos de vista: o aspecto linguístico (que compreende o campo etno-dialetológico e o histórico-cultural) e o aspecto taxionômico (que contempla 27 taxas classificatórias, sendo 11 de *natureza física* e 16 de *natureza antropo-cultural*).

A partir da proposta analítico-classificatória⁴⁵ de Dick (1992, 1996a), adotada nesta pesquisa, foi possível: a) resgatar os fatores motivacionais da toponímica da localidade em seu conjunto; b) evidenciar características físico-geográficas e sócio-histórico-culturais refletidas e preservadas nos designativos dos acidentes humanos e físicos investigados; e, c) registrar a presença de estratos linguísticos, especialmente de base indígena, na nomenclatura geográfica do recorte estudado.

Vale ressaltar que, na análise, os sintagmas toponímicos dos acidentes humanos foram distribuídos em duas classes: os *macrotopônimos*, abrangendo as nomeações do Estado e das microrregiões acreanas; e os *microtopônimos*, incluindo os designativos dos municípios. Os topônimos dos acidentes físicos, no entanto, foram analisados num único grupo.

Quanto aos *macrotopônimos*, pôde-se perceber que fatores de natureza física foram, em sua totalidade, os motivadores das nomeações do Estado e das Microrregiões, uma vez que todos os sintagmas relacionavam-se aos nomes de rios da região: *Acre*, *Alto Acre*, *Baixo Acre*, *Juruá*, *Purus* e *Tarauacá*. Predominaram na classificação taxionômica, portanto, os **hidrotopônimos**, com 100% das ocorrências.

Frente a esse resultado, foi possível verificar a valorização que tem os cursos

⁴⁵ Na classificação dos dados desta pesquisa, como foi salientado no quinto capítulo, consideraram-se, também, as taxionomias propostas por Salazar-Quijada (1985, p. 22-23): *macrotopônimo* e *microtopônimo*; e por Lima (1997, p. 425): *hagiotopônimo autêntico* e *hagiotopônimo aparente*.

d'água para o denominador, que se utilizou dos nomes dos rios para nomear esse primeiro grupo de acidentes humanos. Isto ocorreu, possivelmente, porque a origem dos primeiros povoados acreanos e, posteriormente, dos municípios está intimamente associada à rede de drenagem do Estado. Neste caso, portanto, houve transposição da nomeação dos acidentes físicos (rios) para os humanos (estado e microrregiões).

Quanto à estrutura morfológica dos sintagmas em tela, destaca-se a formação composta híbrida nos elementos específicos *Alto Acre* (Língua Portuguesa + Língua Apurinã) e *Baixo Acre* (Língua Portuguesa + Língua Apurinã) na nomeação das microrregiões.

Os sintagmas toponímicos deste primeiro grupo revelaram a presença de estratos linguísticos de origem indígena (Tupi e Apurinã), em todos os designativos atribuídos aos acidentes humanos analisados. Isto possivelmente ocorre pelo fato de que a área selecionada para esta pesquisa, em seus primórdios, era habitada exclusivamente por povos indígenas, que primeiro nomearam os rios (acidentes físicos), e essas nomeações foram transferidas para os acidentes humanos.

Em relação aos microtopônimos, verificou-se que os fatores de natureza antropológico-cultural (86,4%) prevaleceram sobre os de natureza física (13,6%) como motivadores na nomeação dos municípios acreanos. As classificações taxionômicas predominantes, em ordem de produtividade, foram: **antropotopônimos** (38,1%), **etnotopônimos** (13,7%), **corotopônimos** (9,1%), **sociotopônimos** (9,1%), **historiotopônimos** (9,1%), **axiotopônimos** (9,1%) e **hagiotopônimo** (4%).

Nos dados selecionados, apenas 03 (três) sintagmas toponímicos apresentaram motivação de natureza física: 02 (dois) **hidrotopônimos** (9,1%) e 01 (um) **astrotopônimo** (4%).

A investigação dos sintagmas toponímicos dos acidentes humanos, em geral, mostrou que os fatores de natureza antropológico-cultural (67,9%) prevalecem sobre os de natureza física (32,1%) como motivadores na nomeação dos referidos acidentes geográficos. Esse resultado confirma a hipótese de que os designativos dos acidentes humanos acreanos (estado, microrregiões e municípios), em sua maioria, refletem aspectos de ordem sócio-histórico-cultural da região.

A análise das diferentes categorias taxionômicas mostrou, na nomenclatura dos municípios, forte influência de fatores de ordem sócio histórica: destacadamente, os participantes de importantes momentos históricos relacionados à região acreana, especialmente os fatos relacionados ao processo de anexação do território acreano ao

Brasil. São exemplos os municípios: Assis Brasil, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Rio Branco, Rodrigues Alves, Senador Guimard e Sena Madureira.

A referência a elementos étnicos também foi observada na análise dos sintagmas toponímicos que nomeiam os municípios acreanos. Os designativos Bujari e Xapuri, incluídos na taxa dos **etnotopônimos**, homenageiam duas tribos indígenas que habitaram a região do Acre em seus primórdios: os povos Bujaris (originária dos Andes) e os povos Xapuris; e o topônimo *Capixaba*, faz referência a uma família do município, cujos membros eram nascidos no Estado do Espírito Santo.

Outra influência marcante dos fatores de natureza antro-po-cultural, foram os relacionados a lugares e a naturalidade, incluídos na taxa de **corotopônimos**. Exemplos deste caso foram os sintagmas: Acrelândia e Brasília.

A influência que os indicadores de origem exercem na denominação de lugares já havia sido registrada por Isquierdo (1996, p. 139-140), em sua análise toponímica dos seringais e colocações (acidentes humanos) do Acre. Segundo a pesquisadora, esses topônimos “além de fornecer dados para o entendimento da miscigenação de povos”, pode indicar, para o denominador, “uma tentativa de continuar mantendo um vínculo, de certa forma palpável, com a região de procedência”.

Os fatores de natureza física, como motivadores na nomenclatura dos acidentes acreanos, apareceram, principalmente, no grupo dos macrotopônimos – todos eles, fazendo referência a rios (**hidrotopônimos**) que formam a corrente hídrica da região: Acre, Juruá, Purus e Tarauacá. Entre os microtopônimos, foram identificados: Jordão e Tarauacá. A recorrência aos rios pode ser explicada pela inter-relação entre o ambiente físico e social no cotidiano do povo da região, principalmente com relação à importância socioeconômica representada por esses acidentes.

Com relação à análise dos topônimos dos acidentes físicos – rios – verificou-se a forte motivação dos fatores de natureza antro-po-cultural (50,0%) no ato de nomeação dos referidos acidentes geográficos. As seguintes taxas apresentaram maiores produtividades: **antrotopônimos** (10,0%), **hagiotopônimos** (6,7%) e **mitotopônimos** (6,7%).

Quanto as primeiras, constatou-se a recorrência a nomes individuais na nomenclatura dos rios. O sintagma *Rio Chandless*, por exemplo, homenageia um explorador que atuou na área, favorecendo a entrada de seringueiros e seringalistas na região, para a extração e comércio da borracha.

Os topônimos *Rio Gregório* e *Rio Paraná dos Mouras*, da mesma forma, fazem referência, possivelmente, a pessoas de influência na região. No segundo caso, parece referir-se a uma família que possuía (ou possui) propriedades na área onde o rio está localizado.

Os **hagiotopônimos**, por sua vez, revelaram a influência de aspectos de ordem religiosa na denominação dos rios. No caso do sintagma *Rio São José*, a referência é feita a um padre que habitou a região acreana, e que era muito admirado pelo povo ribeirinho. Dessa forma, preferiu-se adotar a classificação **hagiotopônimo aparente** (cf. LIMA, p. 425), já que a referência não é feita a um santo do hagiológico romano.

Já o topônimo *Rio São Luis*, por fazer relação a um santo da igreja católica, foi incluído na taxa dos **hagiotopônimos autênticos** (cf. LIMA, p. 425). Essas designações marcam a religiosidade dos povos que habitam a região acreana, cuja origem populacional (os primeiros seringueiros) era oriunda do Nordeste, uma região caracterizada pelo misticismo religioso.

Paralelos a esses nomes religiosos pertencentes à tradição cristã, verificaram-se sintagmas toponímicos cujos termos específicos eram oriundos da mitologia indígena: *Rio Caipora* e *Rio Jurupari*; incluídos na taxa dos **mitotopônimos**. Essas denominações relacionadas a entidades mitológicas (ambas de conotações negativas) evidenciam aspectos da influência cultural indígena na região, adquiridas, pelo denominador, a partir do convívio com populações nativas, que favoreceu o afloramento de crenças mágico-religiosas.

Vale ressaltar que Dick (1992) inclui os topônimos que se relacionam aos nomes sagrados de diferentes crenças numa categoria maior chamada **hierotopônimos**, e, em seguida, os subdivide em **hagiotopônimos** e **mitotopônimos**.

Os aspectos de natureza física, como motivadores na nomenclatura dos acidentes físicos acreanos, apareceram, em maior número, em sintagmas toponímicos incluídos nas taxas dos **zootopônimos** (16,7%), dos **dimensiotopônimos** (10,0%), dos **cromotopônimos** (6,7%).

Com relação aos primeiros, relacionados ao traço semântico fauna, recuperam nomes de diferentes espécies animais característicos da Amazônia, especialmente da região acreana: macaco (*Rio Grajaú*), papagaio (*Rio Humaitá*), falcão (*Rio Macauã*), Tejo (*Rio Tejo*); e até insetos característicos de áreas florestais, como o vaga-lume (*Rio Moa*). Esses dados mostram que, no ato de nomeação de um acidente geográfico, a presença significativa de certas espécies animais na região serviram de ponto de

referência para a identificação dos rios acreanos.

Os **dimensiotopônimos**, por sua vez, que inclui os sintagmas cujas motivações relacionam-se às características dimensionais do acidente, foram a segunda categoria de natureza física, em ordem de produtividade. Sintagmas toponímicos como *Rio Aparição*, *Rio Juruá-Mirim* e *Rio Natal*, denotaram bem a influência marcante do ambiente físico na toponímia local.

No topônimo *Rio Aparição*, o motivador, possivelmente, foi a forma ou o aspecto como o rio aparece, ou nasce, na região. O designativo *Rio Juruá-Mirim*, por sua vez, apresenta a boca aberta do rio como motivador. Já o sintagma *Rio Natal*, parece ter como motivador a altura do rio, ou seja, o local do seu nascimento.

Com relação aos **cromotopônimos**, verificou-se que os sintagmas toponímicos apresentavam, também, descrições dos rios, dessa vez em relação às cores de suas águas. O topônimo *Rio Breu*, possivelmente, teve como fator motivador a cor escura da água, já que ‘breu’ indica negritude. *Rio Tarauacá*, por sua vez, parece ter sido motivado pela mudança constante na coloração das águas, haja visto que seu elemento específico significa “furta cor”.

Os topônimos de natureza física analisados, em sua maioria, demonstram que o denominador recorreu a lexias que caracterizavam bem os acidentes denominados: os rios. Dessa forma, esses sintagmas descritivos denotam a forte influência do ambiente físico na configuração de alguns topônimos da região acreana. Embora, como foi salientado anteriormente, os dados analisados sinalizaram para uma maior influência de fatores motivacionais de natureza antro-po-cultural, tanto na nomenclatura dos acidentes humanos, como na dos acidentes físicos.

Na análise apresentada, verificou-se, ainda, que os topônimos dos acidentes físicos da região estudada revelam estratos linguísticos oriundos de outras etnias presentes na formação da população que habita e/ou habitou a região acreana. Além de sintagmas da Língua Portuguesa, registraram-se topônimos, principalmente, de origem indígena, como é o caso da Língua Tupi: *Abunã*, *Acuriá*, *Caeté*, *Grajaú*, *Juruá-Mirim*; e da Língua Apurinã: *Acre*.

Enfim, a pesquisa demonstrou que, de uma maneira geral, a toponímia da região acreana caracteriza-se pela influência de aspectos sócio-histórico-culturais, principalmente. As marcas extralinguísticas, portanto, apontaram para a inter-relação língua-cultura-sociedade na configuração semântica dos topônimos, em cujas análises transpareceram aspectos históricos, socioeconômicos e culturais relacionados ao povo

acreano, refletidos na língua.

Vale registrar, também, que, nesta pesquisa foi limitador, principalmente na análise dos dados, a falta de estudos e descrições de línguas indígenas de etnias que viveram ou vivem na região.

Por fim, é válido esclarecer que as conclusões desta pesquisa possuem caráter provisório, uma vez que foram estudados apenas parte dos topônimos dos acidentes humanos e físicos da região acreana. Os resultados apontam para a necessidade de continuidade de pesquisas onomásticas que analisem os acidentes geográficos não contemplados na presente investigação.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, L. **A relação da hidronímia com a história social no Paraná: uma descrição diacrônico contrastiva**. Londrina: UEL, 2004.
- ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1944.
- AMARAL, E. T. R. **A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu**. Belo Horizonte: 2003. Dissertação (Mestrado) - UFMG.
- ARAÚJO, M. G. J. de. **Entre almas, encantos e cipó**. Campinas, SP: 1998. Dissertação (Mestrado) - Unicamp.
- BEZERRA, M. J. *et al.* **Cidade de Rio Branco – a marca de um tempo: história, povo e cultura**. Rio Branco: Globo, 1993.
- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1981.
- BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1990.
- BRAGANÇA Jr., A. A. **A morfologia sufixal indígena na formação de topônimos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 1992. Dissertação (Mestrado) - UFRJ, 1992.
- BUENO, S. **Vocabulário Tupi-Guarani / Português**. São Paulo: Brasilivros Editora, 1986.
- CALIXTO, V. de O. *et al.* **Acre uma história em construção**. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto/ Secretaria de Educação, 1985.
- CAMARA Jr., J. M. **Dicionário de linguística e gramática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- CARDOSO, A. L. **Toponímia brasílica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.
- CAVALHINHOS, P. de J. A onomástica e o resgate semântico: as Antas. **Revista Estudos Linguísticos XXXIII – Trabalhos apresentados no 51º Seminário de GEL**. Taubaté, SP: UNITAU, 2003.
- CHAMBON, J. P. Toponymie (majeure) et variation diatopique em français: quelques remarques. In: CONGRES INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES - Parlers Vernaculaires, 2004.

COELHO, E. M. **Acre: o ciclo da borracha (1903 – 1975)**. Niterói: 1982. Dissertação (Mestrado) – UFF, 1982.

COSERIU, E. **Teoria da linguagem e linguística geral**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

_____. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem Tupi**. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

DARGEL, A. P. T. P. **Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão sul-mato-grossense**. Mato Grosso do Sul, 2003. Dissertação (Mestrado) - UFMS.

_____.; LONDERO, R. A influência dos cursos de água nos nomes das fazendas (AH) do município de Chapada do Sul. In: SILVA, D. E. G. da. ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE: INTEGRAÇÃO LINGÜÍSTICA, ÉTICA E SOCIAL - II. **Atas**. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2004.

_____.; SANTOS, V. dos. Saudades da terra natal: corotopônimos na toponímia urbana da cidade de Chapadão do Sul – MS. In: SILVA, D. E. G. da. ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE: INTEGRAÇÃO LINGÜÍSTICA, ÉTICA E SOCIAL – II. **Atas**. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2004.

_____.; B. de O. Os numerotopônimos na nomenclatura onomástica das vias públicas da cidade de Costa Rica (MS). In: SILVA, D. E. G. da. ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE: INTEGRAÇÃO LINGÜÍSTICA, ÉTICA E SOCIAL – II. **Atas**. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2004.

_____. e ISQUERDO, A. N. A toponímia do Bolsão sul-mato-grossense e a questão dos estratos lingüísticos formadores dos topônimos. In: **Revista Estudos Lingüísticos XXXIV – Trabalhos apresentados no 52º Seminário de GEL**. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux: origine et evolution**. Paris: Delagrave, 1928.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos**. São Paulo: 1980. Tese (Doutorado) - USP.

_____. A morfologia do signo toponímico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: USP, v. 10, p. 370-371, 1987.

_____. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. **Toponímia e antroponímia no Brasil:** coletânea de estudos. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

_____. **A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 1997.

_____. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. **Revista Philologus.** Rio de Janeiro, v. 10, p. 61-69, 1998.

_____. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. **Revista Investigações Lingüísticas e Teoria Literária.** Pernambuco: UFP, v. 19, p. 119-148, 1999.

_____. Aspectos de etnolingüística na toponímia carioca e paulistana contrastes e confrontos. **Revista da USP.** São Paulo, n. 56, p. 180-191, 2003.

DORO, M. da P. M. **Pouco espaço com grandes ideais:** os topônimos de Vila Nova Savóia. São Paulo: 2000. Dissertação (Mestrado) - USP, 2000.

DOSSE, F. **História do estruturalismo.** O campo do signo – 1945/1966. Editora Ensaio, 1993.

DRUMOND, C. **Contribuição do Bororo à toponímia brasileira.** São Paulo: EDUSP, 1965.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística.** São Paulo: Cultrix, 1973.

DUARTE, P. M. T. **Introdução à semântica.** Fortaleza: UFC Edições, 2000.

FRANCISQUINI, I. de A. **O nome e o lugar:** uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranaíba. Londrina, PR: 1998. Dissertação (Mestrado) - UEL.

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem.** São Paulo: Cultrix, 1978.

GONSALVES, D. da L. **Um estudo da toponímia da porção sudoeste de Mato Grosso do Sul:** acidentes físicos e humanos. Mato Grosso do Sul: 2004. Dissertação (Mestrado) - UFMS.

GUIRRAUD, P. **A semântica.** São Paulo: DIFEL, 1986.

HAUILA, A. **A toponímia fluminense:** uma visão histórico-cultural. Rio de Janeiro: 1987. Tese (Doutorado) - UFRJ.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Carta topográfica da Amazônia Legal.** Escala 1:1000 000. Rio Branco: IBGE/AC, 1990.

_____. **Censo Agropecuário.** N. 3, Rio de Janeiro: IBGE/RJ, 1996.

_____. **Mapa político-administrativo do Estado do Acre.** Escala 1:1000 000. Rio Branco: IBGE/AC, 2006.

ISQUERDO, A. N. **O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural.** São Paulo: 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista.

JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação.** São Paulo: Cultrix, 1969.

LESSA, L. G. Atlas Etnolingüístico do Acre - ALAC . **Revista de Lingüística e Filologia.** nº. 10. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

_____. **A linguagem falada no Vale do Acre:** entrevistas, diálogo entre documentador e locutor. Rio de Janeiro: Coleção Projeto CEDAC, 2002a.

_____. **A linguagem falada no Vale do Juruá:** entrevistas, diálogo entre documentador e locutor. Rio de Janeiro: Coleção Projeto CEDAC, 2002b.

_____. **A linguagem falada no Vale do Purus:** entrevistas, diálogo entre documentador e locutor. Rio de Janeiro: Coleção Projeto CEDAC, 2002c.

LIMA, I. A. de. **A motivação religiosa dos topônimos paranaenses.** In: Estudos lingüísticos – XLV Seminário do GEL. Campinas: UNICAMP, 1997.

LIMA, M. F. **O Acre** – seus aspectos físicos e geográficos, socioeconômicos, históricos e seus problemas. Vol I. Rio Branco, s/d.

LINHARES, A. J. P. **Tendências da antroponímia brasileira recente:** um estudo da cidade de Belém. Belém, PA: 2003. Dissertação (Mestrado) - UFPA, 2003.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica.** São Paulo: Editora nacional, 1979.

MARTINELLO, P. A. A “batalha da borracha” na segunda guerra mundial e suas conseqüências para o vale amazônico. **Cadernos da UFAC.** Rio Branco: EDUFAC, 1988.

MARTINS, E. **Nossos índios, nossos mortos.** Rio de Janeiro: Cadecri, 1978.

MATOS, M. J. O. **Estudo onomástico contrastivo das regiões econômicas de Irecê e do Recôncavo Sul, Bahia.** Estudo de caso: município de Barra do Mendes e Nazaré. São Paulo: 2000. Dissertação (Mestrado) - USP, 2000.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de.; ISQUERDO, A. N. (orgs). **As ciências do léxico-lexicologia, lexicografia, terminologia.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

OLIVEIRA, L. A. P. **O sertanejo, o brabo e o posseiro** (a periferia de Rio Branco e os cem anos de andanças do povo acreano). Belo Horizonte: 1982. Dissertação (Mestrado) UFMG, 1982.

PANTOJA, M. C. **Os Milton: cem anos de história familiar nos seringais**. Campinas, SP: 2001. Dissertação (Mestrado) - Unicamp, 2001.

PEREIRA, R. R. A presença da mulher na toponímia urbana da cidade de Três Lagoas (MS). In: SILVA, D. E. G. da. ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE: INTEGRAÇÃO LINGÜÍSTICA, ÉTICA E SOCIAL – II. **Atas**. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2004.

POSSEBOM, F. **Militares na toponímia paulistana: axiotopônimos militares nas vias públicas da cidade de São Paulo**. São Paulo: 1996. Dissertação (Mestrado) - USP.

RAMOS, R. T. **Nomes próprios Tupi no Brasil do século XIX**. Salvador: 1999. Dissertação (Mestrado) - UFBA, 1999.

_____. Toponímia paranaense de origem tupi. **Cadernos do Cnlf**. Rio de Janeiro, v. V, p. 23-32, 2002.

SALAZAR-QUIJADA, A. **La toponímia em Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SAMPAIO, T. **O Tupi na geografia nacional**. São Paulo: Nacional, 1987.

SANTOS, F. F. dos. **Estudo toponímico do município de Barra do Garças, microrregião do Médio Araguaia, Mato Grosso: contribuição para o Atlas Toponímico de Mato Grosso**. São Paulo: 2005. Dissertação (Mestrado) - USP.

SANTOS, S. B. dos. **Reconstituição dos fitotopônimos paraibanos**. São Paulo: 1996. Dissertação (Mestrado) - USP.

SASTRE, M. S. **Toponímia del valle médio del Ésera (Huesca). Estudio Lingüístico**. Huesca: Instituto de Estudios Altoaragoneses, 2003.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1970.

SCHNEIDER, M. **Um olhar sobre os caminhos do Pantanal sul-mato-grossense: a toponímia dos acidentes físicos**. Mato Grosso do Sul: 2002. Dissertação (Mestrado) - UFMS.

SEABRA, M. C. T. C. de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo**. Minas Gerais: 2004. Tese (Doutorado) – UFMG.

SOUZA, C. A. A. de. **História do Acre: novos temas, nova abordagem**. Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza Editor, 2005.

STEWART, G. **Names on the Land: a historical account of place:** naming in the United States. New York: Geographical Review. v. 35. nº 4, 1945.

TAVARES, M. **Toponímia sul-mato-grossense:** um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina. Mato Grosso do Sul: 2004. Dissertação (Mestrado) - UFMS.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário Tupi-Português.** São Paulo: Traço Editora, 1984.

TOCANTINS, I. **Formação histórica do Acre.** Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979a.

_____. **Formação histórica do Acre.** Vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b.

_____. **Formação histórica do Acre.** Vol III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (3 vols.), 1979a.

_____. **Estado do Acre:** geografia, história e sociedade. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

TORRES, M. C. **Bujari.** Bujari: Secretaria Municipal de Educação, 2002.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística.** São Paulo: Contexto, 2004.

TRAPERO, M. T. **Para una teoria lingüística de la toponímia.** Espanha: Univ. de las Palmas, 1995.

ULLMANN, S. **Semântica: uma introdução à ciência do significado.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VASCONCELOS, J. L. **Opúsculos: onomasiologia.** v. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

VIEIRA, Z. P. **Estudo onomástico do município de Socorro:** reconstituição dos antropônimos e da memória da imigração. São Paulo: 2000. Dissertação (Mestrado) - USP.